

MOVIMENTO

Com a edição semanal
brasileira do

Le Monde

SECRETO

OS RELATÓRIOS MILITARES SOBRE A JARI

Novas revelações sobre as ligações da cúpula do Planalto com o bilionário americano que quer doar parte do Brasil a uma fundação suíça

OS MONOPÓLIOS DA IMPRENSA BRASILEIRA

Leia também nossa opinião sobre a greve dos jornalistas na pág. 7

DEBATE

O PODER MILITAR NO BRASIL

Em Paris, Movimento debate com Manuel Domingos Neto, Antonio Carlos Peixoto, Eliezer Rizzo de Oliveira e Alain Rouquié, estudiosos das forças armadas brasileiras.



Congresso de Salvador reorganiza a União Nacional dos Estudantes/Três mil delegados aprovam a Carta de Princípios e os estatutos da entidade/Diretoria será escolhida em eleições diretas/Governo acha UNE «entidade maldita» e diz que não vai reconhecê-la
Págs. 12, 13 e 14.

VITÓRIA DOS ESTUDANTES



Lula, em Senhor Vogue: o fotógrafo pediu que ele pusesse o terno que usou para ver Helmut Smith e o fotografou na cozinha de sua casa, «como um lorde».

IMPRENSA

Lorde Lula

Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, já foi comparado com Deus e com o aiatolá Khomeini, chefe da insurreição irariana: «é Deus no céu e Lula na terra», dizia uma faixa carregada por trabalhadores em uma das assembléias na recente greve do ABCD; ele é «o aiatolá», disse a revista Isto É, publicação semanal que tem dado grande apoio a Luis Inácio. Agora, Lula é comparado a um nobre: «em fotos, parece um verdadeiro lorde inglês», disse o editor de Senhor Vogue, na última edição dessa revista, que tem Lula na capa e o mostra vestido com rara elegância.

Senhor Vogue é lida por um seleto clube de 20 a 30 mil integrantes da grande burguesia local. Seus anúncios vendem cigarros, carros, serviços bancários, jóias, perfumes, bebidas. O artigo vende a idéia de que Lula é um líder da classe operária situado entre o governo e a esquerda, e que sua ação à frente da greve dos metalúrgicos do ABCD teve o objetivo estratégico de «salvar a abertura democrática» de Figueiredo. Diz a revista, comentando o conflito entre trabalhadores e polícia havido logo após a intervenção governamental no sindicato: «O simbólico aperto de mão com o Presidente Figueiredo aconteceu naquele fim de semana conturbado em que Lula soube evitar a confrontação política pretendida por grupos de estudantes, que haviam levado para o Paço Municipal de São Bernardo até uma faixa assinada pelo DCE da Universidade de São Paulo, com os dizeres de sempre: «Abaixo a Ditadura». A revista diz ainda que «as mocinhas suspiram» por Lula e, justificando sua pose enfatiotada, lembra que ele começou a trabalhar como entregador de roupa em uma tinturaria.

COBRANÇA

Delfim, devolve a grana!

Na semana passada, Movimento divulgou o que se pode chamar de «pequeno golpe» de Delfim: entre novembro de 1967 e dezembro de 1968 ele recebeu, quantias fixas da prefeitura de São Paulo e, em seguida, do Metrô, a título de «serviços prestados», apesar de ser ministro da Fazenda.

Isso configura uma situação claramente ilegal, pois as quantias fixas mensais recebidas por Delfim caracterizam vínculo empregatício permanente com um órgão e uma companhia estatal, e que ele

estava impossibilitado de ter por já receber do Estado como ministro da Fazenda. E possível se calcular quanto o ministro Delfim Netto teria hoje de «devolver» ao Estado por ter recebido este dinheiro. Simplificadamente, o cálculo seria o seguinte:

* quantia recebida por Delfim (da prefeitura e do Metrô) entre novembro de 1967 e dezembro de 1968: Cr\$14.294,00 (soma total dos 14 meses);
* de 1968 a 1978, a inflação, de acordo inclusive com os dados manipulados pelo ex-ministro da Fazenda, cresceu 793% (segundo o Índice Geral de Preços — disponibilidade interna — da revista Conjuntura Econômica); portanto, os Cr\$14.294,00 recebidos por Delfim basicamente no ano de 1968, equivaleriam, em cruzeiros do começo deste ano a Cr\$127.645,00;
* somando-se a estas cifras, juros de 6% ao ano de 1968 até agora — o que corresponde a Cr\$11.304,00 — o valor total que o atual ministro da Agricultura deveria «devolver» aos cofres do Estado seria de Cr\$138.949,00, ou quase 62 vezes o maior salário mínimo do País.

Como o ministro gosta mesmo é de números, ele pode fazer cálculos mais exatos e, possivelmente, descobrirá que sua «dívida» referente a este «pequeno golpe» pode ser de alguns cruzeiros a mais.

E tem mais: na Universidade de São Paulo corre que Delfim também estaria «devendo» dinheiro à USP, por ter recebido o que não podia quando era ministro da Fazenda. Mas isso já é outra história...

SE O NEGÓCIO DO MINISTRO É NÚMEROS...

1 - Quantia total recebida da prefeitura de São Paulo e do Metrô, entre nov/dez 68

14.294,00

2 - Valor desta quantia atualmente, segundo o índice de inflação do governo

127.645,00

3 - Juros de 6% ao ano, durante 10 anos (sobre o valor de

11.304,00

4 - TOTAL A SER RESTITUIDO

(em cruzeiros)

138.949,00

INTELECTUAL DO ANO

O advogado da democracia

O candidato da direção da União Brasileira de Escritores de São Paulo era o sociólogo pernambucano Gilberto Freire. Entretanto, o troféu Juca Pato (que é dado ao Intelectual do Ano) de 1978 foi conferido ao decano da luta pelos direitos humanos, o advogado Sobral Pinto (85 anos). Formado em direito em 1917, Sobral Pinto participou de movimentos políticos católicos desde a década de 1920. Após o «Levante de 1935» com a recusa de Luiz Carlos Prestes em constituir advogado, ele foi indicado para a defesa do líder comunista que havia sido preso.

«Católico praticante — diz o historiador Hélio Silva — homem de princípios, contrário às idéias comunistas, Sobral Pinto soube porém, colocar bem mais alto sua missão e tornou-se o defensor intransigente de seu cliente, de sua dignidade». Em 1943, num artigo contra o Estado Novo, ele dizia não nutrir «pensamentos ocultos». «Não guardamos planos secretos. Não conspiramos, porque pensamos alto e agimos às claras, dentro do princípio da Ordem e do respeito à Autoridade». Após a queda do Estado Novo, ele participou, juntamente com intelectuais católicos — entre os quais Franco Montoro — das gestões pela organização do Partido Democrata Cristão. Com o golpe de 1964, Sobral Pinto reassumiu seu papel de defensor dos perseguidos políticos. Uma de suas primeiras tarefas foi a defesa de nove chineses acusados de espionagem.

Sua eleição como Intelectual do Ano deve-se à publicação do livro «Lições de Liberdade», que reúne cartas dirigidas a autoridades do regime militar, defendendo a restituição dos «direitos fundamentais da cidadania brasileira, um dos quais é a liberdade...».



Sobral, um democrata

INFLAÇÃO

Figueiredo persegue Geisel

A persistirem os atuais índices inflacionários, o general Figueiredo cavalgará disparado na frente do recordista brasileiro de inflação; por sinal, outro general, Ernesto Geisel.

Em marcha ascensional, Figueiredo deverá alcançar a marca de 1.510%, superando o general Geisel, em cujo governo a inflação bateu todos os recordes, situando-se (de 15 de março de 74 a 15 de março de 79) em 409%, com a mais alta taxa desde o governo Eurico Gaspar Dutra. A classificação dos recordistas inflacionários desde esta época é a seguinte:
1° Ernesto Geisel, com 409%;
2° João Goulart, com 325%;
3° Juscelino Kubitschek, com 202%;
4° Castelo Branco (dois anos e 11 meses), com 197%;
45° Emilio Médici (quatro anos, quatro meses e 15 dias), com 109%;
6° Eurico Gaspar Dutra (de 31.1.45 a 31.1.51), com 75%;
7° Getúlio Vargas (de 31.1.51 a 24.8.54), com 74%;
8° Café Filho (um ano, dois meses e 15 dias), com 19%;
9° Carlos Luz (dois dias), nula;
10° Nereu Ramos (dois meses e 20 dias), com 2%.

Este quadro comparativo da evolução

do ritmo inflacionário no País foi feito pelo Senador Luiz Cavalcante, da Arena de Alagoas, com dados da Fundação Getúlio Vargas. Nos primeiros 75 dias de administração Figueiredo, a inflação foi de 9,4%. A persistir esta cavalgada...

CLIMA

Neve, euforia e morte

O frio chegou antes do tempo. Vinte e quatro dias antes do seu início oficial, o inverno trouxe medo e intranquilidade à região Sul, com o deslocamento de massas de ar frio da região polar.

Nevou em cerca de 100 cidades gaúchas e em regiões do Paraná e Santa Catarina, provocando não só a lotação dos hotéis nas estâncias serranas sulinas como a superlotação dos albergues noturnos. Em Curitiba, na terça-feira, duas pessoas já haviam morrido de frio. E o frio, com neve à européia e tudo, trouxe também preocupações com a agricultura, vítima fatal das geadas, que começaram a ocorrer na madrugada de quarta-feira. As lavouras de soja, principalmente, estariam fortemente comprometidas, além de culturas como café, feijão e hortaliças, entre outras.

As baixas temperaturas prematuras podem esfriar o ânimo da produção de alimentos em larga escala, título pelo ministro da Agricultura, Delfim Netto, como um dos fatores para diminuir a inflação. Além de, como já se repete todos os anos, provocar certa euforia no turismo sulino e intensificar a desgraça de milhares de favelados e desabrigados.

MISÉRIA

Fatos, Melhoral e pinga

Aspectos dramáticos das condições de vida no Brasil revelados pelo livro «As Instituições Médicas no Brasil», da socióloga Madel Terezinha Luz: favelados caçam ratos para comer; outros utilizam um melhoral na dieta básica de suas famílias. Ao indagarem sobre o porquê da utilização do remédio, sociólogas empenhadas nesta pesquisa receberam pronta resposta: «Vivemos com dor de cabeça». A dieta é complementada por um copo de café e um pedaço de pão.

Há outros casos patéticos, como os que ocorrem nas favelas da periferia paulistana: mães que adicionam pinga nas mamadeiras de seus filhos para que, embriagados, não chorem de fome.

VÁRIAS

• TORTURA — Um dossiê, com sete depoimentos e elaborado pelo Grupo de Estudos Médicos, foi encaminhado quinta-feira ao Conselho Regional de Medicina contra o Médico Jean Paul Seeburger, acusado de orientar torturas a presos políticos em Belo Horizonte. Até quarta-feira, 60 médicos haviam assinado o documento, que foi lido em um debate sobre anistia, promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (núcleo de Minas), quinta-feira em Belo Horizonte.

• LIXO ATÔMICO — A Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias, no RJ, anunciou a organização de uma passeata popular para o dia 6, a fim de protestar contra a escolha, pelo Conselho Nacional de Energia, de Xerem para ser o depósito do lixo atômico da Nuclebrás.

Junto a esta área está a adutora que abastece o Rio de Janeiro e Petrópolis, além de 15 fontes naturais de água, uma fábrica de queijos e 15 famílias que dependem diretamente da lavoura.

• FIM DAS BOLSAS? — O secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Silvio Barbosa da Cruz, pensa em extinguir em 1980 os concursos de bolsas de estudos para acadêmicos (sexanistas) de Medicina, que existem desde 1907. O serviço de pronto-socorro, onde atuam estes estudantes, seria integrado ao currículo da faculdade como parte da formação profissional. Seria uma maneira, segundo o secretário, de «se acabar com as reivindicações de dois salários mínimos e carteira assinada».

NOVOS PARTIDOS

Reações à «decisão fascista»

No começo da semana passada, a apresentação do projeto do deputado alagoano Alberico Cordeiro, que extingue o MDB e a Arena e facilita a criação de novos partidos, através de blocos parlamentares, pegou a todos de surpresa.

«E um balão de ensaio», afirmou o ex-ministro Almino Affonso, hoje ao lado dos autênticos do MDB. O fato é que a apresentação do projeto de Cordeiro fez recrudescer violentamente a discussão sobre a reforma partidária, levando o presidente do MDB, Ulysses, Guimarães a chamar a Arena de «uma corja que só diz sim».

Ulysses ameaçou, por outro lado, convocar uma convenção nacional extraordinária para denunciar a «decisão fascista» da extinção do MDB. Outros parlamentares emedebistas já chegaram a formalizar a convocação dessa convenção extraordinária.

Dentro deste clima de insegurança e exacerbação, as articulações continuavam. No final da semana,

vijava para Nova Iorque o presidente da Arena, senador José Sarney, para se avistar com o moderado Thales Ramalho, que está convalescendo depois de sofrer várias cirurgias. Sarney permanece em Nova Iorque durante quatro dias, tempo suficiente para se inteirar das últimas articulações do ex-governador Leonel Brizola, que já visitou o deputado pernambucano diversas vezes nas últimas semanas.

Na semana passada o ex-deputado Doutel de Andrade, uma das mais afirmativas lideranças do PTB, propôs uma Frente de oposição entre os petebistas e os autênticos. Andrade acredita que a nova frente seria praticamente imbatível eleitoralmente. E finalmente um grupo de mais ou menos 15 parlamentares viaja neste fim de semana para Lisboa, onde encontrarão o líder do PTB, Leonel Brizola nos próximos dias 15, 16 e 17. A social democracia europeia realizará um encontro na capital portuguesa e na ocasião os parlamentares petebistas tentarão convencer o ex-governador gaúcho a voltar com eles para o País.

De todas as articulações, porém, as mais significativas têm sido feitas pelos autênticos do MDB, que no último fim de semana estariam se reunindo em São Bernardo do Campo. Iriam mais de 60 parlamentares (federais e estaduais), lideranças sindicais de vários estados, intelectuais e políticos cassados e ex-cassados. «É a primeira iniciativa conseqüente que o MDB tomará para transformar-se num partido popular e de vanguarda». Assim o deputado Fernando Coelho, membro da executiva nacional do MDB e muito próximo ao ex-governador Miguel Arraes, classificou a reunião do «Pampas Palace Hotel». Articulado pelo sociólogo e ex-candidato ao Senado, Fernando Henrique Cardoso, e pelo ex-ministro Almino Affonso, entre outros, o encontro teve o objetivo de «unir os

diversos setores da oposição que estão dispersos ao longo desses anos», como define o deputado Airton Soares.

«A gente precisava romper a barreira que há entre a atividade parlamentar e os trabalhadores. Afinal, não há nenhum estado de direito e nenhuma reformulação política democrática que não passem pelos trabalhadores», declarou a Movimento o ex-deputado Lysaneas Maciel, um dos mais respeitados articuladores do grupo autêntico.

Até há pouco tempo alguns setores da classe operária não escondiam a sua desconfiança pelos «políticos». Devido a essa desconfiança, Luiz Inácio da Silva e outros líderes sindicais, chegaram a propor a formação de um partido formado exclusivamente por trabalhadores. Ao que parece, hoje a opinião é outra. Pelo menos em relação aos autênticos, que não convidaram para o encontro de São Bernardo nenhum emedebista moderado. E mesmo parlamentares

como Albert Goldman, que foi convidado, não apoiaram as articulações.

Antônio Carlos Queiroz

A VOLTA DOS EXILADOS Ibrahim fala, mas está ouvindo

Quando saiu do Brasil, em setembro de 69, trocado pelo embaixador norte-americano Elbrick e banido pelo governo, o líder metalúrgico de Osasco, José Ibrahim, ia algemado, maltratado e mal vestido. No domingo da semana passada, com o banimento revogado, José Ibrahim voltou ao Brasil, acompanhado de mulher e filho, num clima diferente: mais de 600 pessoas, entre operários e estudantes, estavam à sua espera no aeroporto. E não se dispersaram mesmo diante da provocação policial de retê-lo por 10 horas de interrogatórios. Às 7 horas da noite, liberado, Ibrahim discursou defendendo as suas idéias e a necessidade de união do movimento sindicalista.

Em seguida, muitos iriam de ônibus para a modesta casa de seus parentes.

A festa continuou por vários dias. A casa do jovem operário — ele tinha 21 anos quando foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em 1967 — afluiram dezenas de pessoas para vê-lo e cumprimentá-lo: um carvoeiro da vizinhança levou quatro bancários para conhecê-lo pessoalmente; seus 11 irmãos, todos ligados ao setor metalúrgico, também foram; intelectuais e jornalistas telefonaram e até o ex-prefeito de Osasco, Francisco Rossi, da Arena, foi cumprimentá-lo.

Na quinta-feira, Movimento esteve com Ibrahim para ouvi-lo sobre as questões sindicais mais candentes do momento e o encontrou com disposição oposta: de ouvir, principalmente: «Estou há 10 anos afastado do País e informado apenas

indiretamente», disse ele. No entanto, adiantou algumas posições de princípio que considera importantes para o momento:

Sobre o modelo de sindicalismo que defende: Defendo um sindicalismo independente e autônomo, desvinculado do Estado, no qual o Ministério do Trabalho não tenha poder de intervir. Um sindicalismo baseado nas comissões de fábricas e que tenha como perspectiva a Central Única de Trabalhadores. Sou contra o sindicalismo apolítico — os sindicatos devem opinar sobre as questões políticas gerais do País, os investimentos, a educação, desde que façam isto em nome dos trabalhadores no seu conjunto e não como um partido político».

Sobre Anistia e Constituinte: «A anistia interessa diretamente aos trabalhadores. Milhares foram atingidos pelos atos de exceção e pelas cassações de outros tipos, como as listas negras das empresas, que os impedem de participar da vida sindical. Quanto à Constituinte, como é uma questão que divide as oposições sindicais, ainda quero ver como está sendo discutida».

Sobre a unidade sindical: «Todos os setores que pudermos trazer para o nosso lado, mesmo que seja para só um passo junto, devem ser procurados. Vou procurar trabalhar pela unidade e acho que podemos unir desde as oposições sindicais até os sindicalistas autênticos».

Sobre a participação nos sindicatos atuais: «Sempre procurei combater a idéia do sindicalismo paralelo. Evitei chamar mesmo os pelegos de pelegos; evitei as brigas com as diretorias que afastavam os trabalhadores do movimento. Devemos partir do ponto de referência que é o sindicato atual, com todos os seus problemas e deformações. E aí que é feita a experiência política inicial dos operários. Devemos assumir amplamente o trabalho de sindicalização. «Vamos fortalecer o pelego», dizia -se já naquela época. Mas não é isso. Na minha época eu dizia: se a gente não participar, vai ser sempre assim. Só participando, os trabalhadores vão se educar. Isso é óbvio. Mas até hoje permanecem estas dúvidas e incompreensões».

A conversa com Ibrahim foi entremeada por visitas de operários da Ford, próxima à sua casa. Correndo pela casa, com seu primo também pequeno, Eduardo, o filho do ex-banido, que ainda terá que responder a dois processos, repetia, numa passeata de brincadeira, o grito que ouviu no aeroporto: «A-nis-tia prá Jo-sé I-bra-him».

Raimundo R. Pereira

IMPRENSA

Além dos limites

Na quinta-feira da semana passada, o jornal «O Estado de S. Paulo» tomou uma das mais violentas medidas de represália à greve dos jornalistas: afastou três de seus funcionários que têm estabilidade por serem da diretoria do Sindicato. Foram afastados por carta assinada por José H. de Montes, diretor da empresa, Lia Ribeiro Dias, repórter e primeira secretária do Sindicato, Wilson Moherdau, subeditor de geral e membro do Conselho Fiscal e Adélia Borges, redatora de política e suplente da diretoria executiva do Sindicato (duplamente estável porque está grávida). Esses jornalistas foram «suspensos das funções que exercem nessa empresa de

acordo com o artigo 494 da CLT e responderão a inquérito por falta grave perante a Justiça do Trabalho». Os demitidos distribuíram carta aos companheiros da redação caracterizando a medida como «mais que uma violência contra jornalistas que trabalham há mais de cinco anos no Estado de S. Paulo; é um desrespeito à categoria, uma tentativa de aniquilar um direito dos trabalhadores preservado após anos de arbítrio — a estabilidade dos funcionários quando exercem mandato sindical».

O Sindicato dos Jornalistas pretende responder à violência e alguns de seus diretores acreditam que, na sua fúria vingativa, o Estado foi além dos limites.

ANISTIA

Lobo com pele de cordeiro?

Dia 28, o governo anunciou ter o general Figueiredo autorizado ao ministro da Justiça, Petrônio Portela, a elaboração de um anteprojeto concedendo anistia, a ser enviado ao Parlamento na segunda quinzena de junho. Em seguida

declarações do ministro Portela e informações filtradas de seu gabinete, ficou confirmado muito do que já se sabia: a anistia excluirá os chamados crimes de sangue; poderá conter uma análise individual da situação de cada preso político beneficiado (provavelmente cada um terá de fazer um requerimento para obter a liberdade); a análise individual também poderá se dar no caso de alguns exilados, como Prestes, Arraes, e Julião; os demitidos por «corrupção» poderão readquirir seus direitos políticos, mas não seus empregos; os funcionários civis, para caso de readmissão, terão uma análise individual procedida pelo DASP, enquanto os militares ficarão a cargo de comissões em cada um dos três ministérios militares.

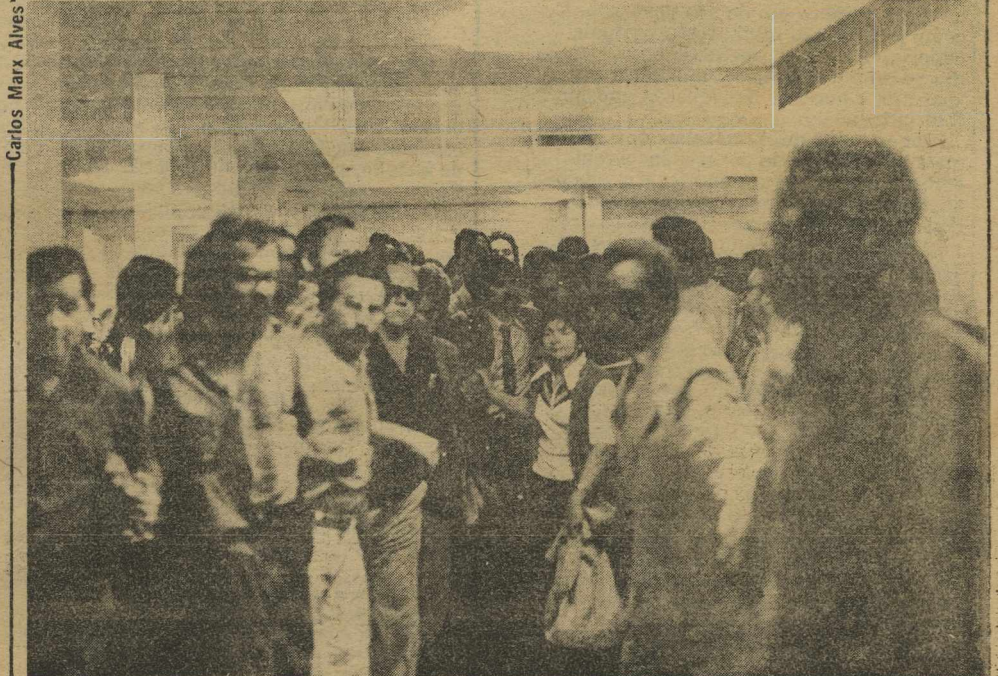
Se por um lado as dificuldades políticas no seio do regime foram superadas (a resistência dos chamados militares radicais), por outro, agora é que vai se ampliar a resistência política das oposições que reivindicam a anistia ampla e irrestrita e as dificuldades técnicas na elaboração do anteprojeto. Politicamente, o governo escolheu o período de férias escolares e recesso parlamentar — julho — para nele desaguar o grosso do debate. Assim mesmo, já prevenidos, setores da oposição, em especial os movimentos de anistia e os nela interessados, têm aumentado a discussão e preparam importantes encontros para junho (no Brasil e no exterior), onde o tema principal será a aprovação de um projeto unitário, alternativo, de anistia ampla, geral e irrestrita, tomando como base de discussão um anteprojeto elaborado por um grupo de cassados no Rio.

Tecnicamente, o ministro Portela terá de usar toda alquimia para explicar o que é «crime de sangue»; como uma anistia dita ampla poderá conter «análise individual» de cada caso, como se fosse um indulto; como separar «corruptos» de «subversivos» punidos pela mesma lei, e, especialmente, como combinar uma lei de anistia com dispositivos constitucionais que restringem direitos políticos.

Roberto Martins



José Ibrahim: recepcionado pela família, centenas de amigos, entidades...



pela polícia, a quem prestou depoimento de 10 horas.

Carlos Marx Alves

Carlos Marx Alves

O «nacional» chamando as «multinacionais»



Villares: «Homem do Ano»

Paulo Diederichsen Villares, presidente da diretoria executiva do grupo Villares, recebeu no último dia 24 de maio, em Nova Iorque, o diploma de «Homem do ano» de 1979, oferecido pela «Brazilian American Chamber of Commerce». Encarregou-se de apresentá-lo aos 600 empresários presentes (grande parte deles americanos) Robert Kirby, o presidente da Westinghouse Corporation. Velha raposa do mundo empresarial americano, Kirby pintou Villares com uma imagem bem ao agrado dos ianques. Segundo ele, trata-se de um «entrepreneur» jovem que não hesita em tomar decisões arrojadas. Lembrou que o grupo Villares, por ele dirigido, está realizando, atualmente, investimentos que nada ficam a dever aos de grandes corporações americanas. Além disso, destacou-o como líder da classe capaz de tomar atitudes políticas claras nos momentos difíceis.

O discurso do entrevistado, feito em seguida, descambou para o caminho que todos queriam: exaltar as potencialidades do Brasil. Afinal, além de investidores americanos no Brasil, estava presente na cerimônia um alto representante do governo brasileiro (o ministro da Indústria e do Comércio, João Camilo Penna). Villares incitou os empresários americanos a investirem maciçamente no Brasil, «que oferece novas e grandes oportunidades, na década de 80, para todos nós da empresa privada». Não procurou, é claro, esconder o óbvio que são as dificuldades enfrentadas atualmente no Brasil. Mas tentou mostrar que há possibilidades de contorná-las. Oportunamente fez do problema da inflação o ponto alto do seu discurso ao dizer, sob calorosos aplausos, que «o presidente João Baptista Figueiredo havia transformado o combate à inflação na meta número um do seu governo». E, como procurando minimizar eventuais ceticismos a este respeito, citou o mecanismo da correção monetária que «permite a geração de riquezas, mesmo com inflação».

Sugerir às multinacionais que invistam mais no Brasil pode parecer incoerente em se tratando de um empresário nacional ativo em áreas onde as multinacionais têm mais experiências.

A mesma situação também torna surpreendente sua indicação pela American Chamber of Commerce, que congrega empresas com interesses supostamente diferentes. Isso se pode deduzir da lista dos agraciados anteriormente com o mesmo título: Delfim Netto, Maria Gibson Barbosa, Horácio Coimbra, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, João Paulo dos Reis Velloso, José (Zézinho) Papa Júnior, Jorge Wolney Atalla e Hélio Beltrão.

Visto sob outro ângulo, no entanto, pode-se concluir que não há grandes conflitos entre os interesses das empresas estrangeiras e do grupo Villares. Este, embora atue em áreas de alta tecnologia — fabricação de elevadores, aços especiais, pontes rolantes, equipamentos de mineração entre outros — conseguiu proteger-se razoavelmente bem dos grupos

estrangeiros. A prova é que detém praticamente o monopólio do mercado de elevadores onde há duas concorrentes multinacionais: Otis e Schindler. Por outro lado, o grupo Villares tem interesse em que a economia cresça, pois ele está executando vários projetos milionários e teme ser atropelado por eventual recessão na economia.

Aldo Martins

ENERGIA NUCLEAR

Só uma questão de «status». E prejuizos

«O programa nuclear brasileiro irá custar, até 1985, cerca de 30 bilhões de dólares, mas só vai gerar três por cento da energia que o País necessita». Esta denúncia foi feita dia 28 último, pelo físico Rogério Cerqueira Leite, atual diretor do Departamento de Ciências e Tecnologia do governo de São Paulo, em São José dos Campos.

Para Cerqueira Leite, «o estabelecimento do Programa só serviu como forma de adquirir «status», algo para se orgulhar, assim como possuir uma Transamazônica». Acrescentou ainda que foram cometidos graves erros de cálculo no custo da energia nuclear, que não deveria passar de 600 dólares o KW. «Hoje, até o atual ministro das Minas e Energia aceita o custo de três mil dólares, o que não deixa de ser um «pequeno» erro de cálculo».

Cerqueira Leite defendeu também a urgente mudança de rumos no programa energético brasileiro, baseado no petróleo, «quando o correto seria estarmos investindo decididamente no aproveitamento da energia vegetal». Bastaria a utilização de apenas 1% do território nacional dedicado ao etanol para substituir toda a dependência do Brasil ao petróleo. E mais: bastaria plantar-se apenas 1/3 de todo o cerrado brasileiro, por enquanto inaproveitável, para que o País se tornasse auto-suficiente em energia.

AUMENTO SALARIAL

Maluf esconde o ouro

Sem nenhuma explicação, os assinantes do Diário Oficial do Estado de São Paulo deixaram de receber um suplemento especial, que trata do Balanço Geral do Estado, com dados de 1978. O Boletim geralmente é publicado entre abril e maio de cada ano. A data do suplemento, 28 de abril, coincidiu exatamente com o auge da greve dos 400 mil funcionários públicos, que reivindicavam um aumento salarial de 70% mais Cr\$2 mil fixos. O governo recusou-se a conceder o aumento, argumentando que as despesas com o pessoal em 1978 teriam sido de Cr\$40 bilhões. Sabe-se agora, através do balancete «proibido», que as despesas com pessoal atingiram em 1978 somente 31,5 bilhões.

Ainda de acordo com o suplemento, o ex-governador Paulo Egídio Martins economizou quase Cr\$2 bilhões com a folha de pagamento do funcionalismo em 1978.

Com este dinheiro economizado no governo anterior, os cortes orçamentários determinados por Maluf (Cr\$8,3 bilhões) e mais as chamadas reservas de contingência,



Maluf escondeu o ouro que Egydio economizou

o atual governo tem condições de dar o aumento reivindicado mais o abono.

VÁRIAS

• **RECORDE** — O «open market» bateu, no dia 29, o recorde de negociações de toda a sua história, atingindo Cr\$125,27 bilhões, quantia quase idêntica à do orçamento do Estado de São Paulo e maior que a do papel-moeda em circulação no País.

Enquanto se aguardam profundas mudanças na caótica situação financeira do País, o ministro Mário Henrique Simonsen avisa que o governo prepara «apenas alguns ajustes» no «open-market», tido como um dos mais eficientes colaboradores da inflação.

• **SECRETO** — A multinacional canadense Brascan, ex-proprietária da Light, foi acusada, na última semana, de estar operando um fundo chamado «rob-roy» ou um «fundo secreto brasileiro, mantido para fins não especificados». O fato foi anunciado numa audiência da Corte Federal de Nova York, na qual está sendo discutida a legalidade da tentativa da «Edper Equities» adquirir o controle da Brascan, que, por sua vez, deseja comprar a «Woolworth», uma grande cadeia de lojas dos EUA.

O Grupo Brascan, no Rio, afirmou não ter conhecimento do assunto.

• **CALAMIDADE** — Os prejuizos da agropecuária mineira com as enchentes atingiram Cr\$2 bilhões e 800 milhões. Em produtos agrícolas perderam-se 870 mil toneladas.

• **CUSTO DE VIDA** — De acordo com o último boletim do DIEESE, divulgado na última semana, o custo de vida em São Paulo sofreu uma alta de 3,55% em abril. A alimentação (5,78%) e o vestuário (3,61%) foram os principais responsáveis. Nos últimos 12 meses, o custo de vida em São Paulo subiu 45,52%.

• **CEBOLA** — dez mil toneladas de cebola estão apodrecendo nos armazéns de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, devido, principalmente, à queda dos preços do produto, que passaram de 12 (na época da colheita) para 3 cruzeiros o quilo. O governo determinou que a Cobal compre todo o excedente de cebola, a Cr\$6 o quilo. Por enquanto, foram adquiridas somente 100 toneladas, das cinco mil que ainda restam.

• **RECALDO** — «Na próxima vez que sobrevoar a região amazônica, olhe bem da janela do avião para deixar de dizer besteira». Este foi o recado do ecologista José Lutzenberger, numa palestra em Londrina (PR), ao presidente do INCRA, Paulo Yokota. Segundo Yokota, não há devastação na Amazônia e a mata ali existente «apenas sofreu arranhões».

O professor Warwick Keer, especialista em genética da Universidade de Ribeirão Preto, ao contrário do presidente do INCRA, afirmou dia 29 último, na CPI da Amazônia: «No ritmo em que o desmatamento vem sendo realizado nessa área, acredito que em 34 anos a floresta estará irremediavelmente destruída».

• **SOCORRO** — O governo mineiro deverá investir mais de Cr\$4 bilhões na Fiat, quantia considerada essencial para tornar aquela multinacional rentável, já que seus prejuizos atingem hoje mais de Cr\$4,5 bilhões. O governo de Minas já investiu na Fiat outras vezes, sendo hoje dono de 46% das ações.

DIREITOS HUMANOS

De olho no regime brasileiro

Uma Conferência Internacional pela Anistia e Liberdades Democráticas no Brasil será realizada em Roma de 28 a 30 de junho. A Liga Internacional pelos Direitos e Liberdades dos Povos é entidade que está patrocinando a Conferência, com a participação de outras organizações e do Centro Brasileiro pela Anistia, de Paris.

O Encontro nasceu no Congresso pela Anistia realizado em São Paulo em novembro de 1978 para extrapolar a luta a nível internacional. «E uma iniciativa que nasceu lá dentro», observou a italiana Linda Bimbi, do Secretariado da Liga.

A Conferência de Roma é uma resposta ao apelo de várias personalidades internacionais. Entre as dezenas de personalidades que fazem o apelo, estão o ex-primeiro ministro e atual líder do partido Trabalhista no Parlamento Holandês, Joop Den Uyl; o arcebispo Spencer de Somerset, Grã-Bretanha; o presidente do Sindicato dos mineiros de Yorkshire e vice-presidente da maior central inglesa de trabalhadores, Arthur Scargyl; a atriz Glenda Jackson; o teólogo alemão Jakob Ziegler; o francês Alfred Kastler, prêmio Nobel de Física; o prêmio Nobel da Paz, prêmio Lenin da Paz e ex-presidente da Amnesty International britânica, Sean Mc Bride; o prefeito de Roma, Giulio Carlo Argan; o professor norte-americano Noam Chomsky; o escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, entre outros.

Do Brasil, entre dezenas de outros, foram convidados o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva (o «Lula»), o presidente da OAB, Seabra Fagundes, o presidente do MDB, Ulysses Guimarães, e muitos parlamentares, religiosos e líderes populares, representantes dos vários CBAs na Europa e América do Norte e convidados como Miguel Arraes e Leonel Brizola. «A Conferência», lembraram os organizadores, «será uma forma de pressão política e moral sobre o governo». E será dividida por grupos de trabalho observando seis temas: «anistia e repressão política», «opressão das mulheres e das minorias raciais», «liberdade de expressão e de criação cultural e científica», «movimentos de trabalhadores da cidade e campo», «condições de vida do povo» e a «legislação repressiva do regime». Além destes grupos, haverá uma mesa redonda com personalidades políticas do Brasil e do exterior.

Um dos aspectos que será levantado na Conferência é o caso da tortura: segundo o jurista Louis Joinet, membro do secretariado da Conferência, existe já um movimento a nível internacional a fim de se conseguir mudanças na legislação sobre a tortura. Uma vez provado que a tortura é empregada de forma sistemática e com a participação de organismos do governo, ela deixaria de ser um crime comum para se tornar «crime contra a humanidade», como foi definido no Tribunal de Nuremberg, que julgou os crimes nazistas. «Para o momento» — disse Joinet a Movimento — «já existe um documento acadêmico redigido pela Associação Internacional de Direito Penal, propondo que a tortura seja enquadrada como crime contra a humanidade e segundo o direito da ONU. Isso quer dizer que tais crimes seriam imprescritíveis, não poderiam ser anistiados, o criminoso não teria direito e asilo político e, caso deixasse o País, deveria ser preso e enviado de volta onde quer que estivesse».

«O caso brasileiro», lembra Joinet, «é exemplar, pedagógico, pois já se provou que a tortura é prática sistemática, com a participação de elementos do governo. De outro lado, o governo poderia insinuar, a propósito da anistia, que seus torturadores estariam na mesma situação dos seus adversários que utilizaram a violência, os guerrilheiros. Mas o próprio direito da ONU e as determinações do Tribunal de Nuremberg fazem uma nítida diferença entre aqueles que matam numa guerra — como aconteceu com a guerrilha urbana e rural — e aqueles que utilizam a tortura de forma sistemática, como foi o caso do governo brasileiro».

Aureliano Biancarelli

«Hoje quem manda é a gente»

A greve dos 10 mil operários da Mannesmann, em Belo Horizonte, chegou ao final, na quinta-feira, dia 31, após oito dias de paralisação, e foi comemorada com grande festa. A Mannesmann transformou uma antecipação em aumento; descontará 4 dias de greve e pagará os outros 4 - os dias serão descontados, um por mês, a partir deste mês, sem qualquer redução no descanso remunerado, sem compensação nas férias ou 13º salário. A empresa se comprometeu ainda a modificar as escalas dos turnos de revezamento. O aumento proposto pela empresa e aceito pelos metalúrgicos é de 20% para os que ganham até 6 mil cruzeiros mensais; de 15% para os que ganham de 6 a 10 mil cruzeiros assegurando um mínimo de 1.200 cruzeiros de majoração; e 10% para os que recebem de 10 a 15 mil cruzeiros, com um mínimo ficado em 1.500 cruzeiros. No 7º dia, quando a greve foi declarada ilegal, ao invés de servir como um balde de água fria, serviu como uma razão a mais para que decidissem pela continuidade da greve. Esse estado de ânimo, de combatividade não é novo. Desde a greve de 68 contam-se dezenas de pequenas paralisações, operações tartaruga, pequenas reuniões no sentido de lutar contra as condições de trabalho desumanas, salários miseráveis, com demissões dos elementos mais destacados. Durante as assembleias diárias da greve não foram poucas as intervenções no sentido de vincular a greve por melhoria salarial e melhores condições de trabalho com a situação política do País. «A gente sabe que a luta da classe operária é também uma luta pela democracia no País, uma luta junto com outras classes para mudar estas leis injustas. E por isso, é que devemos nós manter unidos, para servir de exemplo», dizia um líder. Durante a greve, as sete portarias da empresa estiveram permanentemente guardadas por cerca de oitenta operários em cada um dos piquetes. Nem mesmo um dos mais graduados diretores da Mannesmann conseguiu colocar dentro da fábrica um de seus assistentes. Ao exibir sua carteira de chefia, obteve a pronta resposta dos piqueteiros: «Você pode entrar, que é diretor, mas o seu assistente e o carro ficam aqui. Hoje quem manda é a gente».

Murilo Albernaz

METALÚRGICOS — I

Eleições diretas à vista?

A novidade do 10º Congresso Nacional de Metalúrgicos, que se realizará em Poços de Caldas, de 4 a 9 de junho, será a proposta de eleições diretas para o cargo de Secretário Geral do Departamento Sindical Nacional, que vem sendo ocupado pelo atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o famoso Joaquim dos Santos Andrade. Essa proposta será levada pela delegação de São Bernardo do Campo e poderá marcar uma nova etapa no processo de alianças e lutas entre sindicalistas conhecidos como os mais combativos e os tradicionais pelegos. No ano passado, no Congresso Nacional dos Trabalhadores da Indústria, no Rio, os sindicalistas autênticos se unificaram contra os pelegos num protesto de repercussão nacional; além de terem lançado um manifesto independente defendendo as teses da Anistia e da Constituinte. No começo deste ano, no Congresso Estadual dos Metalúrgicos, em Lins os autênticos e os pelegos se

uniram e lançaram a idéia de um «Partido dos Trabalhadores» e de um encaminhamento conjunto para as questões salariais. A delegação de São Bernardo do Campo pretende fazer uma crítica à unidade com a Federação, porque se sente traída no movimento que culminou com a intervenção no ABC. Quanto à proposta de eleições diretas para a secretaria geral, ela tem um certo sentido, uma vez que hoje há sindicalistas autênticos mais conhecidos pelas bases: nas eleições diretas, quem não apostaria num Lula ao invés de um Joaquim, conhecido nas áreas sindicais como um dos maiores pelegos?

(S.I.)

PROFESSORES

A greve esquenta sob a água fria

A Praça da Liberdade, no centro de Belo Horizonte (MG), foi transformada, na terça-feira passada, numa verdadeira arena de guerra: cinco mil professores da rede oficial e particular de ensino, em greve desde o dia 17 de maio, promoviam uma manifestação pública. Aí ocorreu a primeira agressão comandada pelo Superintendente Geral da polícia, Thacyr Menezes Sia (apontado por diversos presos políticos como torturador), com as mangueiras jorrando água fétida do ribeirão Arrudas sobre os professores.

Mesmo molhados, os professores não arredaram pé da praça. Só se dispersariam após a intensificação da violência, com o lançamento de bombas de gás de efeito moral. A greve está quente: cem mil mestres de 300 cidades mineiras estão em greve pois o governo (no caso dos docentes da rede estadual) e os patrões (no caso dos que trabalham em colégios particulares) não querem conceder os índices de aumento salarial exigidos pela categoria. Enquanto os professores reivindicavam um piso de oito mil, o governo concedia apenas cinco mil cruzeiros. Eles prometem continuar em greve «até a vitória final».

• O mesmo ocorre com seus colegas da rede estadual de Goiás, que estão em greve desde o último dia 24, exigindo aumentos que vão de 202 a 313%, enquanto o governo promete reajustes de 30 e 105%.
• Também os professores de Pernambuco

estão com suas atividades paralisadas desde quarta-feira, 30. Os docentes da rede particular querem 85% de aumento; os da rede estadual reivindicaram de 10 a 150%, bem distantes, portanto, dos 45% que o governador Marco Antonio Maciel promete conceder.

• Em Brasília, um grupo de professores começou a organizar-se para concorrer às futuras eleições do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, se elas voltarem a ocorrer. A primeira meta dos professores é reivindicar a suspensão da intervenção em seu sindicato, decretada depois de um mês do reconhecimento do órgão e após a deflagração da greve dos 11 mil professores, que durou 13 dias. Dos 39 professores demitidos, apenas 3 ainda não foram readmitidos, devido a um veto do SNI. Todos os demitidos, porém, estão sendo coagidos a repor os vencimentos recebidos durante a greve. Outras medidas punitivas foram tomadas, como a reposição das aulas aos sábados, que «visam esvaziar as reuniões dos comandos regionais da greve, que não chegaram a ser desmobilizados. O mais revoltante é que os fura-greves estão livres desta obrigação», disse um professor.

Apesar disto, os professores estão trabalhando para melhor organização da categoria: «não seremos pegos com as calças na mão».

GREVES

• **MOTORISTAS** — Recife também parou. Mesmo sem a presença do presidente do seu sindicato, Manoel Ferreira, que se omitiu, a maioria absoluta dos motoristas de Recife paralisou suas atividades na madrugada de quinta-feira, rei 40% de aumento salarial imediato e mais 40% dentro de um mês.

«Não temos com quem negociar porque este grupo que paralisou os trabalhos não tem liderança», disse Carlos Alberto Gueiros, presidente do sindicato patronal, que se negou a fazer qualquer contato com os motoristas. Segundo os empresários, 2.500 ônibus trafegam diariamente em Recife e cem por cento deles estavam parados no início da manhã de quinta-feira. O comparecimento dos empregados na indústria e comércio foi de apenas 50% e a vida de Recife — assim como de uma dezena de cidades da área metropolitana — foi inteiramente tumultuada. Calcula-se que 80% da população utilizam o ônibus como transporte. Os trens suburbanos trafegaram superlotados durante todo o dia e os táxis cobraram preços extorsivos.

O governador Marco Maciel, que fez o relato da situação ao Ministro Murilo Macedo, entendeu que não houve formalização da greve, mas garantiu que receberia os grevistas «para ouvir suas reclamações». Eles, além de reivindicações salariais, exigiam a liberação de seis companheiros presos em piquetes e que nenhum deles fosse demitido no prazo de 90 dias.

• **ELETRICITÁRIOS** — Venceu dia 4, segunda-feira, o prazo de 10 dias que os eletricitários de São Paulo propuseram às empresas para que estas respondam ao

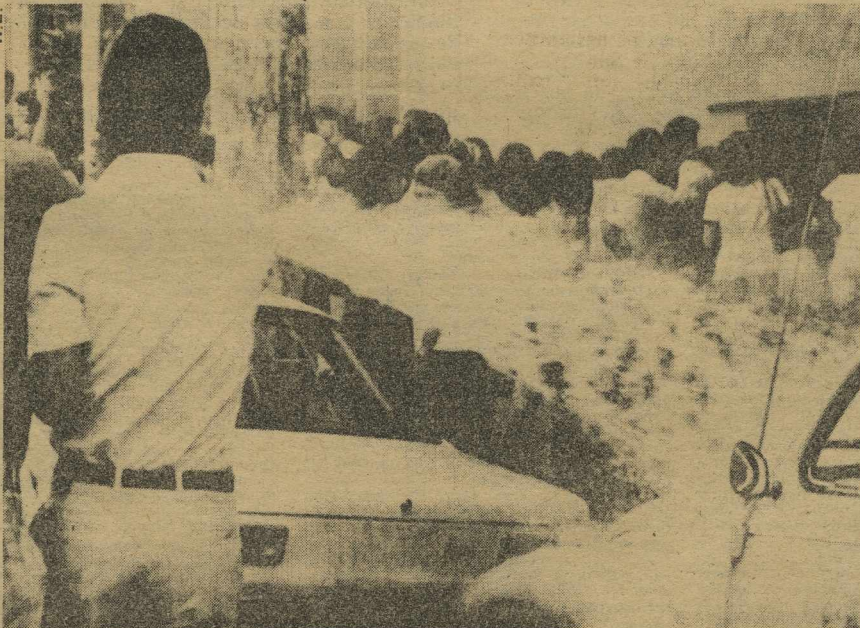


pretendido aumento salarial de 30% mais Cr\$2 mil. Nesse mesmo dia, os trabalhadores — que somam 18 mil na região — encaminharão a formação de comissões nas empresas e outros detalhes para a realização da greve que vem sendo organizada para o dia 1º de julho, caso as empresas neguem o aumento. Segundo o verificador de leitura Rubens Fandino, há 23 anos na Light, 54% dos eletricitários recebem salários médios de cinco mil cruzeiros: «Não dá nem pra pagar aluguel.» (Nilson Monteiro)
• **FUNCIONÁRIOS** — Para protestar contra «a política de arrocho salarial do governo, que nos deixou sem reajuste que nos permitisse enfrentar a alta do custo de vida», conforme carta aberta distribuída à população, cerca de 1.500 funcionários públicos de São Paulo realizaram uma passeata pelo centro da capital, seguida de ato público no Largo de São Bento, dia 29 de maio. (Hélvio Falleiros)
• **METALÚRGICOS** — Neste próximo fim de semana*, os empresários do ABCD farão o primeiro pagamento após o acordo assinado por Lula, Marcílio e Lins e sacramentado pelas assembleias dos metalúrgicos no dia 13 de maio (ver Movimento n° 202).

Pelo texto do acordo, deverá ser descontada do salário dos operários a primeira parcela da reposição dos dias parados. No entanto, há um problema: o nível de mobilização e revolta dos trabalhadores com o acordo é muito alto, e o próprio Lula vem repetindo — mesmo que diplomaticamente — que os trabalhadores devem parar se qualquer hora de greve for descontada. Em vista disso, muitas empresas estão tentando esfriar o ambiente. A Ford chamou Lula para oferecer um sistema de descontos em prestações «mais suaves», a Schuler e a Perkins, distribuíram boletins garantindo que descontarão efetivamente os dias parados... mas só a partir do mês seguinte. Uma das causas da cautela dos patrões: a indústria automobilística está com sua produção atrasada e não quer se arriscar a ver as fábricas paradas.

(RP)

* O pagamento nas grandes fábricas seria nos dias 9 e 10, sábado e domingo. Em vista disto, a Ford e a Volks, por exemplo, pagarão nos dias 7 e 8.



Os jatos d'água da polícia...



animaram ainda mais os professores

A GREVE DOS JORNALISTAS

OS GREVISTAS E OS BARÕES DA IMPRENSA

A greve dos jornalistas de São Paulo, encerrada na madrugada da última terça-feira por decisão de uma assembleia de cerca de dois mil profissionais, teve como saldo geral uma derrota desta combativa categoria — esta é a opinião praticamente unânime dos grevistas. A euforia de certos patrões com essa derrota chega aos limites do triunfalismo mais ridículo. A S.A. O Estado de S. Paulo — cujo comportamento nesse episódio está começando a lhe valer a alcunha de «A Volkswagen da Imprensa» — disse em editorial, na quarta-feira, que a vitória conseguida sobre os assalariados marcava nova era da história, «uma nova fase na nossa existência». Nos três dias seguintes ao fim da greve, o número de jornalistas demitidos chegava a quase 100 — e em muitas dessas demissões se podia notar um nítido espírito de perseguição e de revanchismo por parte dos empresários. E, pior que isso, um generalizado sentimento de desânimo se alastrava pelas redações.

Mas, ao mesmo tempo, um sentimento oposto a esse começava a surgir em várias redações e especialmente na diretoria do Sindicato dos jornalistas: o de analisar profundamente a derrota e o movimento para extrair daí as lições que permitirão reagrupar a categoria cuja tradição e combatividade já permitem garantir que ela não será derrotada por um só golpe, mesmo que violento.

A reivindicação de um aumento salarial de 25% e mais a estabilidade provisória de representantes do sindicato nas redações não foi obtida. Tratava-se de uma campanha salarial intermediária entre um e outro dissídio; os patrões haviam oferecido 16% de antecipação salarial. Com a greve, os patrões chegaram a um aumento real de 2%, mais 14% de antecipação e vaguissimas promessas de «estudar» a questão das funções dos delegados sindicais. Era evidentemente uma proposta irrisória — embora não muito distante dos resultados obtidos em campanhas salariais de categorias mais numerosas e melhor situadas na produção; o resultado da greve de 15 dias do ABCD, por exemplo, foi um aumento efetivo de apenas 2,85% acima do índice oficial se não se considerar o aumento de 11% que os metalúrgicos tinham obtido após as greves de maio de 1978.

Os 2% de aumento efetivo foram rejeitados pelas assembleias da categoria — pois não eram extensivos aos profissionais de rádio e tevê, apenas aos de jornais e revistas. O principal sinal de derrota, no entanto, não foi o modestíssimo aumento salarial que a greve obteve; o sentimento de frustração veio do fato de os jornalistas terem saído da greve abatidos pela desorientação e pelo desânimo.

OS PATRÕES SE LEVANTAM

Os patrões querem aproveitar a oportunidade para aniquilar a organização dos jornalistas. Seus editoriais de avaliação da greve chamam o movimento de irresponsável, inconsequente, selvagem, fanático e fascista. Mas é justamente no combate a argumentos como os desses editoriais que os jornalistas encontrarão os primeiros pontos de apoio para se reanimar e retomar seu caminho.

A S.A. O Estado de S. Paulo disse em editorial publicado no *Jornal da Tarde* e republicado no *Estadão* que o objetivo da greve não era o objetivo comum da maioria das outras greves, ou seja, um aumento salarial compatível com a alta do custo de vida. Os objetivos seriam «meramente políticos e ideológicos»; a greve seria um «instrumento de conquista do controle total da imprensa brasileira, controle esse que até agora vêm (os jornalistas) tentando exercer através da atividade das conhecidas patrulhas ideológicas».

«Trata-se de suprimir mais uma liberdade burguesa: a da grande imprensa independente (burguesamente independente, é claro)». Como prova, O Estado diz que a média salarial de seus jornalistas seria de 30 mil cruzeiros. Mas esses barões da grande imprensa não podem ir longe com seus raciocínios. Do alto de seu império gráfico e imobiliário recauchutado recentemente

com generosos empréstimos do Bank of Boston, a Volkswagen da Imprensa exclui do quadro de seus jornalistas, deliberadamente ou por preconceito elitista, as dezenas de revisores que ao lado de suas máquinas compositoras ganham o piso profissional de 8 mil cruzeiros, sob o tacão de tecnocratas que lhes cobram produção medida por lauda, letra, vírgula, ponto e acento.

Para eles a greve foi produto de conspiração «promovida pela cúpula sindical dos jornalistas». Ela não decorreu do fato de os salários terem sido aviltados durante os últimos quinze anos de arrocho salarial. Os patrões não se lembram do que está escrito em seus próprios jornais: que a alta do custo de vida em 1979 já está acima de 20%. A reivindicação de 25%, baseada na perda do poder de compra dos salários da categoria calculada pelo DIEESE, não passa, para O Estado de S. Paulo, de uma artimanha dos comunistas!

Na sua infatigável pregação contra os grevistas, O Estado diz que os fura-greves — apenas três profissionais do *Jornal da Tarde*, vespertinos da mesma casa — são «os jornalistas responsáveis que permitiram à Imprensa Livre continuar informando». Nesse ponto, a argumentação de O Estado foi engrossada por outros empresários que chegaram a dizer que a greve serviu apenas para demonstrar que os jornais poderiam ser feitos com menos gente. Ora, se fosse verdade, isto seria uma confissão de burrice; mas, infelizmente não se tem notícia de patrão que empregue trabalhadores por altruísmo. Com esses argumentos, os patrões têm, na verdade, outros objetivos: o *Jornal da Tarde*, por exemplo, tenta esconder o fato de na segunda-feira, dia 28, ter vendido 42% menos do que o normal em 29 bancas do centro da cidade, conforme demonstrado por pesquisa feita pelos próprios jornalistas. Isso prova que o público não estava apreciando o *Jornal da Tarde*, «biónico». Os patrões tentam esconder também o sucesso que a campanha «não compre jornais» começava a ter junto à população paulista.

Um dos jornalistas de mais de 100 mil cruzeiros por mês, cuja existência foi lembrada pelo *Estadão*, disse em uma das 5 assembleias da categoria que o *Estadão* do domingo da greve não havia perdido quase nada em relação aos de outros domingos: de fato, para quem vê os jornais mais como negócio publicitário, o jornal perdeu apenas 20 páginas, por falta de notícias. Jornais assim podem de fato, ser feitos sem jornalistas; são no entanto, verdadeiros jornais biónicos, simulacros de jornais, produtos cozinhados de agências de notícias, amontoados de press-releases alinhavados pelos espíritos obedientes dos que furavam o movimento grevista.

Os donos de O Estado, «democratas» que apoiaram o regime de Pinochet, que defenderam em editorial o golpe fascista do General Videla, que sempre estiveram ao lado das intervenções armadas americanas, também criticam e contestam a democracia das grandes assembleias que decidiram a greve dos jornalistas. Além de ficarem frustrados com os debates e as deliberações de greve, tomadas em votação com maiorias sempre superiores a dois terços, a S/A O Estado qualificou todo o processo de «happening da discoteca do Evaristo». Ou seja, para esses oligarcas da imprensa, discoteca é a igreja da Consolação ou a de São Domingos, cedidas por D. Paulo Evaristo Arns para as assembleias gigantes dos jornalistas.

E quem teria participado da greve e dos piquetes? Segundo o vocabulário rançoso dos Mesquistas, foram «centenas e centenas de jovens recém-saídos de faculdades de jornalismo, que jamais trabalharam em qualquer empresa». Trata-se de nova e deslavada mentira: em primeiro lugar, porque o controle da entrada nas assembleias da categoria foi severíssimo, onde inclusive Lula e outros conhecidos líderes sindicais só entraram com a autorização da diretoria. E mais: pesquisa realizada em uma das assembleias constatou a presença de apenas 2% de jornalistas desempregados.

A última grande falácia dos patrões é a de que a categoria incorreu no desvio do «grevismo», ou, da greve pela greve. No entanto, os patrões esquecem que os jornalistas nunca aprovaram a tese de «25% ou greve», que caracterizaria uma atitude de intransigência. Foi exatamente a intransigência patronal que levou à greve, pois responderam ao pedido inicial da categoria com um soleníssimo não e se limitavam a comunicar suas decisões através de anúncios publicados em seus jornais, recusando-se a sentar à mesa de negociações, como sugeriram os jornalistas.

A DERROTA POR DENTRO

Ao mesmo tempo em que os jornalistas travam agora o necessário combate contra as mentiras patronais, eles iniciam também uma discussão em profundidade sobre as causas internas do fracasso do movimento. Em primeiro lugar está patente agora que houve uma falsa expectativa em relação ao que seria o sucesso do movimento. Nos seis dias de greve os jornalistas conseguiram manter um índice elevadíssimo de ausência ao trabalho: várias redações ficaram sem um único jornalista, a grande maioria só teve dois ou três comparecimentos e apenas uma ou outra teve presença superior a dez por cento. Mas, para muitos jornalistas, erroneamente, o sucesso da greve só se caracterizaria se os jornais não estivessem sendo impressos ou distribuídos.

Nos três primeiros dias de greve, os jornalistas se arriscaram heroicamente, mas de forma infrutífera, na tentativa de impedir a saída dos caminhões de diários como A Folha e O Estado. Tentavam, aparentemente, reeditar a experiência de 1961, última grande greve nos jornais paulistas, quando piqueteiros deitados diante dos caminhões das Folhas e dos Diários, especialmente, conseguiram impedir sua circulação. Mas a época era outra. A polícia de 1961 jogou água nos piqueteiros e depois negociou; a polícia de 1979 jogou bombas de gás lacrimogêneo, bateu de casaca e prendeu 12 grevistas. Os donos de O Estado ordenaram que os caminhões fossem disparados contra os piquetes e tinham helicópteros contratados para tirar os jornais das oficinas.

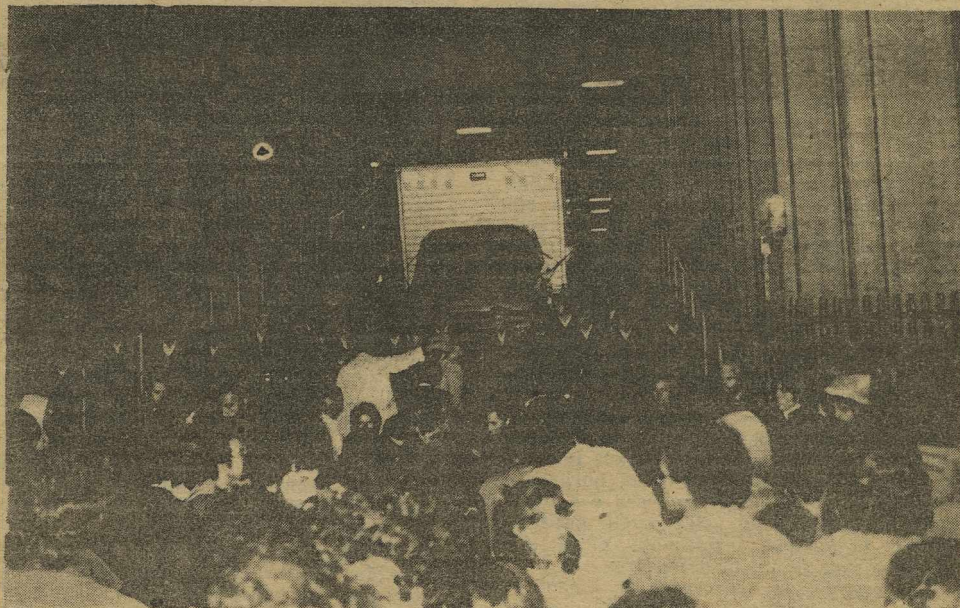
Fundados na falsa expectativa de parar a distribuição dos jornais e sem conseguir um apoio dos gráficos numa greve de solidariedade — objetivo aliás impossível de se conseguir num curto espaço de tempo — os jornalistas não valorizaram o que já haviam conseguido: a evidente redução da qualidade editorial dos jornais e o apoio popular, que era crescente. E assim acabaram caindo no engodo que os patrões montaram: aceitar que a publicação de edições biónicas dos jornais caracterizavam um funcionamento normal de suas empresas e uma derrota dos grevistas. Ora, jornais biónicos é o que cada vez mais os monopólios da infor-

mação podem fazer graças à multiplicidade de agências, inúmeros serviços oficiais de notícia e press-releases, fura-greves e redatores exóticos.

No terceiro dia de greve alguns jornalistas já tentavam convencer a categoria que nada estava dando certo. Percebendo a vacilação, os patrões endureceram suas posições. E a força que o movimento perdeu com a vacilação, transformou-se a seguir, no insistente argumento dos vacilantes e na principal arma dos patrões.

Os jornalistas que desde o começo se colocaram contra a greve, tiveram também um papel central no enfraquecimento interno da categoria. Eles usavam sempre dois argumentos para condenar as greves e defender a trégua: primeiro, o de que a greve não se manteria no dia seguinte a cada assembleia; segundo, que o fim da greve deixaria os jornalistas numa posição de força e de cabeça erguida. Os fatos mostraram que eles argumentaram com duas falsidades: 1) toda a decisão de manter a greve foi acatada pela categoria; não houve sombra de retorno desorganizado para as redações; 2) a decisão de voltar ao trabalho na madrugada de terça-feira, ao contrário do que eles diziam, destruiu o ânimo dos jornalistas e deixou a categoria quase sem possibilidade de defesa. Uma quinta coluna de inimigos da greve infiltrada entre os grevistas era a principal defensora da tese de que a categoria não se organizaria na luta, que para isso seria necessário uma trégua. E mais essa falsidade também ficou evidente: a trégua só desorganizou a categoria. Os jornalistas de São Paulo e seu valoroso Sindicato tem diante de si, a partir de agora, árduas tarefas. De um lado, resistir à insidiosa campanha ideológica e política dos patrões e de seus aliados e logo retornar à ofensiva. Por outro lado, aprofundar a discussão e a reorganização da categoria.

Não há porque não acreditar no sucesso da empreitada. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, esteve na dianteira das principais lutas dos assalariados travadas nos últimos anos: a campanha pelos direitos humanos e pela reabilitação da memória de Vladimir Herzog; a luta pela liberdade de imprensa pelo novo piso salarial, aumentado em mais de 70% em novembro; a luta contra a intervenção no ABC, pela preparação do 1º de maio Unificado em São Bernardo; a democratização na participação sindical através do Conselho Consultivo de Representantes de Redação; e outras conquistas. E é por isso mesmo que contra esse Sindicato e em particular contra a pessoa de seu presidente, David de Moraes, é concentrado agora o fogo da artilharia patronal e de seus acólitos. Se os barões da imprensa nos atacam com tanta fúria, no entanto, eis um motivo para crer que a despeito de nossos erros, estamos no bom caminho.



A tentativa frustrada de parar a distribuição de O Estado de S. Paulo

A LIBERDADE

Apenas três grandes empresas (Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e Estado de S. Paulo) concentram 46% do patrimônio líquido do setor e 52,7% do faturamento, ficando o resto para ser distribuído entre os outros 205 diários brasileiros. Não é óbvio que é a monopolização que representa uma ameaça à liberdade de imprensa e não a greve dos jornalistas por melhores salários?

Por Flavio de Carvalho

Quando a greve dos jornalistas de São Paulo terminou na semana passada, os grandes jornais e revistas trataram de passar logo à retaliação; além das demissões em muitas redações, os jornalistas começaram a ser vítimas também da acusação de terem pretendido liquidar com as «liberdades burguesas», como diz um dos editoriais do *Jornal da Tarde*.

Ao prejudicar a grande imprensa, dizem basicamente os editoriais, os jornalistas estão se voltando, de forma ingrata e traiçoeira, contra aqueles que, no período mais duro do regime militar, deram proteção e foram trincheiras de liberdades. O *Estado* invoca mesmo, de maneira aparentemente desinteressada, o fato de nunca ter delatado seus redatores por crimes de opinião e de, às vezes, ter mesmo protegido fisicamente muitos perseguidos pelo regime. Em todos os editoriais circula a mesma idéia, a de que foi um monopólio dessas empresas a defesa da democracia; dezenas de jornalistas que pagaram com a vida a defesa desses mesmos ideais não são sequer mencionados. E, como a defesa das liberdades não se faz apenas nas salas das diretorias dos grandes jornais com meia dúzia de princípios liberais, mas sobretudo, no caso dos jornais, com a produção concreta de material jornalístico, na qual os jornalistas se empenharam resolutamente, é no mínimo uma omissão histórica deliberada com segundas intenções dizer hoje que os jornalistas se voltam contra os que defendiam a liberdade pouco tempo atrás.

Aos jornalistas, ao longo da nossa história independente, sempre se pôde atribuir o atributo de lutador pela liberdade; em nenhum momento eles são vistos, como categoria, impondo um retrocesso histórico ou algum negrume de opressão. O mesmo se pode dizer dos donos da imprensa e dos princípios que hoje norteiam os editoriais? Um desses princípios que corre lado a lado, nos editoriais, com a «defesa da liberdade de imprensa burguesa» como fala o *Jornal da Tarde* é o da defesa da «Livre Empresa». O *Estado* e o *Jornal da Tarde* observam que há uma íntima correlação entre as duas coisas evêem na greve dos jornalistas, na verdade, uma bem organizada conspiração contra a Livre Empresa. Liquidar com a liberdade de imprensa burguesa, observa o *Estadão*, é liquidar também com ordem burguesa instituída; por isso, os jornais da família Mesquita já se preparam para uma luta que se afigura longa, e que só terminará segundo os editoriais com a estabilização da cena política brasileira.

Mas cabe aqui a pergunta: que liberdade de imprensa e de empresa estes jornais estão defendendo?

Da caracterização do que sejam essas liberdades, será possível mostrar, ironicamente, que é justamente a grande imprensa que ameaça as liberdades burguesas formais e que a livre empresa e a liberdade de informação estão sendo gradualmente liquidadas justamente pelos que agora posam de únicos defensores.

Em resumo: é o processo de monopolização da economia — dentro da qual os jornais também são entendidos como em-

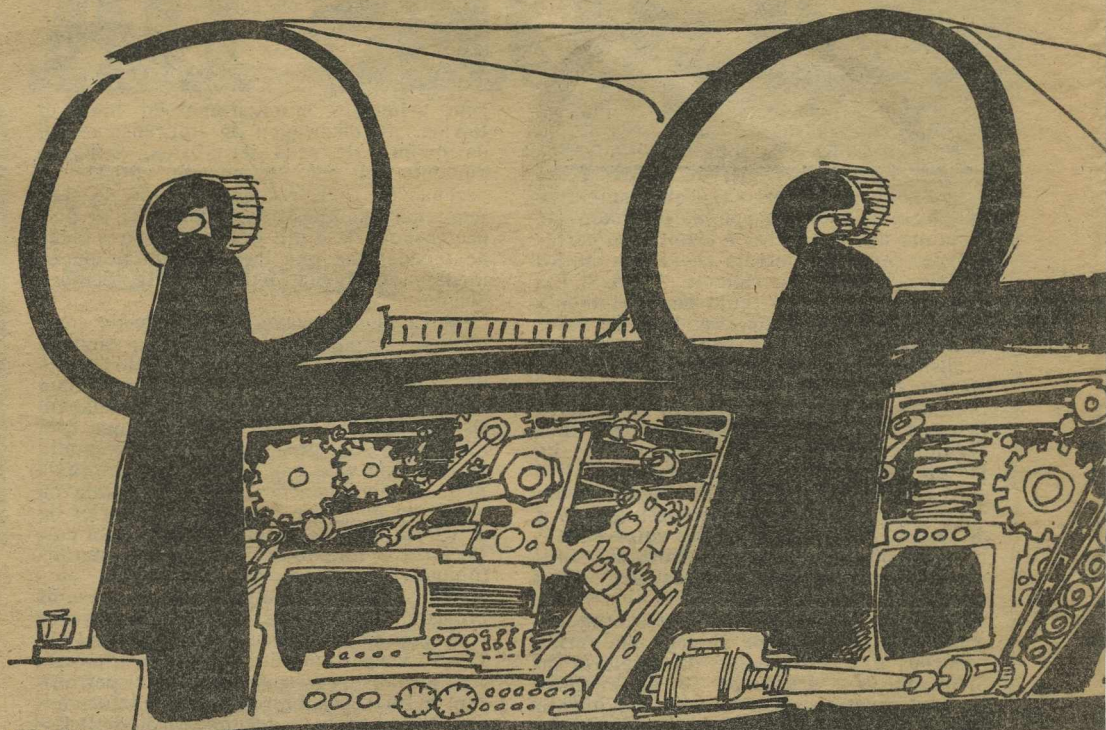
presas que fornecem um produto, a informação política — que liquida com a diversidade dos órgãos de informação, no caso dos jornais. Atualmente, apenas 3 grandes empresas (Folha de São Paulo, *Jornal do Brasil*, *Estado de S. Paulo*) concentram 46% do patrimônio líquido de todo o setor jornalístico e 52,7% do faturamento. Quantas empresas editoriais desapareceram para ceder espaço a esses gigantes da informação? E cada jornal que desapareceu, vítima da concorrência, com suas redações e editoriais, não significou um empobrecimento da democracia? Certamente que uma melhoria da multiplicidade de opiniões é que não aconteceu ao longo dos últimos tempos.

Informar, um negócio como qualquer outro

As duas últimas décadas mudam radicalmente a face da imprensa brasileira, e não foi só censura e a ação policial direta que contribuiu para tirar do mercado muitas publicações independentes ou representativas de classe. Uma parte considerável da imprensa simplesmente desapareceu quando se iniciou o processo de modernização recente da economia. Não precisamente apenas porque eram ineficientes ou pouco criativas, mas, principalmente porque a modernização capitalista exigiu a aplicação de vultosos recursos; sobreviveu, portanto, quem já tinha uma acumulação ou uma capacidade de captar recursos para comprar as caríssimas máquinas importadas e investir nas onerosas instalações industriais modernas. Ou seja: sobreviveu e cresceu quem já tinha dinheiro e poder. E, nem sempre, ter dinheiro de sobra e estar junto do poder significa poder merecer um atestado de independência.

A história recente desses gigantes da informação, é também a história da aceleração súbita do processo de monopolização na imprensa. Nela, é a *Folha de São Paulo* a empresa pioneira e uma das mais bem sucedidas. A o contrário do *Estado* e do *Jornal do Brasil*, que se lançam à modernização durante os «anos do milagre» a *Folha de São Paulo* embarcou precocemente no modelo.

Ao reunir num só vários jornais no início da década de 60, o empresário Octávio Frias começava uma carreira de fulminante sucesso. Um investimento de 8 milhões de dólares (na época) permitiu a compra e instalação do mais moderno parque gráfico do continente: em todo mundo, apenas duas outras gráficas dispunham de equipamento semelhante, uma nos Estados Unidos e outra na Escócia. Com isso a *Folha* passou a ser o primeiro grande jornal brasileiro impresso em *Offset*, uma técnica muito mais veloz e econômica do que a impressão tradicional, por alto relevo. Os antigos linotipos se tornaram relíquias comparadas com o equipamento de composição adquirido. Antes era preciso 48 linotipos trabalhando 24 horas por dia, 4 turmas de operadores para produzir a *Folha de São Paulo* e mais três jornais. Hoje, com seu



equipamento moderno, são produzidos pela empresa mais 9 jornais com um equipamento com uma produção equivalente à de 250 linotipos. E a modernização não pára: com a instalação de leitores óticos para os textos, as máquinas de composição podem agora despejar 500 linhas de composição por minuto, equivalente aproximado de uma página de jornal tamanho standard!

A modernização «milagrosa»

As primeiras vítimas necessárias da modernização: muito menos gráficos, fim da profissão do linotipista. Cada vez é preciso menos trabalhadores para executar as mesmas funções, permitindo à empresa enormes economias. Onde existe um estudo específico sobre isso, os dados são claros. O jornal inglês *Manchester Guardian* dizia, no começo de 1977, que um investimento de 20 milhões de libras somente na área de fotocomposição permitiria uma economia, em somente um ano, de 16 milhões apesar do custo social de 7 mil empregos. De fato, no caso brasileiro, a *Folha de São Paulo* pôde amortizar o pagamento de seu parque gráfico entre 1965 e 1972. A *Folha* entra assim nos anos do «milagre econômico» em situação vantajosa.

Graças a essa precocidade, a situação da *Folha* é hoje risonha. Ela pode modernizar também sua frota de entrega, ampliando substancialmente a distribuição e venda, diversificar seus negócios e imobilizar muito dinheiro na compra de imóveis no centro de São Paulo. Como o período do «milagre» é, coincidentemente, também o do mais forte arrocho salarial, as empresas jornalísticas em geral também puderam contar com uma fonte adicional de captação de recursos: o que deixaram de pagar aos jornalistas nessa época — como acontece com qualquer empresa — foi, certamente, para ajudar a financiar parcialmente a expansão ou construção de suntuosas sedes e para enriquecer ainda mais os donos das empresas.

Nos «anos do milagre» a febre de compra

no exterior, com liberação de crédito de maneira indiscriminada, leva o Brasil a ficar numa posição original: afirma o *Balanco Anual da Gazeta Mercantil* que o Brasil passou a contar com o segundo parque gráfico do mundo, derrotado apenas pelos Estados Unidos, gerando uma capacidade ociosa que chega a ser da ordem de 80%.

Os dois outros grandes jornais da imprensa brasileira o *Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, têm de seguir, forçosamente, o exemplo da *Folha*. Dentro do modelo, concentrador, não se torna esquisito que essas empresas comprem no exterior parques gráficos sofisticadíssimos para atender a apenas 3,7 milhões de leitores de jornais numa população de perto de 100. A tiragem combinada de todos os diários brasileiros não chega nem perto dos quase 6 milhões de apenas um jornal japonês, o *Ashahi Shimbun*, e o Japão tem um parque gráfico mais modesto que o brasileiro!

O *Jornal do Brasil* montou justamente nessa época sua suntuosa sede na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro, financiado pela Caixa Econômica Federal, consolidando sua posição de liderança no Estado. Em São Paulo, o *Estado de S. Paulo* não teria a mesma sorte do JB. O governo Médici ordena, nas palavras de Delfim Netto, que seja colocado em «água morna» o projeto do *Estado de São Paulo*. Mas não há problemas. O *Estadão* se gabava de que já vinha sendo «assediado» por bancos particulares estrangeiros e, «em poucos dias» diz o editorial do *Estadão* quando foi inaugurada a nova sede em São Paulo «obtinhamos de um deles o primeiro empréstimo, da ordem de 10 milhões de dólares, com dez anos de prazo, sem aval de qualquer espécie, com a única condição por eles imposta contratualmente de que o jornal não mudasse de mãos até o pagamento do último centavo.»

Para responder a este gesto gentil dos bancos estrangeiros, o *Estadão* até hoje se desdobra para pagar a dívida externa que assumiu e o seu respectivo serviço; mas os resultados serão compensadores.

DOS MONOPÓLIOS



Aparentemente, não há nada de errado com essas histórias, a não ser o fato das empresas deixarem cada vez mais de ser jornais para se transformarem em empresas, e empresas cada vez maiores, liquidando sem contemplação os jornais menores e independentes. Nos Estados Unidos essa tendência está mais que clara. Diz a *Business Week* (The big money hunt for independent Newspaper) que dos 1762 jornais diários americanos, 1.047 já pertencem a cadeias nacionais. Em 1960, as cadeias e conglomerados controlavam 30% dos jornais e 46% das tiragens. Em 1977 passaram a controlar 60% dos jornais e 71% das tiragens. Nesse ritmo, diz a *Business Week*, o último jornal independente dos Estados Unidos vai desaparecer em 1984.

Vale tudo na briga pelo mercado

Remoto para o Brasil? Nem tanto: a Editora Abril avançou tanto pelo caminho da industrialização e da modernização capitalista da informação que ela vende praticamente tudo que tenha capacidade para imprimir. Se ela tem hoje posição de destaque na indústria editorial, não foi fácil chegar a essa situação, pois na luta pelo mercado que dá lugar à concentração em poucas mãos, vale tudo. A Abril foi seguidamente acusada pelos concorrentes de tudo que se possa imaginar, quando a briga pelo mercado ficou mais acirrada, pois era um grupo relativamente recente e por isso mesmo mais audacioso para arrancar fatias aos outros grupos. O decadente *Diários Associados* não poupou nada na sua campanha de denúncia dos diretores da Abril, que eram brasileiros naturalizados e que, pela Constituição, não poderiam assumir cargos de direção (a lei reserva os cargos de diretoria para brasileiros natos). A folha de São Paulo também moveu contra a revista *Intervalo* (hoje extinta) uma ação criminal e o Estado de São Paulo manteve um longo período de hostilidade para com a empresa, hostilidade aliás

recíproca: por muito tempo a revista *Veja* se referia ao Estadão apenas como «Pinoquião».

Passados os momentos mais cruciais de redivisão do mercado, essas grandes empresas agora parecem ter chegado a algum tipo de acordo de cavalheiros e não trocam mais tantos insultos e sabotagens como naqueles períodos mais cruciais.

Foram compensadores os resultados dessa luta surda. No ramo das indústrias gráficas, a Abril sozinha tem 14,7% do patrimônio líquido e 21,9% do faturamento. (O subsetor gráfico livros e revistas é classificado à parte do subsetor jornais). E na Abril que fica mais claro a estrutura de conglomerado: num momento eles se associam com o capital japonês para entrar no ramo das embalagens (Embal SA). No setor de histórias em quadrinhos, o sucesso é estrondoso: todo espaço publicitário nas infantis já está sempre vendido com pelo menos um ano de antecedência, e para remediar isso cada revista agora traz uma pilha de encartes. Na ânsia de vender tudo que possa imprimir, a Abril chegou ao ponto de editar um album de posters, sem obter a necessária autorização dos artistas fotografados, razão, pela qual foi parar na justiça, processada por 38 desses artistas de TV, por «uso indevido da imagem». Nenhum espaço escapa ao marketing da Abril: quando se verificou que o limite máximo de preços de produtos vendidos em bancas era de 100 cruzeiros, e o mínimo compensador para a manutenção de vendedores era de 2 mil cruzeiros, a Abril tratou de entrar no ramo do marketing direto, que permite vender produtos com preço entre 100 cruzeiros e 2000. O marketing direto da Abril (mala direta, onde se vende enciclopédias, discos, coleções etc) é agora responsável por 5% do faturamento da empresa e pode chegar até os 20% ou seja: o produto do trabalho dos redatores e trabalhadores da Abril entra atualmente por meandros infiscalizáveis.

Tudo normal para o capitalismo, reconhecemos; até mesmo a Abril se utilizar do parco capital de giro dos donos de banca:

eles têm de comprar à vista as publicações da empresa uma vez que a Abril tem quase monopólio de tudo colorido que se vê numa banca de jornais.

A farsa da Livre Empresa

De modo geral os grandes jornais compreenderam bem a lição do mercado e se lançam numa febre de diversificação de produtos, para compensar com o lucro dos setores mais dinâmicos os irmãos pobres ou temporariamente deficitários da empresa. O Estado de São Paulo expande-se também desse modo já há algum tempo: o grupo SA Estado de São Paulo tem controle da Rádio Eldorado, da gravadora Eldorado, da Transportadora OESP, de uma firma de planejamento e administração financeira OESP, e de várias fábricas de papel (5% na controvertida Braskraft e 28% na Paranaprint entre elas.). Decidiu também o Estado de São Paulo acabar com uma antiga tradição da empresa e começar a produzir suplementos com anúncios (os chamados na gíria jornalística de «malho») cujos serviços são complementados pela *Brazmedia Internacional*, que vende no exterior espaço publicitário do Estadão.

Nesse ponto, a livre iniciativa só pode ser considerada uma farsa que os grandes jornais defendem nos editoriais mas suprimem com práticas monopolistas eliminando os concorrentes. E não existe um poder monopolista no vácuo, em abstrato: a alguém ele serve, e o exemplo do que acontece em outros países mais avançados, como no caso alemão. O *Bild Zeitung*, o maior jornal alemão (com 4 milhões de exemplares diários) pertencente ao grupo monopolista Springer, que detém 40% da circulação das revistas alemãs foi atentamente estudado pelo prof. E. Kuchenhoff (*Monde Diplomatique*, maio de 1977) que apresenta conclusões bem interessantes: «O *Bild* ignora e falsifica informações.

sabota e enfraquece sistematicamente a luta dos trabalhadores e a solidariedade entre eles, instiga a separação dos trabalhadores entre eles e seus sindicatos», diz o prof. Kuchenhoff, então membro do Partido Social Democrata Alemão, que não é propriamente um partido radical.

No Estadão, mais polícia que jornalista

Obviamente, chega a um ponto em que a empresa supera a importância do jornal ou publicação e a redação passa a ser considerada apenas um segmento da linha de produção. E o processo industrial que determina, no Estado de São Paulo a diminuição do espaço editorial e impede o jornal de se tornar de alcance nacional: a edição dominical é indistribuível por todo o Brasil, pois o volume de propaganda torna-se de peso antieconômico para longas distâncias; qualquer aumento de circulação é proibitivo por causa do preço do papel e a tendência é cada vez mais as matérias se tornarem menores em detrimento da publicidade.

Não é só o leitor que pode se julgar ludibriado por estar comprando algumas páginas de texto fartamente recheadas de cadernos só de anúncios. Também os jornalistas se sentem atraídos pelos caminhos que tomou a empresa no caminho da monopolização: já em meados de 1977, pouco depois da mudança de sede do Estadão, os jornalistas puderam sentir o que significava a indústria OESP. Uma forte crise financeira da empresa obrigou-a a realizar cortes de despesas e a redação não achou justo que eles fossem feitos entre os jornalistas. Dizia um abaixo-assinado entregue ao dono do jornal que foi a redação que teve que arcar com os resultados dos erros de planejamento da mudança de sede e de produção do jornal. Foi a redação que realizou importantes reportagens para que o Estado mantivesse seu prestígio. «A tal ponto chegamos hoje», diz o abaixo-assinado — «que a empresa possui um contingente de guardas de segurança quase igual ao número de jornalistas da redação do Estadão; mais engenheiros que editores; mais recursos humanos e financeiros, espaço físico e benefícios para o setor administrativo que o editorial. Para caracterizar essa situação basta um exemplo cruel: hoje, o salário inicial de um guarda de segurança é superior ao salário inicial de um jornalista...»

Para os jornalistas que assinaram esse texto, há dois anos, poderia parecer misterioso mesmo irracional que o Estado de São Paulo investisse tanto em setores diversos da redação, mas a greve que acabou na semana passada mostrou que não pode haver nenhuma dúvida quanto aos propósitos da diretoria. Na «*Volkswagen* da imprensa» brasileira, como o Estado é chamado, foi onde se deu a mais dura repressão aos que faziam piquetes. Uma operação especial foi montada para retirar de lá os jornais, como se tivesse começado realmente uma guerra contra o Estadão: caso a polícia falhasse em romper o piquete, os helicópteros já estavam prontos para decolar com os jornais. As caixas d'água tinham suas mangueiras voltadas para o pátio interno, prontas para a eventualidade de uma suposta invasão do prédio. E a diretoria da empresa tratou o negociador enviado pelo sindicato dos jornalistas como um perigoso inimigo: chamado para parlamentar, o delegado do sindicato foi enganado e só ficou sabendo que o piquete estava sendo desmantelado truculentamente durante as negociações, no final da conversa com a diretoria.

Não é de se espantar; o Estadão sempre se considerou algo como uma instituição política, e ele efetivamente o é. Talvez o Estadão seja o partido mais elitista do Brasil ou do mundo, que costuma às vezes confundir seu destino com os da nação. Nesse sentido, nada de mais supor que a queda do Estadão será a queda da «livre empresa», e da nação. No caso da queda da nação como entende o Estado de São Paulo, é pelo menos curioso lembrar o que Júlio Mesquita disse decididamente na Associação Interamericana de Imprensa em 1963: «Se se chegar a estabelecer uma ponta de lança (do esquerdismo) do Brasil, os Estados Unidos terão de aceitar essa guerra (atômica) e então será o fim de tudo».

A DOAÇÃO DA JARI A UMA FUNDAÇÃO SUÍÇA

OS RELATÓRIOS SECRETOS CONTRA LUDWIG.

Relatório da comissão do Conselho de Segurança Nacional propunham intervenção federal nas terras do bilionário americano. Geisel gostava do projeto. Apenas lamentava pena que Ludwig quisesse fazer tudo ilegalmente.

A internacionalização da imensa área de milhões de hectares na divisa do Pará com o Arapá, onde o multimilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig está implantando o seu gigantesco projeto de exportação agropecuária-mineral — o chamado Projeto Jari — é uma travédia jogada no Brasil que está acontecendo em capítulos. Mas que parece já estar em aproximadamente o seu final. Agora, dois anos depois do início do empreendimento, estamos no capítulo que, na última semana, seria inimaginável: o Brasil terá de provar que a área do Jari é território nos-

so. Foi precisamente o que aconteceu na semana passada, depois que o procurador do Jari Florestal e Agrícola, Gustavo Avelino Rocha, revelou que a área onde se desenvolverá o projeto foi doada por Ludwig a uma fundação privada suíça (1). A revelação de Avertano, que também é suplente do senador bíblico do Pará, foi feita no último dia 22, em conversa informal com os membros da Comissão de Interior da Câmara. Os deputados ouviram a revelação com a maior naturalidade, como se a transação fosse inteiramente normal. O coordenador da divisão de desapropriação e alienação de terras do INCRA, Augusto Cláudio Duarte, porém, apressou-se em declarar, de forma veemente, que aquela área é território brasileiro e, conforme nossas leis, Ludwig não poderia doá-la a uma instituição estrangeira sem a aprovação do Ministério da Agricultura e do Conselho de Segurança Nacional — o que não aconteceu. Ainda segundo o coordenador do INCRA, se a doação realmente tiver sido feita, ela é passível de nulidade. E mais: se algum cartório registrar a transferência das terras sem a devida autorização do Ministério da Agricultura, que é concedida através do INCRA, será responsabilizado civil e criminalmente, de acordo com as nossas leis.

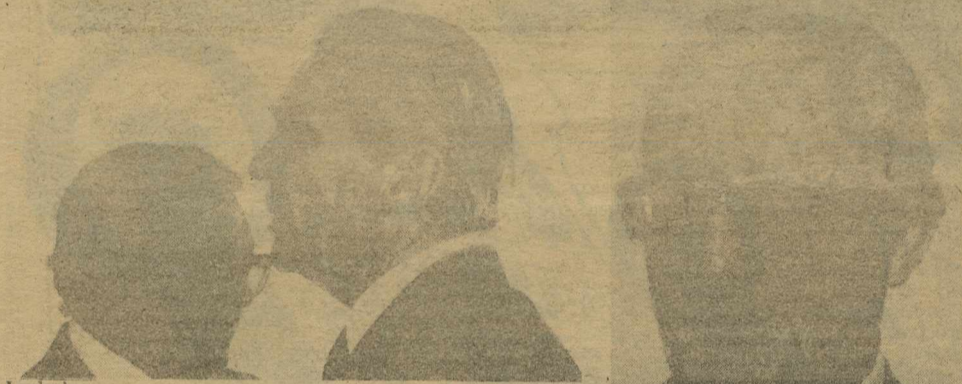
O grupo do Planalto e a Jari: quase uma coisa só.

Como foi possível que o escândalo da Jari chegasse à atual situação, apesar das insistentes denúncias e advertências feitas pelos mais diferentes setores do País? Os motivos são vários mas os principais passam, todos, pelo Palácio do Planalto. Em primeiro lugar, a soberania nacional — em sua real concepção e não a definida pela Escola Superior de Guerra — nunca foi assunto de maiores preocupações do grupo que há anos domina o Palácio do Planalto. Além disso, os principais membros do grupo — acusado de «anticonacional» por uma das pessoas que o conheceram de perto, o general Hugo Abreu — estão direta ou indiretamente comprometidos com a Jari Florestal. Como se lembra, o projeto foi criado em 1967, durante o governo Castello Branco, no período em que o grupo do general Golbery do Couto e Silva ocupava pela primeira vez o Palácio do Planalto — o general Ernesto Geisel como chefe do gabinete militar, Golbery como criador e primeiro chefe do SNI, tendo como um de seus principais assessores o major Heitor de Aquino Ferreira. Com a posse do Marechal Costa e Silva, que deslocou a gang golberiana dos cargos principais no governo, o major Heitor Aquino se tornou empregado de Ludwig, no cargo de diretor da Jari em Belém.

Do alto de seu novo posto, Aquino socorreu seu velho chefe, ajudando Golbery a conseguir um notável emprego na Dow Chemical, truste norte-americano com o qual Daniel Ludwig tem grande vinculação — segundo se informa, seria um de seus principais acionistas.

Com Heitor no cargo de secretário particular do presidente, Golbery como chefe do Gabinete Civil e Geisel na Presidência da República, não se poderia esperar, realmente, que o governo passado adotasse medidas que contrariassem os interesses da Jari, mesmo que fossem em favor da soberania nacional. Ao contrário, o governo

Reunião da Comissão da Câmara Federal que estuda o projeto Jari.



Ludwig: aos herdeiros, um pedaço do País; ao seu lado, o assessor Avertano.

Geisel: soube de tudo, não fez nada

Geisel foi o período em que o projeto de Ludwig recebeu maiores facilidades desde sua criação. Basta lembrar o aval do próprio governo federal para um financiamento da ordem de 200 milhões de cruzeiros, para a compra de uma fábrica de celulose e termoelétrica. Isso a despeito de o negócio ser duplamente lesivo aos interesses nacionais — de um lado, porque contribuiria, como contribuiu, para agravar ainda mais a dívida externa; de outro, porque a «Lei de Similaridade» impedia a importação de máquinas e equipamentos que possuam similares de fabricação nacional, como era o caso.

O Secretário de Geisel também era garoto-propaganda da Jari

Como lembra um oficial que serviu no Palácio do Planalto no governo passado, «Ludwig ia a Brasília constantemente e era recebido pelo presidente fora de agenda, fora de horário». «Os comentários no Palácio eram de que Aquino protegia os interesses de Ludwig», diz esse oficial. Mais do que isso, Aquino era um verdadeiro garoto-propaganda do negócio de Ludwig. Ele possuía um filme de propaganda da Jari e, por diversas vezes, insistiu com o General Hugo Abreu para que o assistisse. Acabou dando uma cópia do filme à secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão do qual o general Hugo Abreu, como chefe do gabinete militar, era o secretário.

Contudo, apesar dos poderosos amigos de Ludwig que o cercavam, Geisel foi alertado a tempo sobre o problema do futuro da Jari e, se tivesse atendido às recomendações que lhe chegaram, teria evitado o problema que agora surge com a possível doação da Jari a uma instituição estrangeira. Conforme Movimento conseguiu apurar, o projeto Jari foi objeto de pelo menos duas investigações sigilosas realizadas durante o governo passado, cujos resultados acabaram arquivados sem que tivesse sido adotada qualquer das providências recomendadas.

fundação americana, o que é uma coisa semelhante a vender uma parte do território brasileiro», segundo as palavras de um oficial que teve acesso ao documento. O relatório propunha providências drásticas para resolver este problema: acabar com o projeto ou negociar um acordo com Daniel Ludwig.

O relatório foi entregue a Geisel, em mãos pelo próprio general Hugo Abreu. Alguns dias depois, o então presidente o devolveu à Secretaria Geral do Conselho, sem qualquer anotação — e, naturalmente, nenhuma providência.

Com a vez, o general Hugo Abreu queixou de Geisel a seguinte comentário, em que não pôde negar o perigo que o problema do Jari representa: «Porque, quando se trata dos interesses de desapropriação de terra feita, disse Geisel a Abreu: «O Ludwig é brasileiro. O projeto dele é muito bom, mas ele não quer fazer nada dentro das nossas leis».

Apesar do Planalto, ainda há tempo para retomar a Jari

É possível impedir a internacionalização da Jari? A continuar a atual marcha, não está longe o dia da apropriação definitiva da Jari por grupos estrangeiros, transformando a região num enclave colonial, a exemplo do que ocorreu em Catanga, no ex-Congo Belga — e só aí saberemos, finalmente, qual a real extensão das terras ocupadas pela Jari.

Já começa a se formar uma consciência nacional em torno do problema. Como reflexo dessa crescente tomada de posição diante do verdadeiro escândalo em que se tornou o Projeto, foram formadas de uma só vez duas comissões na Câmara dos Deputados para investigar o assunto — a Comissão do Interior e de a Segurança Nacional. Na semana retrasada, a comissão do Interior tomou o depoimento do Procurador da Jari, Avertano Rocha, e agora pretende enviar uma delegação parlamentar para visitar a área.

A comissão de Segurança, por sua vez, preferiu nomear uma subcomissão para fazer um estudo preliminar sobre o problema. Entre os membros da Comissão, há um que já conhecia muito bem o assunto: o jornalista Edson Vidigal, recentemente eleito deputado pela Arena do Maranhão. Em 1975 ele fez uma reportagem denunciando a existência de trabalho escravo na Jari, publicado no semanário «A Ilha», de São Luís, sob o título «Escravidão branca no inferno Verde».

Facilitado pelos valiosos conhecimentos de Vidigal, a subcomissão de Segurança Nacional preparou um relatório de onze páginas, que reúne as principais denúncias existentes contra o projeto, constituindo-se num verdadeiro libelo contra o empreendimento. Após situar o Projeto Jari «dentro de um contexto de política econômica, ditada pela internacionalização do capital», adverte o relatório: «O poder legislativo não pode calar, sob pena de, na posteridade, sermos considerados omissos e conseqüentemente coniventes com a criação de «enclaves» desagregadores de um modelo de desenvolvimento nacional». Para tentar esclarecer a série de dúvidas e controvérsias existentes em relação ao Projeto, a subcomissão sugeriu e a comissão de Segurança aprovou, a convocação de uma série de autoridades do Governo e da Jari Florestal. O Ministro da Marinha, Maximiano Fonseca vai inaugurar a tomada de depoimentos.

A retomada da soberania brasileira sobre aquela extensa faixa de terra, porém, é uma tarefa que exige um esforço extraordinariamente maior. De qualquer forma, é preciso um começo e mesmo que estivesse içada uma outra bandeira na região, ainda seria tempo.

(1) Seria uma fundação privada de combate ao câncer, «sem qualquer vinculação estatal», disse Avertano.

A CRISE DO PODER MILITAR (I)

Reunidos em Paris, cientistas sociais de vários países debateram durante dois dias o tema «os militares e a política», procurando analisar a atuação das Forças Armadas enquanto «partido político». Movimento reuniu quatro cientistas que apresentaram estudos sobre os militares brasileiros e debateu com eles a natureza da crise militar no País e as conseqüências dessa crise na luta da oposição democrática.

Por Aureliano Biancarelli

Durante dois dias, 17 e 18 de maio, especialistas de vários países participaram em Paris de uma mesa redonda sobre o tema «Os militares e a política». Organizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Internacionais, CERI, da Fondation National des Sciences Politiques e pela Maison des Sciences de l'Homme, a reunião vinha sendo preparada desde 1977 na formulação de uma hipótese de trabalho que deveria ser testada pela análise da atuação dos militares em vários países onde as Forças Armadas exercessem um papel político preponderante. Alain Rouquié, estudioso dos militares e principal organizador do encontro, partia do princípio de que os regimes militares não poderiam mais ser analisados enquanto fenômeno exótico ou patologia da vida política, uma vez que a ruptura da ordem constitucional por esses militares já é um fato generalizado entre os países subdesenvolvidos. Assim, os pesquisadores do CERI passaram a analisar as Forças Armadas enquanto força política, com características de funcionamento e organização próprias, ou seja, passaram a estudar os aspectos intrínsecos às próprias Forças Armadas.

Os militares brasileiros foram objeto de atenção especial da mesa redonda, pois 4 dos 21 relatórios apresentados falavam deles.

Em função da atualidade e importância desse problema dentro da atual conjuntura brasileira, num momento em que a desintegração do «consenso» político entre os militares é cada vez mais nítida, Movimento organizou em Paris um debate com os pesquisadores do caso brasileiro, numa das salas da Fondation National des Sciences Politiques».

Participaram o historiador Manuel Domingos Neto, que prepara tese de doutorado na Universidade de Paris III sobre a influência militar e estrangeira no Brasil durante a Primeira República; Antonio Carlos Peixoto, ex-professor da PUC-Rio, pesquisador do CERI, professor do Instituto de Altos Estudos da América Latina, onde estuda o debate político no seio do Clube Militar no período de 1950 a 1964; Eliezer Rizzo de Oliveira, professor da Unicamp, autor do livro «As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil — 1964-1969» (Vozes 1976), preparando tese na Fondation National des Sciences Politiques sobre os conflitos militares no governo Geisel; e Alain Rouquié, pesquisador do CERI, professor do Instituto da América Latina e da Escola Nacional de Administração, organizador da «mesa redonda», estudioso dos militares latino-americanos e especialista do caso argentino.

Movimento - O que caracteriza hoje as Forças Armadas brasileiras, considerando naturalmente o fato de que elas estão no poder?

Alain Rouquié - Me parece que nas circunstâncias atuais, as Forças Armadas no Brasil se encontram numa virada; eu diria mesmo que houve uma espécie de mutação devido ao exercício do poder. Em duas palavras, eu creio que as Forças Armadas no Brasil se transformaram realmente hoje em partido militar e que o enfraquecimento do poder militar brasileiro é devido a essa transformação. Antes de 1964, as Forças Armadas se dividiam segundo orientações políticas que refletem os conflitos da sociedade civil. Ora, o que nós vemos hoje? Vemos divisões no seio das Forças Armadas que não refletem mais diretamente os conflitos fundamentais da sociedade civil. São problemas próprios às Forças Armadas transformadas em força política. O problema do grupo do «Planalto», por exemplo, e tudo o que diz em suas entrevistas e em seu livro o general Hugo Abreu, me parece coisa completamente



Da esquerda para a direita: Aureliano Biancarelli, de Movimento, e os debatedores Eliezer de oliveira, Alain Rouquié, Antonio Carlos Peixoto e Manuel Domingos Neto

nova na articulação das Forças Armadas como força política. E o problema também da corrupção. Tudo isso são conflitos internos e que procedem do exercício do poder. Desta permanência no poder decorrem divisões que são divisões próprias a um partido que exerce o poder. Isso não quer dizer que nós deixemos de lado toda a especificidade militar, mas existe qualquer coisa que me parece inteiramente nova, que é o uso do poder enfraquecendo o poder militar. Que é também a transformação de uma Força Armada que ocupava um poder moderador em uma Força Armada que depois de 15 anos reina e governa. Antonio Carlos - O que caracteriza as Forças Armadas, hoje, é uma situação de impasse - que é determinada, simultaneamente, por processos que se dão na sociedade e na esfera política do país e que repercutem nas Forças Armadas e por processos que são internos a essas Forças Armadas. Os mecanismos postos em prática pelas Forças Armadas para o exercício do poder nunca funcionaram de modo estável. O caso mais evidente é o da sucessão presidencial. Desde 1964, cada momento de sucessão foi um momento de crise, mais ou menos intensa.

No momento, se nota uma certa retomada de iniciativa no quadro político por parte de grupos, de setores e correntes de opiniões que vêm se chocando com esse regime militar já há muito tempo. De outro lado, o agravamento de certas condições objetivas do processo de desenvolvimento brasileiro vem agindo no sentido de conduzir as Forças Armadas a um impasse. Vejamos: quais são as alternativas para o grupo que controla as Forças Armadas e que fala em nome delas? Uma transição em direção à democracia, pacífica, sem problema, sem tensões? Mas justamente o tipo de desenvolvimento brasileiro acumulou tantas e tais tensões na sociedade que essas tensões têm que se exprimir de alguma maneira; então um problema que se coloca para as Forças Armadas é o de não serem desbordadas por esse conjunto de tensões e movimentos. Então, efetuar uma transição segundo o gosto e segundo os critérios seja do Alto Comando, seja do governo Figueiredo, nas condições atuais é impensável. Porque isso seria não levar em conta tudo o que o governo brasileiro criou de contradições nos últimos anos. Em segundo lugar, como deter esse movimento? Mais uma vez empregar a arma da repressão? Ao invés de encaminhar a abertura, partir para o fechamento? Será que isso é possível nas condições do Brasil de hoje? E eu não levanto a questão apenas do ponto de vista da sociedade civil, mas será

que dentro das Forças Armadas um novo fechamento não iria causar traumas, não iria acentuar determinadas divisões que já se esboçam? Será que seria possível manter uma certa unidade militar para realizar esse fechamento?

De modo que eu penso que o que se coloca para as Forças Armadas hoje é justamente aquilo que faltou durante todo esse longo período: é admitir a legitimidade das reivindicações de grupos e de correntes de opiniões e correntes políticas que se opõem a esse modelo implantado no Brasil por esse regime militar.

Manuel Domingos - Eu gostaria de falar do desgaste sofrido pelas Forças Armadas nesses 15 anos de governo militar. Esse desgaste, na medida em que ele não solucionou, mas só agravou os grandes problemas da sociedade brasileira, acabou refletindo-se naturalmente no interior das Forças Armadas.

Mas é importante considerar também que esse regime militar levou as Forças Armadas a uma situação específica, provocando um desgaste dela própria, da sua imagem. As Forças Armadas brasileiras, o exército particularmente, sempre foi muito reputado. A carreira militar, desde a Proclamação da República, sempre foi uma carreira que atraiu a juventude brasileira. Depois de 15 anos de regime militar, esse desgaste é cada vez mais flagrante e as Forças Armadas começam a ser assimiladas pela primeira vez na história do Brasil como alguma coisa de extremamente reacionário, antinacional, eu diria mesmo de terrorista, na medida em que está ficando cada vez mais claro o envolvimento das Forças Armadas na tortura.

Eliezer Rizzo: Eu acho que as características das Forças Armadas nesse momento, considerando que a acumulação capitalista de 1964 para cá teve como ponto fundamental a segurança política que essas Forças Armadas garantiram, são as seguintes: em primeiro lugar, as Forças Armadas, embora em crise, continuam sendo o aparelho predominante no Estado. Não há indicação do contrário, embora, como conseqüência de um projeto que foi implementado a partir de 5 anos atrás, no começo do governo Geisel, haja uma ampliação do espaço político para outros setores sociais que não a burguesia monopolista e para outros aparelhos além da cúpula militar, como por exemplo o aparelho político partidário.

Não podemos achar que hoje a Arena e o MDB desempenham exatamente os mesmos papéis de 5 anos atrás, pois as dissidências e os conflitos aparecem até na

Arena de uma maneira muito mais clara, e com muito mais liberdade do que apareciam tempos atrás.

Um outro aspecto fundamental dentro das Forças Armadas é o seu aparelho ideológico principal, a Escola Superior de Guerra, onde se elabora a doutrina de segurança nacional. É possível que essa doutrina só continue existindo por falta de outras, e é também possível que esse momento de crise propicie o surgimento de um novo tipo de pensamento político militar. No entanto, embora tenhamos hoje poucas informações sobre ela, a ESG, continua desempenhando um papel ainda fundamental, continua sendo o aparelho ideológico, uma escola onde se propõe a política do conjunto do Estado.

Uma terceira característica é que as Forças Armadas estão enfrentando o fruto da sua presença predominante no Estado, da sua vitória militar sobre a guerrilha urbana e rural: esse fruto é a estrutura da repressão. Isso não quer dizer que para derrotar, como de fato derrotaram do ponto de vista militar a guerrilha rural e urbana, tivessem necessariamente que adotar o tipo de estrutura que adotaram. Evidentemente que as posições político-ideológicas dos comandos militares que a definiram foram fundamentais para criar esse tipo de estrutura. Basicamente, ela consistiu em aniquilar as principais figuras desses movimentos revolucionários e para isso se organizou uma série de aparelhos que a imprensa já está cansada de denunciar, e nos quais a tortura tem um papel muito particular de coleta de informações e de aniquilamento dessas pessoas.

Um quarto elemento é o fato de as Forças Armadas estarem vivendo uma crise política. Aqui vou passar rapidamente porque já se falou da sucessão, e eu aproveito para reforçar dizendo que, de fato, muitos militares que ocupam ou ocuparam postos importantes no poder, sujaram as mãos efetivamente na tortura. Um outro elemento é que não há nem mesmo, entre os oficiais, um consenso do modelo que o Estado capitalista brasileiro deve adotar, nem sobre a economia, nem sobre a política. O mesmo com relação aos partidos.

A partir desses elementos a gente pode dizer o seguinte: que o fundamental da crise política é que cada vez fica mais claro que a tão falada unidade militar não é muito importante para nós todos que pensamos a questão militar, mas é sobretudo um elemento fundamental para os próprios militares e para o próprio Estado. Esta unidade - nós temos que reafirmar - é um elemento inteiramente contraditório, ela significa na verdade a predominância de alguns setores militares sobre outros. Ela não quer dizer absolutamente que se tenha chegado a um consenso tal qual o nome às vezes nos dá a entender, isto é, falta de conflito, uma concordância absoluta. A unidade significa necessariamente a sua contradição.

NO PRÓXIMO NÚMERO:

Por que surgiram as dissidências militares?
Qual a importância dessas dissidências para a oposição?

UM GRANDE PA

Pela primeira vez, depois de 1964, os estudantes conseguiram
Foi o Congresso de reorganização da UNE, com a participação de
estudantes decidiram que a diretoria da entidade será escolhida

Por Roldão

Azul e branca, a bandeira da UNE tremulou livremente sob a brisa forte da praia Boca do Rio, em Salvador. Debaixo dela, um mar irrequieto de jovens barbudos, pálidos em sua maioria, exaustos e ansiosos, mas sobretudo felizes. Apesar das longínquas viagens, da tensão a que a polícia os submetera com as permanentes revistas nos ônibus, noites mal dormidas, provocações da extrema direita, extenuantes debates preparatórios, do calor e do incômodo de permanecerem sentados no chão, aqueles milhares de estudantes não conseguiam disfarçar o brilho de felicidade que iluminava cada rosto. Não havia como conter a emoção, represada durante tantos anos. Era impossível não lembrar, a cada segundo, que a bandeira hasteada no imponente centro de convenções da Bahia fora queimada pela repressão em 1964, junto com a sede da UNE, no Rio. Uma cadeira vazia abaixo da bandeira lembrava todos aqueles que haviam preferido ver sua bandeira «rota na batalha» a que eles «servisse de mortalha», conforme lembrou um orador. Era a cadeira reservada para Honestino Guimarães, último presidente da UNE, morto pela repressão. Ele foi escolhido pelos estudantes como presidente de honra do Congresso, e seu nome era como uma palavra mágica capaz de, a cada vez lembrada, erguer os punhos fechados daquela multidão e o coro «abaixo a ditadura» ou «anistia».

Quando José Serra, presidente da UNE no período de 63/64, declarou aberto o Congresso, «em nome de todos nós estudantes de ontem e de hoje, de todos nós que lutamos para livrar a nação das amarras destes quinze anos de regime ditatorial», foi como se arrebatassem as comportas de um rio de emoções, de raiva e de felicidade. Aos gritos, os estudantes marcavam a sua conquista: «A UNE somos nós, nossa força e nossa voz». Serra, aclamado durante minutos, também levantou os braços e gritou, como se deixasse escapar ali as dores do exílio a que foi submetido, da sede incendiada em sua gestão, de ter visto companheiros «expulsos de suas escolas, exilados, presos e torturados». Genoíno Neto, ex-diretor da UNE, que saudou os estudantes com os punhos fechados, também homenageou em seu discurso os «estudantes brasileiros que deram seu sacrifício, seu sangue e sua vida» em defesa de seus ideais.

Estava aberto o XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes, entidade criada em 1937 e que, durante toda sua história, destacou-se na defesa dos interesses do povo brasileiro. E que foi justamente por isso destruída no final da década de 60, pelo regime militar, conforme lembrou Serra: «Não foi pelos seus erros mas pelas suas virtudes que a UNE foi devastada pela repressão».

Na abertura estavam presentes vários parlamentares do MDB, entre eles os senadores Leite Chaves (PR), Henrique Santillo (GO) e Marcos Freire (PE), além de quase 60 deputados federais e estaduais, entre os quais o líder do MDB na Câmara, Freitas Nobre. Um deles, Mauro Bragato (SP) chegou a viajar com a delegação paulista quase 50 horas, para garantir sua chegada. Os outros contribuíram com verbas, auxiliando na organização, tentando liberar as delegações detidas pela polícia etc. O centro da recepção aos estudantes foi a sede do MDB em Salvador. Havia representantes de dezenas de entidades, como os comitês pela Anistia, sindicatos de profissionais liberais e de trabalhadores. Mas a mesa não conseguia ter todas as moções de apoio que lá chegavam: Jorge Amado, Leonel Brizola, Assembléia Legislativa de Goiás, Prefeitura de Feira de Santana, Prefeitura de Olinda (o prefeito Germano Coelho foi ao Congresso), ex-dirigentes estudantis que estão no exílio (Jean Marc, Luis Travassos, Luis Guedes, Wladimir Palmeira, Daniel Araújo Reis), dos presos políticos Altino Dantas, Aldo Arantes Cajá e muitos outros.

A abertura do congresso da UNE foi,

enfim uma grande demonstração da unidade cada vez maior de forças contra o regime. Uma unidade que tende a crescer e fazer avançar o movimento popular.

Não se trata, porém de unidade absoluta. Pelo menos entre os estudantes, conforme ficou evidente durante quase 30 horas de debates, realizados na terça-feira, quarta e madrugada de quinta-feira: apesar da unânime discordância em relação ao regime militar, há importantes divergências a respeito de seus métodos de luta e da realidade atual. Foi como se, arrebatado o dique, as águas saíssem de um turbilhão, sem ter um leito mais definido para percorrê-lo. Os 15 anos de ditadura deixaram profundas marcas, reveladas no Congresso, tais como: faltam lideranças mais expressivas a nível nacional e mesmo regional, falta experiência na organização de debates tão amplos, a discussão política ainda não consegue ser devidamente aprofundada, falta organização em todos os níveis. São falhas que, com muitos esforços, os estudantes conseguirão superar. Ou melhor: já começaram a superar.

Foi um Congresso pobre de debates sobre a realidade brasileira, sobre as universidades, e sobre a própria organização do movimento estudantil. Dos seis grupos de debates (realidade brasileira, universidade hoje, eleições, estatutos e carta de princípios, lutas imediatas, comissões da UNE-Esporte, Imprensa, cultural) que funcionaram na terça-feira a noite, os menos concorridos foram os dois primeiros. No plenário, raros oradores situaram suas análises dentro de um contexto mais geral da conjuntura brasileira, tornando-se tão repetitivos que os congressistas muitas vezes preferiram votar sem ouvir qualquer tipo de argumentação.

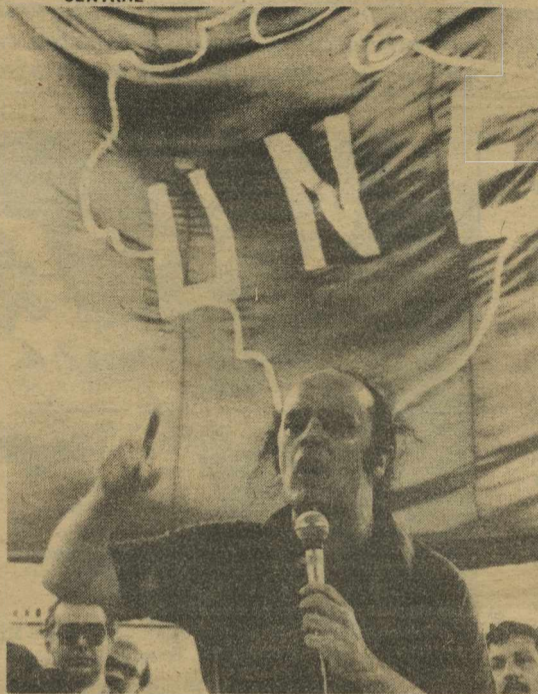
Eleições: o grande debate.

O debate sobre a forma de se escolher a direção da entidade foi o que polarizou as atenções, desde meses antes do Congresso. O assunto foi tão apaixonante, que pequenos grupos chegaram a trocar sopapos na defesa de seus pontos de vista. Na madrugada de quinta-feira, quando o assunto finalmente entrou em discussão e votação, a Comissão de Segurança temeu que a sessão plenária degenerasse num confronto físico, tamanha era a gritaria. As delegações gritavam: «eleições diretas, UNE pelas bases» ou «Viva o Socialismo, abaixo o populismo», ou «E hora, é hora, é hora, diretoria agora», ou «abaixo o conchavo, queremos eleições» ou «Um, dois, três, Massoca não tem vez» ou «Um, dois, três, Valdélino não tem vez» (Paulo Massoca, de São Paulo, e Valdélino Silva, da Bahia, eram os dois candidatos mais cotados para a presidência da UNE).

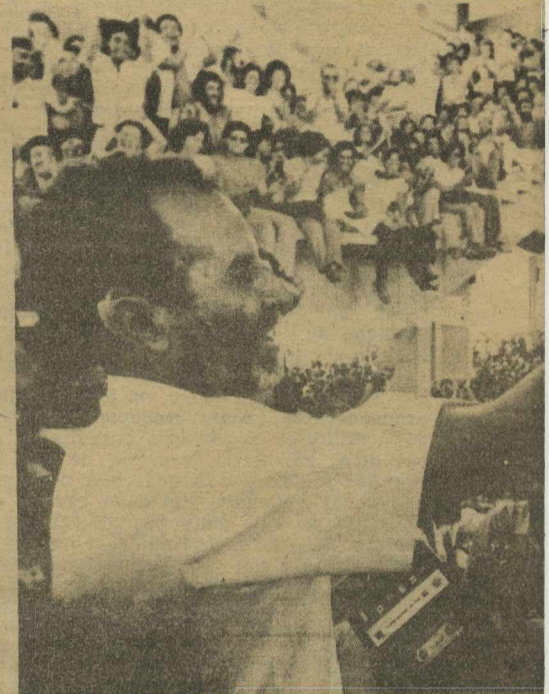
No final, venceu a tese apresentada por parte da diretoria da UEE de São Paulo argumentando que, devido à forma como as discussões preparatórias para a UNE foram feitas, os congressistas não tinham representatividade suficiente para escolher uma diretoria efetiva. Aprovada a tese, o Congresso optou pela formação de encarregada de encaminhar as eleições diretas da diretoria da UNE em todo o País, no mês de setembro.

O estudante de medicina Alon Fezerwerker, do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, de São Paulo, foi um dos indicados para defender a tese da UEE. Seus principais argumentos: 1) Nas escolas não foi encaminhada uma discussão a respeito da escolha da diretoria ou de seu programa e a ampla maioria dos delegados não tinha «carta branca» para definir essa questão em Congresso; 2) diante disso, uma diretoria eleita no Congresso ficaria sem respaldo dos estudantes, repetindo erros anteriores, como a própria eleição da UEE-SP, quando houve um índice elevadíssimo de abstenções; 3) a grande quantidade de tendências políticas existentes no movimento estudantil, particularmente em São

CENTRAL



José Serra, o último presidente antes do golpe, abriu o Congresso



Um dos convidados mais aplaudidos: o campesino agrário



A forma de escolher a diretoria dividiu os estudantes: as eleições diretas ganharam



Reclamações, pequenos tumultos, gritos no Congresso democrático

Paulo, e seu comportamento muitas vezes sectário, acabou alijando o conjunto dos estudantes do debate e transformando as entidades em meros aparelhos de tendências, sendo necessário uma auto-crítica na prática, ou seja, trazer de novo os estudantes para o debate e a participação através das entidades. As eleições diretas para a UNE ajudariam neste processo. Mais de vinte oradores discursaram sobre o assunto. Entre os que defenderam eleições em Congresso, estava o estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia, Marco Antonio, indicado pelo DCE, que disse: «A UNE não pode ser vista apenas no âmbito do movimento estudantil, mais dentro de toda a realidade nacional, da situação política que vivemos no País. Os movimentos populares continuam obtendo importantes conquistas, obrigando o regime a manobrar cada vez mais para manter o controle da situação, tendo em vista também a recessão econômica que está implantando e que fomentará ainda mais o descontentamento popular. Neste momento, é de fundamental importância que os movimentos populares tomem a iniciativa e procurem ampliar suas conquistas. E isso que a conjuntura exige e é aí que se coloca a UNE: adiar as eleições para o futuro significará ficarmos discutindo enquanto a ditadura age. O nível de consciência dos estudantes não crescerá com a discussão pura e simples, mas no processo de lutas

que uma diretoria poderá encaminhar em todo o Brasil. A representatividade de sua diretoria será conquistada na prática. Precisamos hoje de organismos fortes e capazes de organizarem e direcionarem o movimento popular».

Existiam outras teses a respeito do processo de eleições que, na verdade, era o coroamento de uma série de divergências existentes no seio do movimento estudantil, que vão desde os métodos de trabalho nas escolas até as análises das características da sociedade brasileira. Se não foram os focos das discussões, tais divergências ficaram explícitas em todo o congresso, desde a reunião preparatória da já extinta comissão pró-UNE, na segunda-feira. Um exemplo: entre outras coisas discutiu-se se o hino nacional deveria ser cantado na abertura do Congresso. Eduardo Albuquerque, do DCE da UFMG, analisou trechos do hino, procurando demonstrar que ele «não reflete sequer as lutas pela independência, expressando no conjunto as idéias da classe dominante de que o povo é dócil e pacífico». Propôs sua substituição pela música de Geraldo Vandré, «Caminhando e Cantando».

Outro estudante, da escola de medicina da UFBA, propôs que o hino fosse vaiado. Paulo Massoca, da UEE de São Paulo, lembrou que a maioria dos estudantes ainda canta e respeita o hino, o que não significa um apoio ao atual regime, mas à

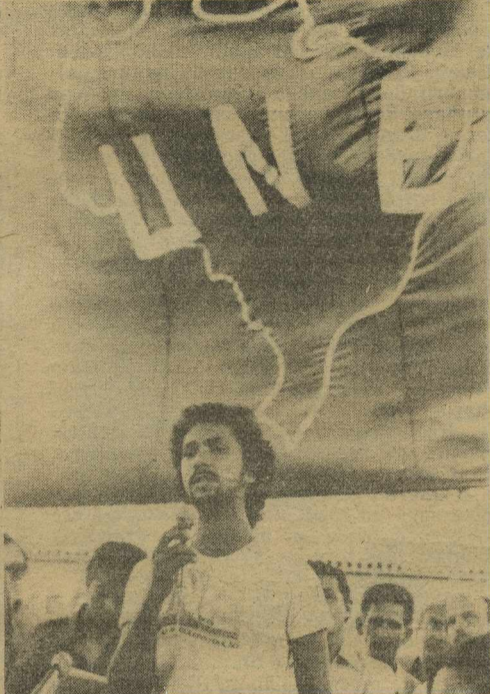
SSO À FRENTE

uem realizar um Congresso Nacional em liberdade.
de quase três mil delegados. Depois de muitas discussões, os
da em eleições diretas, que serão realizadas em setembro.

de Oliveira



ões do Araguaia que defendeu a reforma



Rui César, presidente do DCE da UFBA, dirigiu habilmente a mesa



os: cenas comuns de A peça sobre a história da UNE foi encenada pelo grupo de teatro da UEE de São Paulo

nação. Um representante de Brasília lembrou o verso «se ergues da justiça a clava forte, verás que um filho teu não foge a luta» como ponto positivo. E outro, do Amazonas, lembrou: «não podemos nos distanciar do restante da população, que ainda canta e respeita o hino nacional». Por 19 votos contra 5, resolveu-se que o hino seria cantado, como aconteceu na abertura, apesar de uma minoria tentar impedir com gritos de «abaixo a ditadura».

Ainda na abertura, outro atrito: quando convidaram o senador Marcos Freire para ocupar a mesa de honra, uma parcela do auditório o vaiou, deixando-o meio sem graça. Mas em seguida, as vaias foram sufocadas pelas palmas da maioria, o mesmo ocorrendo com o líder Freitas Nobre. O DEC da Bahia, diante das vaias que apareciam sempre que eram anunciados outros emedebistas, teve que lembrar insistentemente o apoio que os parlamentares haviam dado a realização do Congresso.

Atritos deste tipo e outros maiores sucederam-se até o final do Congresso, mas foram menores do que em outros encontros semelhantes. Estas divergências entre os estudantes são antigas, mas o Congresso de Salvador demonstrou que não são eternas e que algumas caminham para um fim, ou pelo menos um grande atenuamento. Não se está chegando a isto pelos debates, mas, principalmente, pela prática. O trabalho desenvolvido nas escolas nos últimos anos

está resultando num processo de depuração, onde começam a destacar-se tendências hegemônicas. No fim de tudo, o chamado «Conjunto dos Estudantes» acaba referendando e confiando suas entidades aos dirigentes que defendem na prática as idéias mais justas.

Desses grupos que começam a se destacar, o maior de todos, provavelmente, é o liderado pelo DCE da Bahia, onde é denominado «Viração». Em São Paulo, corresponderia ao antigo grupo «Caminhando». Ocupam atualmente os DCEs de Alagoas, de Brasília, Juiz de Fora, Londrina, Bahia, além de dezenas de entidades menores em São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Ceará e outros estados.

O que unifica estas entidades é um estilo de trabalho semelhante, visando aproximar as entidades dos interesses dos estudantes, (mais verbas para a educação, melhor nível de ensino). A nível geral, defendem a anistia, a assembléia nacional constituinte soberana e livremente eleita e as liberdades democráticas. Partiram destas entidades a maior parte das propostas inseridas na Carta de Princípios da UNE, aprovada pelo Congresso de Salvador.

Se houvesse eleições agora, o candidato natural deste grupo seria Valdério Silva, ex-presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia. Estas entidades estão unidas exclusivamente por um estilo de trabalho e um conjunto de ideais. Tanto é que o no Congresso acabaram se dividindo:

os paulistas resolveram abandonar seus aliados que defendiam a eleição da diretoria da UNE no Congresso. O mesmo ocorreu com outros grupos.

O segundo grupo mais importante é o que está à frente dos DCEs das Universidades Católicas do Rio e de Minas Gerais, além da Federal do Espírito Santo, mantendo influência considerável nos Estados da Paraíba, Sergipe, Pará, Amazonas e Bahia. É semelhante ao primeiro no tocante às lutas estudantis, mas quer evitar radicalizações de qualquer tipo. Uma parte desse grupo, por exemplo, preferia o nome «Congresso de Reconstrução da UNE» a XXXI Congresso da UNE, para evitar acusações de «retorno ao passado».

O terceiro é muito semelhante ao primeiro, sendo quase impossível distinguir num programa onde estão as divergências, que ficam mais por conta do estilo de trabalho prático. Tem muita influência em São Paulo, onde ocupou as duas primeiras gestões do DCE livre da USP; e na Bahia, onde são conhecidos por Nova Ação. Estão nos DCEs das Universidades Católicas, Federal e Rural de Pernambuco. Tem grande influência também em Minas Gerais.

Existem outros três grupos, minoritários e com pouca influência em âmbito nacional. Um deles defende que a liderança estudantil deve se basear apenas na parcela mais mobilizada dos estudantes, só devendo satisfações a esta. Outro propõe com tarefa principal dos estudantes a criação de um partido operário. Talvez por defenderem estes pontos de vista é que tenham tão pouca influência e poucos delegados no Congresso.

Até setembro, todos esses grupos deverão se articular para compor as chapas. Além, segundo um dirigente de Goiás, o adiamento das eleições para setembro é uma artimanha de alguns grupos para poderem se articular melhor. Os que defenderam eleições agora, por exemplo, estava com chapas prontas e grande poder de influência. Até setembro ocorrerão eleições em vários DCEs do País, o que poderá alterar a correlação de forças. Verificou-se que os mais ardorosos defensores de eleições em Congresso eram provenientes de locais onde o movimento atingiu os estágios mais avançados de organização e as lideranças são mais representativas, com efeitos poderes de negociação em nome de seus colegas. Dois exemplos citados, neste sentido, foram os DCEs da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade Estadual de Londrina. Mas para os que defendem eleições diretas, estes lugares são exceções e não representam a realidade na nacional onde as lideranças precisam desenvolver um árduo trabalho para se consolidar entre as bases.

Os prováveis candidatos

Com os resultados de Salvador é difícil qualquer previsão sobre a futura direção da UNE, mas é seguro que a maioria de seus membros saíra dos três grupos apresentados acima. Além disso, começam a circular alguns nomes a nível nacional, que poderão estar nesta diretoria. São nomes surgidos nas dezenas de tentativas feitas entre as delegações para o comporem uma chapa de conciliação, mesmo que fosse provisória. Eis alguns nomes: Valdério Silva, estudante do Curso de Ciências Sociais da Bahia, destacou-se a partir de 1975, quando ainda calouro, participou ativamente da greve contra o julgamento, uma das mais importantes do País naquela época. Como presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia, liderou em 1977 a greve vitoriosa pela reabertura do restaurante universitário local. Também liderou manifestações em 1978.

Luiz Antonio Alencar Marinho Falcão — O Lula dos estudantes, é de Pernambuco, onde estuda economia. Vice-Presidente do DCE da UFPE, surgiu como candidato de conciliação, mas já no primeiro dia estava disposto a retirar sua candidatura em favor de Valdério, no Congresso, apesar de falar

pouco, destacou-se pela oratória menos árida que a do conjunto e foi seu discurso, na sessão final, que causou os maiores tumultos:

«Dizer que eleição em Congresso não é representativa é jogar palavras no lixo, desprazer os antigos diretores da UNE, os que morreram para que aqui estivessemos hoje» (referia-se ao fato das eleições da UNE terem sido sempre feitas em Congresso, de forma indireta).

Paulo Massoca — UEE-SP, teve sua candidatura lançada pelos estudantes de São Carlos (SP), mas chegou a Salvador com um apoio bastante reduzido da delegação paulista (que tinha 597 delegados), manifestando disposição de ir mesmo para uma vice-presidência na chapa de Valdério.

Marcelo Barbieri — Não chegou a ser cotado para a presidência, mas para cargos na diretoria. Tem 22 anos, estuda Administração de Empresas em São Paulo e é um dos diretores da uee.

Alon Fezerwerker — Seu nome surgiu na terça-feira à noite, causando certa surpresa como indicação dos paulistas para o lugar de Valdério. É estudante de Medicina em São Paulo e presidente do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz. É conhecido principalmente pelos estudantes de Medicina, pela participação em encontros nacionais desse curso.

Reui Cesar Costa — Na quarta-feira à noite, todos os jornalistas que cobriam o encontro tinham como certa a sua eleição. Depois de um grande «conchavo», as tendências haviam concluído ser ele o único candidato capaz de realmente levar a uma conciliação. O próprio Valdério renunciaria e apoiaria Rui. O mesmo fariam outros candidatos, se fossem aprovadas as eleições indiretas. Rui destacou-se pela sua direção firme nos debates, como presidente do DCE da Bahia, sem contar o imenso trabalho de organização do encontro. Com 22 anos, é hoje o nome mais presidencial para as próximas eleições da UNE.

E agora, e agora?

Para muitos delegados que foram a Salvador, a reorganização da UNE sem a eleição de uma diretoria pode ser considerada como uma vitória pela metade, uma vez que todas as lutas aprovadas no congresso próximos meses. Para outros, as eleições diretas em setembro fortalecerão o movimento, uma vez que qualquer diretoria que saísse de Salvador não teria representatividade a nível nacional.

O fato é que o Conselho de Entidades proposto para dirigir a UNE até setembro enfrentará grandes dificuldades para encaminhar as lutas, assim como já aconteceu com a Comissão Pró-UNE. Além de atribuições pouco definidas, só a organização das eleições em meados de setembro será mais do que suficiente para absover todo o seu tempo reduzido também pelas férias de julho.

O mais importante a ressaltar, porém, é que a UNE foi reconstituída e que isso constitui um dos fatos políticos mais importantes do ano, abrindo inclusive perspectivas para que outros setores também se organizem a nível nacional.

O Congresso de Salvador também demonstrou, apesar da exaltação geral, que os grupos procuram hoje um mínimo de unidade para poderem levar suas lutas a nível nacional; demonstrou que apesar dos 15 anos de ditadura, os estudantes estão se capacitando para devolver a UNE a mesma tradição de lutas do passado. E que hoje senão tem o mesmo peso de antigamente (ao contrário de 68, quando os estudantes eram uma das poucas forças organizadas a nível nacional) os estudantes têm importante contribuições a dar à vida política do País, como lembrou o agricultor de São Felix do Araguaia. Para quem se espantou com as brigas e os gritos de Salvador é preciso: que o rio ainda demora algum tempo para definir o seu novo leito e correr mais serenamente.

Mais de mil casas em Salvador abriram suas portas para receber, solidárias, os 6 mil estudantes que foram recriar a UNE. Uma vitória.

O MAIOR CONGRESSO DA HISTÓRIA DA UNE

Por Roldão Oliveira

Sábado, 26 de maio. Chega a Salvador a primeira delegação de estudantes que participará do congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes: os estudantes do Amazonas, que haviam viajado quase uma semana de ônibus. A delegação seguinte é do Maranhão.

Domingo. Chegam as delegações de Pernambuco, Rio Grande do Sul e outras. A UNE já estava em andamento, através da confraternização, das articulações, dos debates. Até terça-feira, o dia da abertura do congresso, continuariam chegando grupos de estudantes de todos os cantos do País.

A maior delegação foi a de São Paulo, com trinta e quatro ônibus, sem incluir os estudantes que viajaram de carro ou de avião. Na abertura havia cerca de seis mil pessoas, das quais duas mil e trinta e quatro eram delegados eleitos e as outras observadores sem direito a voto.

A grande quantidade de participantes a princípio surpreendeu a organização do congresso, a cargo do DCE da Universidade Federal da Bahia. Mas os problemas que surgiram foram contornados quase que totalmente. Aliás, foi justamente essa capacidade de mobilizar e organizar que determinou a escolha daquele DCE como anfitrião do maior congresso já realizado em toda história da UNE. Conseguir alojamento e alimentação para pelo menos 4 mil pessoas (muitos participantes ficaram em casa de parentes ou eram mesmo de Salvador, ou preferiram ficar em hotéis) não foi uma tarefa fácil, principalmente devido à escassez de recursos. Só para fornecer oito mil refeições, (almoço) para os

congressistas em dois dias, a organização gastou cerca de quatrocentos mil cruzeiros. Os custos totais superaram a casa dos setecentos mil cruzeiros.

Obter recursos financeiros foi a tarefa mais difícil para os 500 estudantes que o DCE chegou a mobilizar no trabalho, todos voluntários. Semanas antes do congresso, lançaram a campanha «hospede um congressista da UNE em sua casa», através de cartazes por toda a cidade e anúncios no rádio e televisão. Os resultados foram excelentes: a população, mobilizada não apenas pela questão imediata da UNE, mas pelo vínculo que o DCE UFBA sempre procurou manter com ela, colocou mil residências à disposição. As delegações que preferiram ficar juntas alojaram-se em prédios da UFBA, apesar da proibição formal da reitoria, que também não tomou medidas para impedi-los.

Os recursos financeiros também foram obtidos junto à população através de pedágio, vendas de régua, camisetas, rifas e shows onde os artistas não cobraram cachê algum (Diana Pequeno, Ivan Lins e Gonzaguinha entre outros). Um empresário de Salvador, que não quis ser identificado, ofereceu 30 mil cruzeiros para o DCE; outro, também anônimo, colocou 3 quartos à disposição, num bom hotel, caso os estudantes quisessem alugar algum convidado especial. Uma coleta entre os parlamentares de Brasília rendeu 172 mil cruzeiros. Deputados estaduais, vereadores e prefeitos contribuíram financiando a viagem das delegações.

Além das comissões de alojamentos e de finanças, funcionaram várias outras: im-

prensa, (com estudantes de Comunicação), jurídica (com intensa participação do Comitê Brasileiro da Anistia - BA), assistência médica (com médicos e estudantes de medicina, que, só numa manhã, atenderam 60 casos), segurança, cultura, almoxarifado, recepção e inscrição. As duas últimas trabalharam ininterruptamente desde o sábado, pois, com «blitz» policial nas estradas, as delegações não tinham horário de chegada. Essas comissões também contaram com o apoio da comunidade, que forneceu papel, canetas, remédios, máquinas de escrever mimeógrafos etc.

Essa conjugação de esforços entre as entidades e a comunidade foi possível também pela existência em Salvador do Trabalho Conjunto — uma espécie de grupo de trabalho que unifica dezenas de entidades, como o DCE, o CBA, o Movimento Feminino Pela Anistia, Clube de Engenharia, Instituto de Arquitetos, Associações de Economistas e Médicos Residentes. Sempre que necessário, todos se unem para levar adiante alguma tarefa.

O quartel general de todas as comissões foi a sede do MDB, um casarão no centro da cidade, onde as delegações eram recebidas, identificadas e encaminhadas aos alojamentos.

Apesar do governador jogar o encontro fora da cidade (o Centro de Convenções da Bahia fica a quase 20 quilômetros do centro), não conseguiu evitar que ela vivesse o clima de reconstrução da UNE. Além dos quatro mil estudantes hospedados em casas de família circularam pela cidade com roupas muitas vezes sumárias, devido ao calor excessivo, o DCE, pichou os muros

disponíveis e colocou milhares de cartazes anunciando a reconstrução da entidade. Os cinco jornais diários, de Salvador dedicaram páginas e páginas ao assunto.

No geral, em termos de organização os estudantes de Salvador deixaram uma imagem positiva.

A desorganização de parte do congresso ficou mais por conta das entidades que coordenaram as reuniões e da própria falta de experiência dos estudantes para debaterem em assembleias tão amplas. Uma das reuniões plenárias, a última, teve 12 horas de duração (das cinco da tarde de quarta-feira às 5 da madrugada da quinta). Um tempo terrível para quem tinha que permanecer sentado no chão duro do pátio do Centro de Convenções: tão terrível que, em certa altura, apesar da insistência quase desesperada de alguns dirigentes paulistas e mineiros, em particular, os estudantes não suportavam ouvir as argumentações em torno das propostas, votando mesmo sem debates mais profundos, (nessa mesma reunião a comissão de alimentos distribuiu, em 35 minutos, 2.000 tangerinas, 200 pacotes de biscoito, 1.000 paês e centenas de copos de leite para que os estudantes pudessem suportar até o fim da reunião que havia começado às 9 horas da manhã com uma interrupção das 13 às 17 horas. Na madrugada, copos plásticos de água foram jogados sobre a platéia sedenta, que mal conseguia andar pelo plenário.) No geral, de acordo com a avaliação dos próprios estudantes, o saldo em termos de organização foi altamente positivo. Afinal, apesar das dificuldades, 6.000 estudantes conseguiram se reunir e recriar a UNE.



Tirar a roupa, alguns fizeram para combater o calor, que não impediu o grande consumo de alimentos.



A sede do MDB, transformada em posto de recepção

AS DECISÕES DO CONGRESSO

Pelo ensino, ao lado dos trabalhadores

O XXXI Congresso da União Nacional dos Estudantes, que recriou a entidade nos últimos dias 29 e 30, em Salvador, discutiu e aprovou a seguinte carta de princípios:

- 1) A UNE é uma entidade máxima e representativa dos estudantes brasileiros na defesa de seus interesses e direitos;
- 2) A UNE é uma entidade livre e independente, subordinada unicamente ao conjunto dos estudantes;
- 3) A UNE deve pugnar em defesa dos interesses e direitos dos estudantes sem qualquer distinção de raça, cor, nacionalidade, sexo ou convicção política, religiosa ou social;
- 4) A UNE deve prestar solidariedade à luta de todos os estudantes e entidades estudantis do mundo.
- 5) A UNE deve incentivar e preservar a cultura nacional e popular;

- 6) A UNE deve lutar pelo ensino voltado para os interesses da população brasileira de forma gratuita em todos os níveis;
- 7) A UNE deve lutar contra todas as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores do mundo inteiro.

Os itens mais polêmicos foram o terceiro e o sétimo. No caso do terceiro, houve insatisfação com a decisão da UNE ter que defender qualquer estudante sem distinção de convicção política. Um estudante da UEE de São Paulo dizia durante o debate: «Recuso defender um estudante fascista ou nazista»;

O sétimo artigo foi considerado avançado demais para o conjunto dos estudantes, não correspondendo à realidade, ou seja: os estudantes ainda não têm disposição para defender todos os tipos de exploração. A proposta derrotada dizia:

«A UNE é solidária com todos os povos do mundo que lutam pelo fim das injustiças sociais e por uma vida digna e livre».

A aprovação do sétimo artigo foi suficiente para que o *Jornal do Brasil* publicasse uma nota com o seguinte título: «Carta de princípios tem cunho socialista».

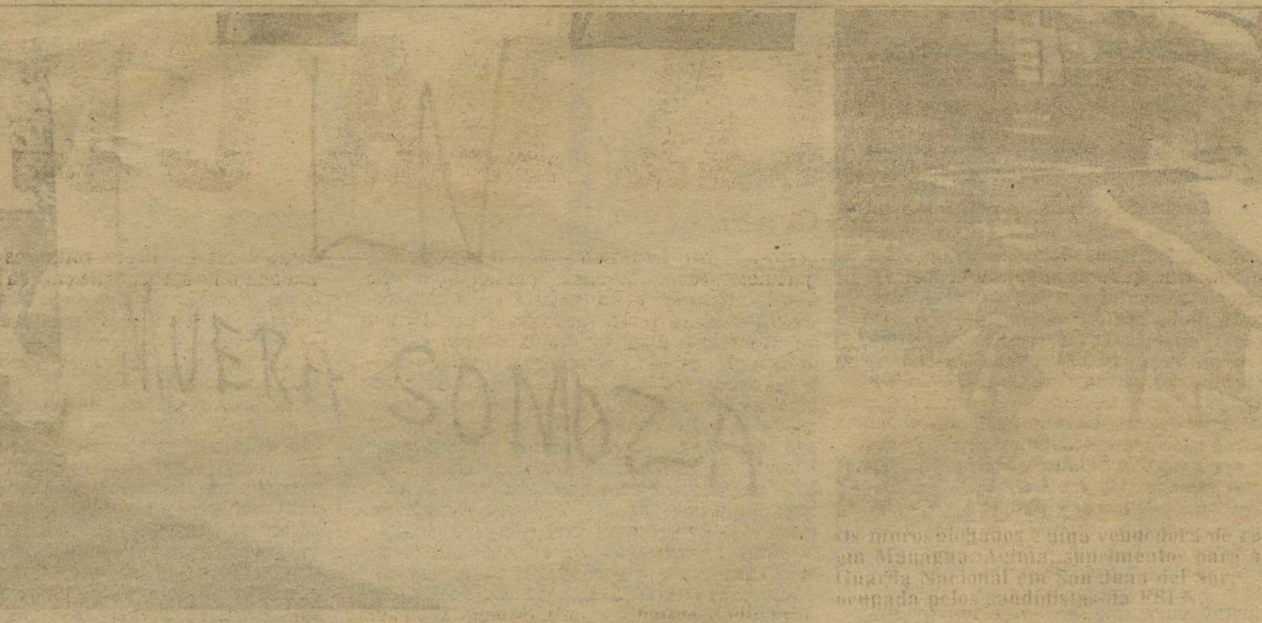
Além da carta de Princípios, o Congresso estabeleceu que as campanhas a serem levadas em todo o País, por todos os estudantes, a partir de agora serão: 1) contra o ensino pago; 2) por mais verbas par a educação; 3) pela anistia, ampla, geral e irrestrita; 4) pela filiação de entidades de base (diretórios e centros acadêmicos) à UNE; 5) por uma Assembleia Nacional Constituinte, soberana e livremente eleita; 6) pela defesa da Amazônia.

A maioria dos delegados que foram a Salvador estabeleceu ainda que a UNE terá como principal órgão de decisão o Congresso Anual dos Estudantes, que o segundo principal órgão será o Conselho Nacional de Entidades de Base, que poderá

ser convocado pelos diretores ou por um terço dela. Em terceiro lugar o Conselho Nacional de Entidades Centrais (uniões estudantis a nível regional, estadual e municipal e mais os diretórios centrais). E em último lugar ficará a diretoria da UNE, com poderes bastante reduzidos. A primeira diretoria será escolhida em setembro, através de votação em todo o País, direta. Até lá, a UNE será dirigida por um Conselho formado pelas seguintes entidades, conforme proposta da UEE-SP: DCEs das universidades federais da Bahia, Pernambuco, Minas, Rio Grande do Sul, Brasília, Pará, PUC do Rio de Janeiro e a própria UEE (esta terá dois representantes).

Quando forem feitas as eleições, os estudantes de pós-graduação também votarão, pois conforme decisão do Congresso, eles também fazem parte da UNE. Os estudantes secundaristas presentes em Salvador reivindicaram a mesma participação, não atendida. Os universitários consideram mais justo a organização dos estudantes a partir de suas bases para chegarem também a uma entidade de nível nacional.

Os guerrilheiros sandinistas iniciaram na semana passada a maior ofensiva já desfechada contra Somoza, anunciando através da «Radio Sandino», clandestina, que a «hora do tinino chegou». O ataque em quatro frentes atingiu dezenas de localidades em todo o país, principalmente em Rivas, ao Sul, e em León, a segunda cidade do país. Conclamaram também o povo para a insurreição final, e todos os empresários, para uma greve geral a ser iniciada no dia 4 de maio.



As ruas de Managua, a maior cidade do país, ocupada pelos sandinistas na FSLN.

GUERRA TOTAL CONTRA SOMOZA

Por Flávio Dieguez

«Eu darei paz a este País, mesmo que para isso tenha que fuzilar todos os outros homens da Nicarágua» — promessa feita em 1933 por Anastácio Somoza García, o pai do atual ditador e iniciador do que os nicaraguenses chamam de «estirpe sanguinária»: a família Somoza.

42 anos e 30 mil mortos depois, a promessa do ex-vendedor de carros usados na Califórnia e homem de confiança dos EUA continua por ser cumprida, embora não se possa dizer que ele e seus filhos não se tenham empenhado em realizar a sua segunda parte.

A última tentativa foi a de setembro do ano passado, qualificada como «um dos mais bárbaros massacres jamais perpetrados contra a população civil em toda a história das Américas», segundo Alejandro Bendana, historiador nicaraguense: «inúmeros relatos de execuções sumárias, bombardeios aéreos em massa e a queima sistemática de regiões urbanas rebeladas confirmam a ferocidade da retaliação de quatro semanas contra a insurreição nacional. Quando ela terminou, quatro em cada sete das grandes cidades do país estavam parcial ou inteiramente em ruínas. Perderam a vida entre 5 e 10 mil pessoas, com mais ou menos o dobro de feridos».

Agora, a se dar crédito à «ofensiva final» da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em luta contra Somoza desde 62 e que conduziu a rebelião do ano passado, o presidente poderá estar tendo sua última chance de dar continuidade à tradição da família. Um pouco antes de conchamar a população para uma «insurreição final» que seria desencadeada «dentro de horas», um porta-voz da Frente em Paris explicou dia 28 passado que «não queremos recomeçar com os erros de setembro último».

No dia seguinte, os sandinistas anunciaram que o principal herói do movimento guerrilheiro, Eden Pastora, conhecido como o «Comandante Zero», preparava-se para assumir o comando da ofensiva geral e final. Outro comandante, Julio Tirado, falando através do rádio de «algum lugar da Nicarágua» disse que a FSLN nunca estivera tão bem organizada, explicando que «junto com nosso povo formaremos a grande frente nacional que derrubará Somoza definitivamente». Apelou em seguida aos empresários do país para que participem da «greve geral que se aproxima, com o objetivo de consolidar a insurreição».

Segundo fontes militares, os guerrilheiros atacaram em massa no sul do país,

próximo da fronteira da Costa Rica, e, «ao que parece», informavam os jornais no dia 30, controlam as cidades de Peñas Blancas e Rivas. Mantinham a ofensiva em El Naranjo, Los Mojones, La Pimenta, Morrillo e El Ostional, todas perto da fronteira costarriquenha. Segundo um porta-voz da Guarda Nacional (GN) de Somoza, o governo enviara tropas de socorro a Rivas, «mas não se sabe se poderão chegar, pois, ao que tudo indica, os guerrilheiros dominam toda a região».

Os sandinistas também atacavam, simultaneamente, na costa do Pacífico, principalmente em León. Mais ao norte, na localidade de Bonanzas, «mais de 200 combatentes penetraram por via aérea, e a cidade foi totalmente ocupada», diz um comunicado da FSLN, acrescentando: «depois de aniquilar a GN nas montanhas, descenderemos para as cidades».

A situação era descrita pelo governo como «dramática e extremamente grave». Segundo as últimas informações, os sandinistas teriam conseguido igualar suas forças às da Guarda Nacional, que contaria agora apenas com a vantagem da força aérea. Os próprios comunicados da Frente, que antes se supunha ter cerca de 1.200 homens, davam um número muito acima disso, perto de 5 mil guerrilheiros (sendo 2 mil nas montanhas), provavelmente incluídos aí os novos recrutas, jovens que passaram à luta armada depois dos recentes combates.

É indubitável que a posição de Somoza é muito delicada, para dizer o mínimo, e que a ofensiva sandinista pode ter um papel decisivo para a sua derrubada. No dia 31, ele assumiu pessoalmente a coordenação dos ataques. Afirmou que o país vivia «uma situação de emergência», e fez um apelo patético e absurdo para a população «pegar em armas para defender a pátria». Ao mesmo tempo colocou toda a imprensa sob censura (inclusive seu próprio canal de tevê, o único do país). No mesmo dia em que a ofensiva começou, os diplomatas estrangeiros começaram a fugir do país, advertindo que a «guerra será total». Da mesma forma, tudo indica que a convocação de greve geral terá boa acolhida no país — e um efeito traumático sobre a força de Somoza, cujo economia, segundo a revista Business Week, se aproxima da bancarrota.

A imprensa está proibida de chegar às regiões onde se dão os combates. Mas já no dia primeiro, as agências informavam que pela primeira vez estava sendo usado gás paralisante, bombardeado sobre

Rivas. A Guarda Nacional, já parecendo mais confiante (apesar do seu monopólio sobre as informações, ou por isso mesmo), noticiava que havia cortado a retirada dos guerrilheiros ao Sul, com um ataque concertado da artilharia, da força aérea (para-quadistas) e de uma canhoneira, enviada a San Juan del Sur. O ditador também havia mandado seu filho aos EUA em busca de armas (atualmente Israel supre as armas que os americanos cessaram de mandar à GN, inclusive com assessoria técnica).

Somoza é filho dos interesses americanos e multinacionais na América Central e foi com esta qualificação que edificou seu império econômico de quase 500 milhões de dólares (inclusive se aproveitando do fundo de US\$ 250 milhões para os 170 mil desabrigados, após o terremoto que fez 18 mil mortos em 1972). Ele possui hoje um sexto do território da Nicarágua, entre 25 e 30% das terras aráveis e 26 das maiores companhias do país. Ao mesmo tempo, em vista das condições de pobreza absurda da população, 46% das crianças morrem antes dos 4 anos e 50% das crianças com mais de 5 anos sofrem de má nutrição. O orçamento para saúde e educação é o mais baixo da América Central e 60% das mortes ocorrem sem qualquer assistência médica.

A ofensiva sandinista, como os próprios guerrilheiros sabem, depende do apoio da população em primeiro lugar, para desencadear a insurreição geral. Depende também do apoio da greve geral e de apoio internacional, através do isolamento diplomático de Somoza.

O primeiro efeito das tramóias de Somoza, através de uma repressão seletiva, foi a incapacidade agora de uma união geral entre a oposição civil. Também não deu em nada a tentativa do México de conseguir que a Colômbia, o Panamá e a Nicarágua seguissem o seu exemplo (e o da Costa Rica) rompendo as relações diplomáticas com a Nicarágua. Apesar de uma condenação à violação dos direitos humanos, a Bolívia, a Colômbia, Equador, Peru e a Nicarágua se negaram a romper relações ou adotar «sanções mais severas» contra Somoza, o que é resultado de uma operação diplomática do governo dos EUA. A bancarrota de Somoza já havia sido adiada por um empréstimo do Fundo Monetário Internacional, com o sinal verde dos americanos. Agora não custa nada Washington ceder as armas que Somoza pede para tentar continuar os 42 anos de ditadura da família.

A 96ª vítima

Um caso desprezível que será repudiado em todo o mundo — foi assim que a declaração conjunta do corpo diplomático estrangeiro aerodotado em El Salvador qualificou o assassinato do encarregado de negócios da Suíça, Hugo Wey, ocorrido no último dia 29.

Wey, que era o único diplomata suíço em El Salvador na representação suíça ali e cumulativa a embaixada da Guatemala, havia saído de sua casa às 8:30 da manhã dirigindo-se para o seu escritório. No cruzamento da avenida 77 com a rua Escalón, seu automóvel foi interceptado por um outro veículo, que, segundo as testemunhas, transportava três homens. Ao tentar escapar do que parecia ser uma tentativa de sequestro, Wey recebeu um tiro na cabeça, morrendo instantaneamente. No dia seguinte, o corpo foi sepultado em um túmulo anônimo em um cemitério da cidade.

«Um caso desprezível que será repudiado em todo o mundo» — foi assim que a declaração conjunta do corpo diplomático estrangeiro aerodotado em El Salvador qualificou o assassinato do encarregado de negócios da Suíça, Hugo Wey, ocorrido no último dia 29. Wey, que era o único diplomata suíço em El Salvador na representação suíça ali e cumulativa a embaixada da Guatemala, havia saído de sua casa às 8:30 da manhã dirigindo-se para o seu escritório. No cruzamento da avenida 77 com a rua Escalón, seu automóvel foi interceptado por um outro veículo, que, segundo as testemunhas, transportava três homens. Ao tentar escapar do que parecia ser uma tentativa de sequestro, Wey recebeu um tiro na cabeça, morrendo instantaneamente. No dia seguinte, o corpo foi sepultado em um túmulo anônimo em um cemitério da cidade.

O assassinato de Wey, um dos membros de vez os instrumentos de repressão adotados pelo governo contra a liberdade de estabelecer a ordem no país, já antes de admitir tanto a derrubada do estado de sítio quanto a instalação de tribunais militares, embora tivesse feito refinar em certa medida o movimento de contestação ao governo, não haviam conseguido pôr fim ao clima de extrema tensão que reina em El Salvador desde o início de maio.

Ao final da semana passada, o Bloco Popular Revolucionário (BPR) continuava controlando as embaixadas da França e da Venezuela. Por outro lado, os militantes da Frente de Ação Unificada (FAU) ocuparam, no dia 31, a catedral de São Salvador (capital do país), que há apenas uma semana havia sido desocupada por 150 membros do BPR. E, no dia 29, seis integrantes da Federação Nacional de Trabalhadores salvadoreños tomaram a Igreja do Calvário, também em São Salvador, para protestar contra o assassinato, pelo governo, de uma militante da Federação, na cidade de Chalatenango.

A oposição ao governo terrorista de Romero, representante da oligarquia do café e do açúcar, não se restringe porém aos grupos organizados que vêm ocupando igrejas e embaixadas como forma de protesto. Pode-se dizer que a grande maioria da população está contra o governo, e um dos principais líderes dessa oposição civil é o arcebispo de São Salvador, Oscar Romero (apesar da sobrenome, não tem nenhum parentesco com o presidente). Nos domingos, o povo aflui em massa para a catedral de São Salvador para ouvir os seus sermões contra o regime oligárquico.

Em março, a Igreja encabeçou um manifesto, assinado por organizações de trabalhadores, entidades estudantis, partidos políticos etc., reivindicando uma anistia geral para os presos políticos e a revogação da lei de «defesa e garantia da ordem pública». Nesse documento é denunciada a existência de 108 pessoas «desaparecidas» no país.

José Tadeu Arantes



O suíço Hugo Wey morto em seu automóvel

O ÚLTIMO «DESA PAR ECIDO»

Kirilenko «sumiu»... como Trotski, Stálin, Lin Piao, o «grupo dos quatro» etc. Mas o mau tempo continua.

Por José Tadeu Arantes

«Quem controla o passado controla o futuro, e quem controla o presente controla o passado». Para «garantir» o futuro, elementos muito bem localizados na alta cúpula da União Soviética teriam eliminado o membro do Politburo Andrei Kirilenko de uma fotografia oficial. A foto, publicada no vespertino Vechernaya Moskva (A Tarde de Moscou), mostrava Kirilenko, ao lado do presidente Brejnev, do primeiro ministro Kossiguin e de outros dirigentes, assistindo, do palanque principal da Praça Vermelha, às comemorações do 1º de maio. A mesma foto, publicada nos matutinos do dia seguinte, foi cuidadosamente retocada... e Kirilenko «sumiu».

Segundo os serviços de «inteligência» norte-americanos, o sumiço do dirigente estaria ligado à acirrada luta que se desenvolve na URSS pela sucessão de Brejnev. Quem conseguiu apagar Kirilenko da fotografia estaria procurando, com isso, afastá-lo também da disputa sucessória.

A prática de eliminar o registro de personagens importantes, porém, não é inédita. Na verdade, ela é velha como a própria história. E, apesar das vantagens imediatas obtidas por seus autores, ela tem revelado, no longo prazo, uma notável ineficiência. Depois da queda do herético faraó Ikhnaton (Amenófis IV) — que pretendia substituir o panteão egípcio por um deus único (Aton) — grande parte dos registros de sua vida foram raspados das pedras dos edifícios e monumentos. Isso certamente deve ter contribuído para a restauração da religião tradicional e do poder dos sacerdotes, mas não impediu que Ikhnaton se tornasse o mais famoso faraó egípcio, depois de Ramsés II.

Após a morte de Lênin, essa prática de apagar os vestígios dos líderes «caídos em desgraça» passou a ser amplamente utilizada no movimento comunista. Sua primeira vítima famosa talvez tenha sido Trotski. Durante o período de Stálin, foram feitos todos os esforços para eliminar os registros da participação de Trotski na revolução bolchevique.

Mas — ironias da história — o próprio

PETROLEO

Stálin acabou sendo também vítima dessa prática. Depois do XXº Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), o corpo de Stálin foi retirado do mausoléu da Praça Vermelha, suas fotos foram apagadas e o historiador oficial Revunenkov conseguiu realizar a verdadeira façanha de escrever uma «história» do século XX sem citar uma única vez o nome de Stálin.

Trotski poderia ter repetido diante de Stálin a profética frase dita por Danton a caminho da guilhotina: «Robespierre, você me seguirá!».

Não se trata aqui de tomar partido de um ou de outro, mas de questionar a validade e a própria eficiência desses métodos de luta política. Stálin procurou apagar todos os vestígios da existência de Trotski, mas não conseguiu eliminar o trotskismo. Da mesma forma, todas as perseguições movidas contra a memória de Stálin por Kruchev e seus seguidores não conseguiram fazer com que o povo soviético deixasse de cultuá-la, como mostram várias reportagens recentes.

Todas as diferenças entre o processo revolucionário da China e o da União Soviética não imunizaram os chineses contra esse tipo de prática. Depois da queda de Lin Piao, passou a se dizer que ele nunca tinha estado na Coreia. Ele que antes tinha entre os seus títulos o de «herói da guerra da Coreia». Isso ocorreu no tempo em que o «grupo dos quatro» estava por cima e praticamente controlava o setor de propaganda do país. E aqui se mostram novamente as ironias da história; logo seria a vez dos quatro serem apagados das fotos oficiais.

E evidente que não foram os comunistas que inventaram essa prática, nem são eles os únicos ou os principais a usá-la. A direita utiliza a mentira em larga escala; os facistas descaradamente, e os liberais de modo velado, mas, talvez por isso mesmo, mais eficaz. Isso não impede que os «críticos» reacionários do marxismo procurem apresentar esses métodos como uma espécie de doença congênita, uma «perversidade intrínseca» à ação marxista. O es-



Kirilenko (seta), numa velha foto, com seus colegas do PCUS, antes de se tornar «invisível».

tudo da prática dos «fundadores» do socialismo científico, porém, desmente isso de modo cabal.

Marx, Engels e Lênin foram polemistas inveterados. Mas não consta que se utilizassem desses métodos de luta. Profundamente dialéticos, eles sabiam que não é necessário piorar o adversário para combatê-lo melhor. Nem é necessário esconder os próprios erros. Crítica e autocritica não eram para eles palavras rituais e vazias, eram, sim, duas coisas inseparáveis, dois instrumentos insubstituíveis para se conhecer e transformar o mundo. Certamente, eles, já tinham presente a idéia que Brecht expressaria anos depois, a idéia de que, num primeiro momento, a verdade é, em si mesma, revolucionária.

Marx e Engels criticaram da maneira

mais radical o idealismo hegeliano, mas defenderam o grande legado do pensamento dialético de Hegel, contra os que pretendiam tratá-lo como um «cão morto». Do mesmo modo, apesar de suas críticas implacáveis a Kautsky e Plekhánov, Lênin nunca deixou de reconhecer os méritos que ambos haviam tido no passado. Ele sabia que as virtudes do passado não impedem os erros do presente. E vice-versa.

Esse método dialético de crítica é não apenas mais justo, mas também, e por isso mesmo, muito mais sólido, muito mais durável, muito mais eficiente que a prática de apagar retratos ou riscar nomes. E não era para ser de outro modo, pois afinal, como lembrou Gramsci com rara felicidade, «quebrar o barômetro não ajuda a resolver o problema do mau tempo».

AS MULTINACIONAIS GANHAM E OS ÁRABES LEVAM A FAMA

Por Flávio Dieguez

Os países exportadores de petróleo vêm aumentando seus preços e cortando o fornecimento ao Ocidente, agora é quase certo que o preço oficial da OPEP suba em junho.

exigindo apenas a manutenção do preço mínimo oficial. A estes avanços, é preciso acrescentar os resultados da revolução iraniana: um corte de fornecimento de três meses por parte do segundo maior exportador mundial, o que provocou uma falta de um milhão e meio de barris no mercado. Para «piorar» as coisas, na semana passada, o Irã anunciou um corte de 600 mil barris diários em suas entregas. Outros estão fazendo o mesmo.

Somando as altas e a carência da oferta, mais as tramóias de comercialização das multinacionais que entregam o produto, o petróleo estava, no final da semana passada, sendo vendido até por 33 dólares o barril. E agora, com uma reunião da OPEP marcada para o próximo dia 26 de junho em Genebra, ninguém espera que o «ouro negro» escape de uma remarcação oficial para 27 dólares o barril.

Nenhum dos oráculos até agora apontou qualquer solução para a crise, e como ela não é novidade nos EUA, que arcam com cerca de dois terços dos seus efeitos mundiais, é natural que o presidente Jimmy Carter esteja de cabelos brancos em sua incapacidade para adotar um esquema que favoreça a todos (segundo sua pretensão).

Os aumentos da inflação nos três primeiros meses levam à previsão de que a estimativa do governo americano para este ano será dobrada: em vez dos 7,5%, a in-

flação será de 13%. O aumento da gasolina nos quatro primeiros meses foi de 14,4% e a estimativa anual sobe a 49,9%. Ao mesmo tempo, o índice de preços ao consumidor aumentou mais de 10% em 12 meses, e no mês passado a renda real dos trabalhadores caiu 2,4%.

Os «culpados» de tudo são os árabes, dizem os países industrializados. Carter lançou mão dessa simplificação no final da última semana. Criticou os «aumentos excessivos» deste ano e pediu à OPEP que se «abstenha de novos reajustes», sob a pena de, a longo prazo, os países exportadores «prejudicarem-se a si mesmos».

Por acaso, o ministro do petróleo dos Emirados Árabes Unidos deu uma entrevista no mesmo dia, acusando por seu lado, «os meios sionistas-imperialistas da informação de responsabilizar os países árabes produtores de petróleo pela atual crise econômica». Ele citou como prova do contrário, a recusa dos Emirados Árabes Unidos em vender petróleo a «até 40 dólares o barril» segundo ofertas feitas por algumas multinacionais, se os Emirados aceitassem desviar parte de sua produção para o «mercado livre» (postos de comercialização na Europa onde as reservas estão sendo vendidas pelos preços mais caros).

É interessante notar que, enquanto as previsões para os simples mortais são

tétricas, as multinacionais do petróleo, ao contrário, prevêem um futuro farto. Por exemplo: caso Carter resolva suspender o controle sobre os preços da gasolina e óleo diesel, elas se beneficiariam de uma renda extra de cerca de 13 bilhões de dólares nos 28 meses seguintes. E não é que elas estejam mal de vida agora: as maiores delas anunciaram ótimos lucros trimestrais em 79, sendo que a maior de todas, a Exxon Co., informou um aumento de 37,4%: «o mais impressionante da sua história», segundo a revista Time (7/5/79). A história se repete: a mesma farsa ocorreu em 74, logo após os embargos de petróleo árabe e a «grande crise» de 73.

Da extração até o bolso do consumidor, o preço do petróleo sobe mais de 7.000% (Time, 7/5/79). Mas, ao contrário dos árabes, que apenas produzem, as multinacionais investem em todas as fases desse processo: perfuração, transporte, refinação e comercialização. «Existe uma carência», diz uma comerciante americana, «mas não tão séria quanto dizem: é mais uma questão das companhias de petróleo, que retêm suas reservas até poderem obter melhores preços».

Algo semelhante foi dito na semana passada pelo secretário da energia dos EUA, James Schlesinger, ao acusar as multinacionais de desviar petróleo para a Europa, onde os preços estão mais altos. «Minha reação emocional é que as companhias querem nos passar a perna», dizem os americanos. Como se passasse recibo, a Exxon anunciou agora que gasta 78% de seus US\$18 milhões para publicidade... para promover sua «imagem».

ERITRÉIA

O ABC DA GUERRA POPULAR

Oficinas, escolas, hospitais... Nas áreas libertadas, os guerrilheiros da Frente Popular de Libertação da Eritrêia começam a construir um novo país. Nesta reportagem, o dia a dia de um povo que luta há 18 anos por sua independência nacional.

Por Olivier Le Brun

A «quarta ofensiva» lançada na Eritrêia em junho de 1978 pelo exército etíope, consideravelmente reforçado pela ajuda soviética, forçou os nacionalistas, que já controlavam 95% do território, a um recuo geral. O principal movimento nacionalista, a Frente Popular de Libertação da Eritrêia (FPLE), abandonou as cidades e foi obrigada, em fevereiro último, a retirar suas forças para o Norte, para escapar ao cerco. Incapazes no momento de uma contra-ofensiva de envergadura, os guerrilheiros conservam porém seu moral elevado e sua organização.

A nova «base de retaguarda», a oeste da antiga, oferece uma imagem de intensa atividade, sobretudo durante a noite, iluminada pelos geradores tomados do adversário. Os serviços foram dispersados para reduzir os riscos nos eventuais bombardeiros. Assim, o antigo hospital de Saberkete foi dividido em três seções bastante afastadas uma da outra. A seção de enfermagem foi, por sua vez, dividida em micro-unidades cuidadosamente camufladas: dormitórios, sala de radiografia, gabinete dentário, sala de operação, dispensário, laboratório... Nós assistimos a uma cirurgia num jovem combatente cujo fêmur havia sido fraturado por uma bala.

Os dois médicos belgas que me acompanhavam disseram que a operação se desenrolou em condições muito boas e que a radiografia mostrava um resultado inteiramente satisfatório. Tendo já visitado a Eritrêia em 1977, eles consideram que o nível do tratamento médico foi consideravelmente elevado. Os dezoito médicos da FPLE são atualmente todos cirurgiões. A única dentista, Lainesh, formada na Bulgária, participa todas as noites das operações e logo será capaz de operar também. A qualidade do tratamento médico eleva o moral dos combatentes, que sabem que tudo será feito para os salvar.

A escola da revolução

A desocupação da escola da reavaliação no momento da ofensiva etíope foi uma verdadeira epopéia: os alunos menores puderam ser levados de ônibus, mas os «grandes», com idade entre doze e catorze anos, tiveram que marchar dias inteiros, transportando com eles seus bancos escolares. Pode-se distinguir sob as árvores, montanhas de bancos.

Atualmente, as aulas são dadas ao ar livre, mas o quadro-negro e o professor estão diante dos alunos, que seguem o manual escolar página por página, levantam o braço, preparam os exames... O ensino parece ser de um nível bastante elevado em comparação com o de outros países da região. A educação política, embora não ocupe mais do que três das trinta e seis horas semanais de ensino, penetra o conjunto do programa: «The revolution is a big school» («A revolução é uma grande escola») era, no dia de nossa vitória, o tema da aula de inglês. Os alunos são filhos dos combatentes (muitas vezes órfãos), nômades e refugiados.

Ao lado das inevitáveis sessões pré-fabricadas de «perguntas e respostas», pudemos iniciar discussões espontâneas com alunos que pareciam particularmente maduros. As jovens visivelmente perplexas, nos interrogaram longamente sobre a «libertação da mulher nos países capitalistas».

A escola, que tem dois mil alunos, está dividida em quatro seções que mudam regularmente de lugar, já que os poços secam rápido no Sahel. Os alunos escavam os poços, transportam e montam as tendas, arrumam os arredores, instalam os pequenos fogareiros, vão procurar sua própria comida, às vezes a três horas de marcha. De tempos em tempos, um guerrilheiro traz de volta um menino que — sonhando combater — escapou para a linha de frente.

A pedagogia é mais avançada no centro de formação de mecânicos e eletricitistas do departamento de transportes. As «vanguardas» (grupos de jovens de quinze a dezessete anos), divididos em equipes de uma dezena de membros, trabalham em estreita cooperação em velhos motores. Cada grupo



Guerrilheiros da Frente Popular de Libertação da Eritrêia

possui um monitor, que ensina teoria a partir de problemas práticos. Os grupos se organizam espontaneamente para aprofundar essa ou aquela questão. Em todo lugar, junto com uma grande disciplina, é visível uma enorme sede de saber. Um pouco mais longe, o centro de formação de motoristas — com setenta e sete alunos — demonstra, durante um curso consagrado ao código rodoviário, que, com uma tal formação técnica e... política dos motoristas, a polícia será perfeitamente dispensável.

Miriam é responsável por uma oficina de conserto de veículos onde trabalham cinquenta homens e trinta mulheres. «Eu me reuni à Frente em 1975, nos diz ela. Estive na escola das «vanguardas», onde tive seis meses de formação militar e política. Em seguida, fiz o curso de mecânica do departamento de transportes e me especializei em motores Diesel». E ela acrescenta, em perfeita concordância com a tese da Frente: «A mulher se liberta participando da produção».

Atualmente, as mulheres representam 25% dos combatentes, 26% dos membros dos comitês de vilas e de bairros das «ex-zonas libertadas» (reconquistadas pelos etíopes), 30% do pessoal das oficinas de produção e conserto. Isso é bastante considerável para uma sociedade ainda largamente feudal, mesmo que as mulheres, apesar de esforço de alguns de seus camaradas para ajudá-las, não tenham ainda se livrado do monopólio das tarefas domésticas. Para preparar a comida, um sistema de rodízio é estritamente aplicado entre os guerrilheiros.

Miriam nos explica como funciona a formação política em sua garagem: «Nós temos cada dia uma sessão de uma hora e meia, geralmente das 7 às 8:30. O ou a comissária política, um dos trabalhadores, faz uma exposição, seguida de perguntas e discussões. Esta manhã, nós examinamos a experiência da FPLE entre 1970 e 1971. A cada semana, nós temos um seminário, grande assembleia, que reagrupa todos os combatentes das redondezas».

A rádio «A Voz das Massas» é o maior orgulho da FPLE. Em estúdios improvisados, as duas mulheres e o homem encarregados dos programas nos asseguraram que não estão ainda «inteiramente satisfeitos» com a qualidade das emissões. No entanto, essas emissões chegam a Kartum e, conforme se afirma aqui, atingem até Beirute. Os guerrilheiros as escutam, religiosamente, todas as noites. A rádio funciona durante seis horas diárias, em quatro línguas: tigrinya, árabe, afar e amárico e, muito em breve, emitirá também em tigré. A responsabilidade técnica da produção das publicações da FPLE cabe ao Departamen-

to de Informações que edita, em tigrinya e em árabe, oito revistas mensais ou semanais, entre as quais o órgão oficial da Frente, A Vanguarda, também publicada em inglês, o jornal teórico A Centelha e a publicação mensal de educação sanitária Raio da Saúde etc.

No «campo russo», também chamado «salão do tanque» vêm-se, alinhados, troféus de guerra de todo tipo, perfeitamente camuflados: dezenas de tanques T-54 e T-55 soviéticos, velhos tanques norte-americanos, autometralhadoras Panhard francesas, caminhões blindados e numerosas unidades blindadas. Nesse local se pratica, com grande engenho, o «canibalismo», fazendo-se consertos com peças de reposição retiradas dos veículos «mortos». Um velho mecânico, para o qual os tanques soviéticos já não têm segredos, nos fez uma demonstração do funcionamento dos engenhos capturados. Num inglês entremeadado de palavras italianas, ele nos explicou de que modo a equipe dos mecânicos melhorou o tanque T-54 soviético, substituindo a embreagem original, considerada muito fraca, pela embreagem muito mais sólida dos caminhões «capitalistas»...

O espírito de inovação se exerce por toda parte, particularmente na fabricação de armas — minas e granadas — e na reparação de fuzis, metralhadoras e peças de artilharia. O mesmo espírito reina em outras oficinas: relojoaria, conserto de rádios, eletricidade, marcenaria, conserto de máquinas e torneamento, confecções... As pesadas botas dos soldados etíopes são transformadas em coldres de revólveres ou em cartucheiras. Com um piscar de olhos, um combatente assegura: «Com nossas sandálias de plástico temos mais mobilidade e somos mais silenciosos». Em cada oficina, como no exército, há um comissário político, um responsável e um assistente, nomeados pela direção.

Centralismo, disciplina, democracia

A prática do centralismo, da rigorosa disciplina, da homogeneidade ideológica, da profunda educação política, do rigor espartano, levaram alguns a qualificar a FPLE de «stalinista». Contudo, esse centralismo permite à base uma verdadeira possibilidade de se manifestar. O exército, as organizações de massa, as unidades de base reúnem-se regularmente para analisar a situação. Recentemente, por exemplo, foi discutida a questão da unidade entre as duas frentes. Todos apresentam sua opinião e fazem propostas concretas.

O princípio de «direção coletiva e responsabilidade individual» é rigorosamente

aplicado e não é tolerado qualquer «culto à personalidade». É impossível a um estrangeiro distinguir o responsável por um grupo. Os membros do Birô Político não gozam de nenhum privilégio. Dormem e comem com os combatentes e carregam a própria mochila. Para identificá-los foi necessária muita observação: eles viram o rosto e se afastam quando se tenta fotografá-los. Os participantes do primeiro congresso da FPLE, que elegeram o Comitê Central, foram escolhidos ao fim de uma série de eleições em vários níveis.

Uma camaradagem a toda prova

As relações humanas dentro da Frente são de qualidade excepcional: entre combatentes, entre responsáveis e militantes, entre instrutores e alunos, entre médicos e doentes, entre homens e mulheres reina a mais calorosa camaradagem.

Essa foi, sem dúvida, a maior conquista da revolução eritréia: uma camaradagem que não pode ser destruída pela agressão exterior. O que irá acontecer com a transformação que não pode ser destruída pela agressão exterior? O que irá acontecer com a transformação dos campos e das cidades nas regiões libertadas e novamente ocupadas? () que acontecerá com a reforma agrária que redistribuiu a terra aos camponeses pobres, com as cooperativas de produção, com as associações de camponeses, de mulheres, de operários, de estudantes, com as assembleias populares, os comitês de aldeia e de bairro, com a participação das mulheres na vida política?

Sebhat Ephraim, responsável pelas organizações de massa, nos falou, a esse respeito, da atitude dos etíopes nas regiões reconquistadas: «Eles aplicam, segundo o caso, uma política de colaboração com as camadas retrógradas — os senhores feudais e o clero — ou, então, usam um linguajar falsamente revolucionário. Por exemplo, em Asmara, falam aos operários sobre a Comunidade de Paris. Mas não vão muito longe com essa espécie de oração abstrata. Não é com esses discursos que se faz a revolução. Nas aldeias em que se aventuram, organizam comícios e afirmam estar de acordo com as associações de camponeses, com as assembleias populares etc., mas acrescentam que os combatentes da FPLE são bandidos porque desejam vender o país aos árabes».

Não poderiam, essas acusações demagógicas, encontrar algum eco entre as populações cristãs? No momento, afirma-se que a população assiste passivamente aos comícios de propaganda etíope.

Esse movimento de orientação marxista — a FPLE — que faz uma revolução antifeudal e anticapitalista, é combatido pela URSS em nome do marxismo. Também é combatido por um governo que se diz engajado em uma revolução do mesmo tipo. Os etíopes se infiltram nas organizações populares formadas pela FPLE. Procuram «recuperá-las» e assumir a sua direção pondo-as a serviço dos interesses do poder central. O aspecto «burocrático» dessa política já é chocante em Keren onde, em poucos dias, os etíopes organizaram um «comitê popular» da cidade, quando, após todo um ano de intenso trabalho de educação política, através de centenas de reuniões, a FPLE considerava que as condições ainda não estavam maduras para a criação de um «comitê de autogestão» que abrangesse toda a cidade. Os comitês de bairro deveriam — segundo a FPLE — ir dando nascimento, progressivamente, a uma forma de poder popular.

Em relação a Addis Abeba, que não parece disposta a transigir, os eritreus se mostram mais determinados do que nunca. Tendo já lutado durante 17 anos contra uma Etiópia sustentada pelos norte-americanos, eles afirmam estar prontos a lutar por outros 17 anos, se for preciso, contra um poder mantido pela URSS. Nenhuma potência exterior, com exceção de alguns países árabes, reconhece seu direito à autodeterminação, mas seu isolamento no cenário internacional não faz mais do que exacerbar o seu nacionalismo, e nada leva a pensar que a força das armas possa ser vitoriosa contra eles em futuro previsível.



João Paulo II: sua viagem ajudará a «unir os poloneses»?

VISITA DO PAPA À POLÔNIA

A nova paz entre a Igreja e o Estado

Varsóvia — O reencontro entre o primeiro secretário do Partido Operário Unificado, Edward Gierek, e o cardeal Wyszyński, arcebispo de Varsóvia, completou os preparativos principais da visita do papa João Paulo II à Polônia.

O comunicado de imprensa, publicado pela agência oficial PAP, reforça a impressão de que as duas partes procuraram criar as melhores condições para essa viagem, na qual ambas vêem um

«acontecimento de importância histórica». As posições comuns das duas partes assinalam duas preocupações essenciais. De um lado, a Igreja e as autoridades do Estado constatarem que o acordo a que chegaram para a organização da visita do papa «prova o caráter vivo das considerações que formam o fundamento da cooperação entre a Igreja e o Estado». E exprimem a convicção de que essa visita dará «novos impulsos a essa cooperação», da mesma forma que ao desenvolvimento das relações entre a Polônia e o Vaticano. Essa dupla referência à cooperação entre as autoridades públicas e a hierarquia católica é significativa do clima atual. De modo geral, a Igreja prefere falar de normalização das relações.

O segundo tema fortemente apoiado pelas duas partes é o da «unidade dos poloneses». O comunicado diz expressamente que «a visita servirá para a unidade dos poloneses na realização dos objetivos nacionais para a prosperidade da mãe pátria, a República Popular da Polónia».

Essas convergências não impedem que cada uma das partes dê a esse acontecimento esperado por todo o país um significado específico. Para Gierek, a visita do papa servirá para reforçar, além da unidade dos poloneses, o prestígio internacional do país e o desenvolvimento das relações entre a Igreja e o Estado.

O cardeal Wyszyński considera, por seu lado que a visita reforçará sua convicção sobre a importância da «missão religiosa e moral da Igreja na Polónia». Finalmente, o cardeal primaz fez novamente um apelo indireto aos fiéis, desejando que «essa visita extraordinária se desenvolvesse numa atmosfera de ordem e de seriedade». Isso tem, com toda evidência, o objetivo de prevenir eventuais desordens, que não seriam do interesse de nenhuma das duas partes.

Manuel Lucbert

IRÃ

Muitos xerifes, poucos direitos

Teerã — Os conflitos entre o governo iraniano e as populações minoritárias voltaram a se intensificar, de maneira particularmente violenta, no final da última semana. Os combates desta vez ocorreram na cidade de Khorramshar, opondo iranianos árabes e as tropas do governo. Estima-se que houve dezenas de mortos (não menos de 80, segundo as agências de notícias) e mais de cem feridos.

De acordo com a agência oficial, Pars, os manifestantes árabes atearam fogo à delegação de polícia e à fábrica de tabaco do governo. Um porta-voz árabe acusou os «Guardiães da Revolução» e os comandos paramilitares de Teerã de terem começado os problemas. Eles teriam atacado o Centro Popular de Cultura Árabe, fazendo numerosas vítimas.

Depois da derrubada do xá, dia 11 de fevereiro, já ocorreram diversos conflitos entre a população árabe de Khorramshar e os «Guardiães da Revo-

lução», que são comandos armados, remanescentes da luta pela tomada do poder, e dotados de uma fanática convicção religiosa. A atitude do almirante Madani (a cidade é um porto, e na luta foram empregados até navios) foi criticada pelo aiatolá Khaghani, chefe político e religioso de 2 milhões de iranianos árabes. Ele havia estado na cidade poucos dias antes, após falar com Khomeini sobre os árabes, tendo sido acolhido com entusiasmo.

No centro das questões políticas mais amplas, o governo de Teerã também está passando por momentos delicados: a idéia de realizar uma eleição para a Assembléia Constituinte (que consta do programa de Khomeini desde o fim do ano passado) foi afastada, e a nova Constituição será simplesmente submetida a referendo.

Mehdi Bazargã, chefe do governo, por outro lado, voltou a reclamar da «multiplicidade de centros de decisão», que paralisa o poder legal. «Em teoria», disse, «tudo se desenrola sob controle do governo, na prática ele não controla nada: nosso país parece uma cidade com vários xerifes».

Hassan Nazin, diretor-geral da Empresa Nacional de Petróleo Iraniana e

U.P.I.

presidente da antiga ordem dos advogados de Teerã, denunciou os erros cometidos em nome do Islã. «É evidente — disse — que a solução dos problemas políticos, econômicos e judiciários não pode ser delimitada unicamente pelo quadro do Islã». Ele denunciou os que «levantam pela manhã e dão uma ordem, não importa qual», como também «a incoerência de um programa econômico que mergulha a população no desespero». Depois disso, repetiu a exigência já feita (sem sucesso) por Bazargã, em favor de uma anistia geral. «Apenas esta medida — afirmou — permitirá aos industriais e comerciantes retornar às suas atividades e ajudar assim na luta contra o desemprego».

ESPANHA

O terror bate seus recordes

A organização separatista basca ETA negou qualquer responsabilidade no atentado a bomba ocorrido no último dia 26 em Madri, que fez 8 mortos e 40 feridos. Num comunicado divulgado dia 28 passado, a ETA também nega ter tentado o seqüestro de Jacques Chaban Delmas, presidente da Assembléia Nacional francesa.

Segundo a organização, nos dois casos se trata de «uma campanha de intoxicação da opinião pública com ajuda da imprensa governamental». No entanto, a organização aceitou a autoria de um atentado do dia 25, no qual morreram 3 militares e seu motorista.

A Espanha está sendo atingida por uma vasta onda de violência que só neste começo de ano já fez 66 mortos em confrontos políticos. Como termo de comparação, em todo o ano de 78, a violência política causou 99 mortos.

Madri — O atentado do dia 25 deu início a uma vaga de reações de que não havia notícia há tempos. A emoção foi intensa entre os partidos, que vêem toda agressão ao exército como uma manobra grosseira para enterrar o processo democrático.

Jamais a ETA-Militar havia ido tão longe: primeiro pelo número e pela patente das vítimas — dois coronéis e um general — mas também porque o momento foi perfeitamente escolhido — logo após um debate no Parlamento sobre o terrorismo, e à véspera da festa do Exército, no dia das Forças Armadas. Em consequência do atentado, o ministro da defesa cancelou as comemorações em sinal de luto, menos em Sevilha.

Nesta cidade, segundo as autoridades, foi descoberto um vasto plano de provocação montada para a ocasião da festa. Um inspetor de polícia foi morto na capital andaluza quando prendia um militante da GRAPO (Grupo de Resistência Antifascista Primeiro de Outubro). A polícia, em seguida, descobriu um esconderijo do grupo onde havia diversos explosivos e um plano de assassinato.

A partir daí talvez se confirme uma suposição antiga de que a ETA e a GRAPO estão coordenando suas operações.

Charles Vanhecke

CHINA

Exército: hostil à nova política

Pequim — As oscilações ideológicas do regime parecem estar sendo mal recebidas pelos quadros superiores do Exército chinês, em particular pelos responsáveis políticos.

Essa nova insatisfação do Exército se reflete, desde o início de maio, nos relatórios de reuniões, mesas redondas, estágios organizados a nível das grandes unidades militares — sobretudo Pequim, Fuzhu, Nanjing — e em alguns artigos do jornal do Exército Popular de Libertação, em parte reproduzidos pelo Diário do Povo.

As principais questões levantadas são reveladoras de grandes reticências em relação às orientações recentes do regime. Eis alguns exemplos:

— A fidelidade ao pensamento de Mao é conciliável com a palavra-de-ordem,



General Xu Shiyu, comandante militar de Cantão e membro do Birô Político do PCC: críticas à linha oficial?

reiterada pela reunião plenária de dezembro do Comitê Central, de «libertar os espíritos»?

— A nova política econômica do Partido, que preconiza sobretudo os estímulos materiais e a aplicação parcial das leis do mercado, não poderia levar a uma espécie de «restauração», isto é, uma «regressão» na via do socialismo?

— A prioridade dada às tarefas econômicas fez passar a luta de classes ao segundo plano. Isso não significa abandonar o que tem sido, desde Mao, o «eixo» da política do Partido?

— Desde a apresentação da palavra-de-ordem de «libertar os espíritos», as novas regras da ortodoxia foram enunciadas sob a forma de quatro princípios: a superioridade da via socialista, a manutenção da ditadura do proletariado, a afirmação do papel dirigente do Partido Comunista, e a fidelidade ao marxismo-leninismo e ao pensamento de Mao. Esses quatro princípios não tiveram a finalidade de corrigir um «desvio» surgido durante a reunião plenária de dezembro, e, nesse caso, as outras conclusões da mesma reunião não deveriam também ser postas em questão?

Os militares não são os únicos a levantar esses problemas. O primeiro secretário de Sechuan, Zhao Ziyang, e outros dirigentes provinciais já preparam a lista das «tendências errôneas» que se manifestam «tanto no interior como ao redor do Partido». Mas, enquanto entre os civis os «erros» apontados consistem tanto em querer ir longe demais quanto em não querer avançar o suficiente no caminho dos ajustamentos políticos, ideológicos e econômicos, parece que entre os quadros superiores do Exército a reação mais comum é a de um acentuado conservadorismo.

Os militares se inquietam com as manifestações de «ultrademocratismo» surgidas em nome da «libertação dos espíritos» e com as consequências que elas possam trazer para a ordem pública e a coesão nacional, ameaçadas pelo «divisionismo burguês».

Alain Jacob

GRÉCIA

Adesão ao MCE

O tratado de adesão da Grécia ao MCE, Mercado Comum Europeu, foi assinado em Atenas, dia 28 de maio. Para o primeiro ministro Caramanlis, o «marco histórico» constituiu o coroamento de 21 anos de esforços.

Depois dele, o ministro do Exterior francês, que acompanhou o presidente Giscard a Atenas, reconhecera a coragem e a determinação de Caramanlis, dizendo que o ato reunia a «compreensão dos 9 Estados membros (do MCE) e a confiança da Grécia em si mesma».

No entanto, a opinião pública grega não é unânime a respeito do passo de Caramanlis. Tanto a oposição de esquerda como a da extrema-direita (esta muito reduzida) são hostis à adesão. O PASOK, liderado por Papandreu, exige a realização de um plebiscito. Entre os numerosos exemplos da oposição ao MCE, havia um cartaz do Partido Comunista Grego (pró-soviético), dizendo: «Sob a máscara da Europa se escondem os militares». Por toda a passagem do cortejo cerimonial, os alunos da Escola de Ciências Políticas e Econômicas colocaram diversos cartazes, em várias línguas, os quais podem ser resumidos por «Não ao MCE».

LINHA DE PASSE

O CAMINHO CERTO DO GOL

O novo show de João Bosco cantando músicas suas, de Aldir Blanc e Paulo Emilio revela um trabalho maduro e bonito. Integrado nos novos tempos do Brasil.

Por Ricardo Bueno

O bêbado com chapéu-côco/fazia irreverências mil/pra noite do meu Brasil, meu Brasil/que sonhava com a volta do irmão do Henfil,/com tanta gente que partiu/num rabo-de-foguete./Chora nossa pátria, mãe gentil,/choram Marias e Clarisses/no solo do Brasil. Quando João Bosco encerra o show Linha de Passe, que estreou recentemente no Teatro Clara Nunes no Rio de Janeiro, com O Bêbado e a Equilibrista, a emoção que o espetáculo provoca atinge seu ponto máximo. A música vai assim pouco a pouco, virando uma espécie de hino nacional da anistia.

Mas nem só deste momento de beleza vive Linha de Passe. A obra da dupla João Bosco-Aldir Blanc é passada a limpo numa espécie de balanço do que foi feito até agora. E o que é feito é soberbo. Os temas políticos, por exemplo, são uma constante. Basta lembrar O Cavaleiro e os Moínhos (Arrebentar a corrente que envolve o amanhã/despertar as espadas/varrer as esfinges das encruzilhadas), O Ronco da Cuica (Roncou, roncou/roncou de raiva a cuica/roncou de fome.../alguém mandou/mandou parar) e duas músicas do novo LP sobre as patrulhas ideológicas. Uma delas Patrulhando (Mara) sobre a patrulha-odara. A outra Patrulhando (Masmorra) sobre as patrulhas políticas que têm a pretensão de enquadrar pessoas e defender verdades irrefutáveis.

Um outro prato saboroso fornecido pela dupla João Bosco-Aldir Blanc, agora reforçada com um novo parceiro, Paulo Emilio, que participa de 6 das 11 músicas do novo LP, está ligado à descrição do cotidiano dos morros cariocas. Algumas músicas são antológicas, como por exemplo Parati (do LP Linha de Passe) em que há esta jóia: Fui comer com o Claudionor/bolinho de bacalhau/Vi chegar a mil na contra-mão/rabecão do Instituto Médico Legal./Tive pena da Etelvina/chamei ela pruma dose. Hoje em dia nosso romance, morena, tá mais azul que equimose.

Movimento fez uma linha de passe com João Bosco.

O resultado está aí:

Além dessas, o universo de João Bosco, Aldir Blanc e agora Paulo Emilio tem muitas outras faces. Flashes sobre a classe média, latin lovers, o carnaval para turista ver, etc, desfilam em Linha de Passe em que João Bosco, acompanhado de cinco músicos de primeira categoria e envolvido num cenário em que há desde esqueletos jogando bola até uma enorme pipa escrita anistia em vermelho, dá um show que quem puder não deve perder.

P - Linha de Passe está sendo considerado o mais político dos seus discos. Você concorda com isso?

JB - Não. Acho que o disco é o fruto do trabalho de pessoas que mantêm a mesma



João Bosco: acertando na linha de passe

linha de pensamento e que tinham todo um envolvimento com o ambiente de exceção aqui do Brasil. O que eu diria é que Linha de Passe é um disco menos preocupado em teorizar do que discos que fizemos antes. Há menos preocupação em teorizar sobre censura, liberdade de expressão. O negócio é passar a aceitar a abertura como um fato consumado e usar isso.

P - Em Linha de Passe há duas músicas sobre as patrulhas ideológicas. Qual a relação entre elas?

JB - Bem são duas patrulhas diferentes. Algumas pessoas acham interessante, saudável colocar outras pessoas numa linha que não é a delas. Há uma patrulha muito clara, com muita luz, que é a patrulha odara. E outra muito escura, que é a patrulha ideológica. Em Linha de Passe nós constatamos esse fato. E não estamos interessados em patrulhar ninguém.

- Como é que você explica o fato de que sendo você e Aldir Blanc compositores de classe média, consigam captar tão bem o cotidiano do pessoal que mora nos morros cariocas?

JB - É, isso acontece no trabalho da gente, tanto a nível musical como a nível literário. Em Linha de Passe há, por exemplo, um partido — despacho como Boca de Sapó em que tanto a música como a letra caminham para uma coisa quase que primitiva, uma coisa de rua. Isso não se aprende na escola. Nós fomos formados em universidade, participamos da UNE do nosso tempo, tivemos preocupações científicas e em certa época eu e Aldir achamos até que tínhamos a solução para os problemas nacionais. Mas descobrimos que há uma formação mais forte, que é a do povo mesmo.

Aldir foi do Estácio e Vila Isabel, que ficam na zona Norte. Era de uma classe mas transou com outras. Eu vim de cidade do interior de Minas. Nas cidades do interior os vizinhos se falam, há contatos entre as diferentes classes. Eu desde cedo participei de programas de rádio, imitava aqueles antigos programas da Rádio Nacional, com o Caubi Peixoto. A minha transa portanto tem muitos envoltimentos. Por trás disso tudo há meus papos no botequim, as noites de futebol, coisas que se vai usando no trabalho. O mais vitalizante, enfim, no trabalho é você falar uma linguagem que você conhece bem.

P - Apesar de vocês trabalharem em cima de temas populares, vocês não conseguem atingir as faixas do público de renda mais baixa. Sidnei Magal ou Aginaldo Timóteo têm mais acesso a esse público do que você, Milton ou Chico Buarque. Como é que você vê isso?

JB - Esse é um problema muito complexo. Varias coisas estão implicadas aí. Qualquer pessoa gosta de ver e ouvir alguma coisa que se relacione com ela. Mas, para isso, a pessoa tem que conhecer, ser apresentada a essa história. Você não pode comparar a veiculação de um trabalho de Sidnei Magal, a quem você se referiu, com a de um Milton ou de um Chico. O Chico não está disposto a fazer a nível empresarial o que outros artistas fazem com bastante naturalidade. É claro que eu como artista gostaria que meu disco fosse ouvido pelo País inteiro. Mas eu só estou disposto a ir até certo ponto para fazer o trabalho de divulgação. Além disso, é preciso ver a porcentagem de música brasileira e música estrangeira que é executada. E dentro da música brasileira o percentual que é dedicado a um e outro tipo de música.

P - A luta é desigual, não há dúvida. Você tentou uma forma de aproximação com um público maior que foi música para novela. Funcionou? Valeu a pena?

JB - Foi uma experiência fantástica. Consegui com isso a aproximação com um público que me interessava. Você não pode ignorar a televisão, mas tem que saber usar o veículo e não deixar que ele te use. Desde que fiz o tema de abertura de O Astro (a música é Bijuterias) recebi outros convites para fazer música de novela. Recusei. Acho que agora o momento não é de transar música para novela.

AMORA

A MÚSICA VIVA DO INTERIOR

Renato Teixeira com seu novo disco Amora, traz o gosto antigo das cidades do interior

Por Tárík Souza

«Romaria» entoado em êxito por Elis Regina há dois anos.

Minha música é da cidade pequena

«Amora», é o segundo LP desta «nova» carreira de Renato, agora apto a mostrar seu talento numa corrente onde é solitário representante. Os arranjos deste LP são de Luiz Roberto de Oliveira: uma despojada associação entre os sons regionais da viola de 12 cordas, viola caipira, acordeão, harmônio, rabeca e o latino charrango, somados a uma discreta eletrificação, via guitarra e piano elétrico, amaciados por metais ocasionais e violinos, violas e celos. Sua música já não se confunde com as fontes, como é possível observar no contraste do original com a regravação de «Canta Moçada» de Nhô Fio, Nono Basílio e Tonico, da dupla com Tinoco. O próprio Renato explicou isso no lançamento de Romaria: «minha música não é de roça, de campo, mas de cidade pequena, e é assim porque fui criado em cidade do interior e recebi, logicamente, todas as influências naturais da música ambiente.

Mas não é música caipira, porque se eu mergulhasse nesse gênero, não conseguiria fazer algo melhor ou igual, mas pior».

Fiel ao estilo narrativo dominante no gênero, Renato seria um interiorano que atingiu a universidade e fala de seu meio, olhando-o com um certo distanciamento crítico. Ele fotografa a cena folclórica, como em «Morro da Imaculada» («no morro da imaculada tem/ divino congada/ e moçambique também») ou testemunha sua herança em «Sina de Violeiro» («meu pai chegou aqui num fim de dia/ há muito tempo em cima de um cavalo / e era pobre e moço/ e só queria semear de calo/as mãos de plantador»). No entanto, é o estudante que viveu os «Madrugadas de 68» («E a gente se inventava/como quem projeta catedrais») e reconhece: «eu saí de Mato dentro/ tanto tempo já/ rodei mundo afora/ as voltas que o mundo me deu») («Mato Dentro»).

Com uma simplicidade poética que serve aos dois discursos (O sertanejo é o universitário), Renato assume o puro deslumbramento do caipira ante o frenesi urbano, esmiuçado emotivamente em «A primeira vez que eu fui ao Rio». Essa espécie de congênita inferioridade e paralisante admiração — tão bem retratada — que contribuíram para que a moda violeira do Centro Oeste levasse tanto tempo para trazer suas botas de couro e chapéu de palha para a sala principal do PBEE MPB. Enfim, a depender do sólido artesanato de Renato Teixeira, ela veio para ficar.

Do meio para o fim da década de 50 inicia-se a ascensão de uma camada universitária e intelectualizada que seria a condutora do processo conhecido por «linha evolutiva da música popular brasileira». Essa classe toma o poder através de um movimento organizado e esteticamente definido, a Bossa Nova. Isso acontece ao mesmo tempo em que o País implanta sua indústria automobilística, constrói Brasília e há um irresistível impulso de urbanização das correntes migratórias.

A Bossa Nova, com todos esses fatores é um movimento essencialmente urbano, nascido e caracterizado pela geografia cultural da Zona Sul do Rio de Janeiro. Seu discurso elitista, esteticamente conduzido numa direção unitária, no entanto, começaria a romper-se à medida que se incorporavam a ele universitários ou intelectuais com formação (e procedência) diversa da corrente principal da Bossa Nova. Entre os saudáveis dissidentes da uníssona urbanização e aristocracia de influências da Bossa Nova, Geraldo Vandré, paraibano, estudante de direito, foi o primeiro a procurar inicialmente soluções orquestrais mais despojadas e a seguir, ostensivamente, a embeber sua música nas raízes rurais. Marcos dessa iniciativa foram as gravações (ainda em 62) de «Canção Nordestina» e «Fica mal com Deus».

A primeira, uma toada levada apenas com solitário acompanhamento de um violão de harmonia e ritmo, tocada por Luiz Roberto de Oliveira. A segunda, uma cantiga de cego, em cadência de baião, com metais e coro dosados pela requintada simplicidade do maestro pernambucano Moacir Santos. Dentro da bossa nova era uma espécie de cisma, que não cessaria de incorporar-se com a adesão de Sérgio Ricardo e Edu Lobo, que empurrariam o movimento na direção de influências afro-brasileiras e também nordestinas.

Rogério Duprat e o Nhô Look

A ruralização proposta por Vandré alcançaria sua fase mais aguda a partir da incorporação dos anos de viola e queixada de em «Disparada» (66) que ostentava o subtítulo, hoje esquecido, de «Moda para Viola e Laço». Depois de Vandré, a chamada linha evolutiva da MPB só voltaria a ocupar-se do vasto e desprezado manancial da música caipira e sertaneja do Centro-Oeste brasileiro a partir de uma série de pesquisas — coroadas pela gravação do LP «Nhô Look» — promovidas pelo maestro tropicalista Rogério Duprat no começo dos anos 70, sob o impulso de uma empresa multinacional de tecidos, que pretendia lançar (com trilha sonora específica) um figurino baseado no bucolismo da vida campestre.

Organizadamente, portanto, o santista criado em Taubaté, Renato Teixeira é o primeiro a dedicar-se, de corpo e alma, à inclusão da música caipira/sertaneja na faixa universitária e intelectualizada da MPB. Suas primeiras tentativas de aparecer como compositor, no entanto, nem sempre foram nessa linha. A primeira, uma canção romântica, «Dá Maria», um festival de record de 1968, cantada por Gal Costa e Silvio Cesar e logo depois a quase valsinha «Benvinda», gravada por Roberto Carlos (seu único sucesso financeiro dessa fase) e tiros em quase todas as direções como comprovam os títulos: «a paquera», «Maria Bonita», «Enseada» (gravada por Ronie Von) «Suely Avião», «Bye Bye» e «Teddy Boy».

Impossibilitado de viver de música, pela irregularidade de seus sucessos, Renato Teixeira foi viver de jingles, tornando-se o habilidoso artífice de «A alma é ótima», «Boko Moko», etc. No festival da canção de 72, no entanto, Renato começava a firmar um caminho e inscrevia «Marinheiro», uma congada. Seu trabalho, «Paisagem», o LP lançado após o fic-72, já prenunciava o sabor pastoral que finalmente projetaria, em definitivo Renato Teixeira, com o hino



Renato Teixeira: o sabor vivo da Amora

«A guerra do Vietnã se transformou num elemento tão essencial na história americana quanto nossa guerra civil. Apocalypse now é cinema, é o próprio Vietnã». Palavras de Francis Ford Coppola, logo após exibir seu filme e pouco antes de saber que havia ganhado a Palma de Ouro de Cannes, juntamente com o alemão Volker Schoenlerdorff. Apocalypse now, uma viagem através da loucura e da morte pelas selvas do Sudeste asiático, faturava a Palma ao mesmo tempo que impressionava profundamente cada um dos que o assistiram, três meses antes de sua estréia mundial. Em maio, outro filme sobre a guerra havia ganhado 5 oscars, gerando mais polêmica que aplausos: The deer hunter (O franco-atirador), de Michael Cimino.

O Vietnã, enfim, está em cartaz. Quatro anos após ser derrotado por um «exército de camponeses», a grande águia já lambeu suas feridas e seu povo já se sente em condições de se olhar no espelho. Com a diferença que todos os filmes anteriores sobre o Vietnã ou mentiram ou apenas procuraram registrar os efeitos da guerra nos próprios EUA.

Apocalypse now não, muito pelo contrário. Segue as pegadas do horror e procura transformá-lo em sensações. «Começa como tantos filmes com uma história qualquer, mas depois a história passa a segundo plano. O importante passam a ser as sensações. Por exemplo, o que se sente estando num helicóptero que destrói uma aldeia». A história, bem resumidamente, é a seguinte: o capitão Willard (Martin Sheen) é encarregado confidencialmente de executar o coronel Walter Kurtz (Marlon Brando), que havia escapado ao controle das Forças Armadas e espalhava o terror pela fronteira do Camboja, comandando um pequeno exército de nativos.

Willard forma uma tropa de vietnamitas e hippies e sobe o Mekong sentindo na pele a insanidade de uma máquina militar des-governada. Coppola lembrou «200 coisas sobre o Vietnã que ele gostaria de colocar no filme». E foi colocando, às margens do Mekong: tropas negras na linha de frente, hordas de adolescentes assassinos, o acesso a drogas e luxos domésticos, um show de coelhinhos da Playboy terminando numa tentativa de curra coletiva etc., etc.

Para isso, Coppola filmou 336 horas originais reduzidas a duas e meia. Gastou 30 milhões de dólares em dois anos de filmagem, e teve um cenário enorme destruído inteiramente por um tufão. Apocalypse now, aliás, foi rodado inteiramente nas Filipinas, dada a sua semelhança geográfica com o Vietnã. E também pela similaridade de equipamentos utilizados pelos exércitos americano e filipino. A quantidade de armas utilizadas no filme alimentariam uma guerrilha por um mês, garantiu Coppola.

Uma superprodução, como muitos dos filmes realizados por Hollywood sobre a Segunda Guerra. Só que os filmes sobre a Segunda Guerra (com exceção de filmes muito recentes, como Matadouro 5 ou Artil 22) não se atreviam a colocar em dúvida as nobres intenções da intervenção americana contra a Alemanha, a Itália e o Japão. A Coréia não recebeu tratamento diferente. As produções norte-americanas mantiveram-se geralmente fiéis ao fantasma macartista, sempre sedento de bruxas para sua fogueira.

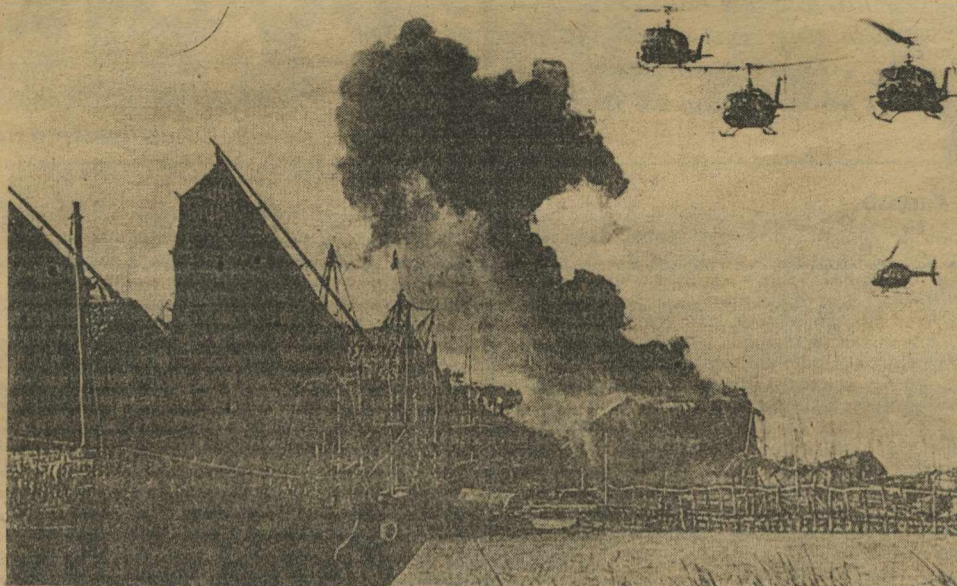
E veio o Vietnã, onde Tio Sam pediu água. «Fui o primeiro a tentar um filme sobre o Vietnã, desde 1969» — afirmou Coppola. Certo, já que desde pelo menos 1963 se fazem filmes (importantes) sobre o Sudeste asiático. Neste ano, o mesmo Marlon Brando havia filmado com George Englund Quando os irmãos se defrontam («The ugly american»). O filme não mostrava especificamente o Vietnã, mas algo

CINEMA/VIETNÃ

Dois filmes sobre a guerra do Vietnã ganharam este ano os prêmios mais cobiçados do cinema: a Palma de Ouro, de Cannes, e o Oscar, de Hollywood

O PESADELO DA GUERRA

Por Dagomir Marquezi



Cena de «Apocalypse Now», de Coppola: fim da mentira?

muito semelhante chamado Sarkhan. Brando é o embaixador MacWhite, encarregado de atrair para a órbita americana o revolucionário Doeng (Eiji Okada). Ambos haviam combatido juntos o invasor japonês na Segunda Guerra. Acabam se desentendendo num momento de profundo anti-americanismo no País. Estoura a guerra civil e Doeng agarra-se aos conselheiros soviéticos e chineses, na época ainda de bem. Segundo o crítico René Jordan, «o trabalho de Brando não exige The ugly american de ser um filme ruim, uma tragédia sem catarse».

E enquanto o pau comia no Vietnã durante os anos Johnson, Hollywood se calou. Só voltaria a tocar no assunto em 1968 com o lamentável Os Boínas verdes («The green berets»). A mesma mentalidade tacanha com que John Wayne, o diretor, observava os índios transferiu-se para o Vietnã, onde os ferozes boínas-verdes transvestem-se em cavalaria e vão combater os apaches amarelos. O filme recebeu a consideração que merecia — nenhuma. Um cinema que o exibiu em São Paulo sofreu um atentado a bomba.

Em 1970 (veio M.A.S.H., de Robert Altman. Não pode ser esquecido, apesar de passado na Coréia. Mas o alvo era bem outro: a disciplina militar e as razões éticas das guerras imperialistas norte-americanas. Um filme anarquista, de profunda repercussão, que acabou gerando um seriado para TV de certo sucesso).

Dois anos depois, quando a participação americana se revertia em tragédia (e glória, para os vietnamitas), Hollywood bocejou de sua letargia sonhadora e deu um Oscar de melhor documentário para Corações e mentes («Hearts and minds», de Bert Schneider). Foi a primeira abordagem direta do Vietnã enquanto problema: verificou com lentes limpas os estragos causados pela guerra no coração e na mente do povo americano. Contrastou a verdade com a imagem oficial do conflito,

abrindo contradições duras de se reconhecer na época. Iluminou o quanto pôde os preconceitos que envolvem o Oriente nas manifestações mais comuns da cultura americana.

Neste mesmo ano de 72, Elia Kazan realizou um filme de ficção de baixíssimo custo chamado Os visitantes («The visitors»). A trama, bem simples: um ex-soldado vive em paz com sua mulher numa casa de campo. Dois ex-companheiros de regimento o visitam de forma amistosa e são bem recebidos. O problema é que o visitado havia denunciado os visitantes como participantes de uma chacina ao estilo My Lai. Trata-se, é claro, de uma vingança. Mas quando ela vai ocorrer? O filme é mais uma obra de suspense do que de análise e não agradou nem crítica nem público. Mas serviu como reflexão: a lei da selva, aplicada pelos EUA no Sudeste Asiático transferia-se para o lar, doce lar.

Novo intervalo, só quebrado em 1976 por Inferno sem saída («Gotell the spartans»), filme estrelado por Burt Lancaster e que passou completamente despercebido por aqui. Como bem observou alguém, simplesmente um faroeste, um pouco mais sofisticado que o de John Wayne. O filme se baseia numa frase inscrita num cemitério repleto de soldados franceses: «Vá dizer aos espartanos que cumprimos nossa missão». O regime sul-vietnamita, certo, é exibido como o que era, na sua corrupção e truculência. Em compensação, os vietcongues são mostrados como fantasmas sem rosto, ocultos atrás de cada criança e de cada velho camponês. E os americanos como inocentes numa guerra que não lhes pertence e que nenhuma vantagem lhes trará.

Dois anos depois, defrontam-se pelo Oscar dois filmes muito semelhantes e muito opostos: no canto esquerdo, Amargo regresso («Coming home», de Hal Ashby). No direito, O franco atirador. O segundo ga-

nhou fácil, revelando que Hollywood ainda torce pelo «mocinho» e prefere apenas respeitar os «índios». Ambos trataram da mesma coisa, os estilhaços que a guerra devolveu para casa.

«Coming home» é muito mais uma história de amor com projeções simbólicas: por quem Jane Fonda se decidirá? Pelo marido conservador e paranóico, fiel soldado da U.S. Army? Ou pelo amante mutilado que se decide pelo pacifismo militante? Embalado por um trilha sonora nostálgica neste reinado da disco-music (e que incluía Rolling Stones, Steppenwolf etc), Amargo regresso decepcionou porque se esperou demais dele. Deveria ser visto com menos pretensão. Digamos, como um Lovy story de esquerda.

Já «Deer hunter» é tão rançoso e sacana que acaba dando muita dignidade a Amargo regresso. Escrito por Deric Washburn e dirigido por Michael Cimino (30 anos, ex-publicitário), Franco atirador faz com tintas pseudo-analíticas a apologia do heroísmo solitário e másculo. Macho men poderia ser uma trilha sonora. Em resumo, o filme conta a história de três operários siderúrgicos convocados para a guerra. Um deles se torna um inválido e o outro, mentalmente perturbado, adere ao que os autores do filme julgam ser uma mania nacional vietnamita: a roleta russa. Só se salva o grande herói Mike (Robert de Niro), caçador de veados com um só tiro. E ele quem tenta salvar seus dois amigos do erro de haverem trocado as plácidas montanhas de Pensilvânia pela selva vietnamita.

O Vietnã é tratado por Cimino em quatro cenas básicas. Na primeira, um vietcongue surpreende uma família de camponeses num alcapão e atrai uma granada pela sua porta, sem dar tempo de ninguém sair. Na segunda, os heróis estão aprisionados como feras pelos guerrilheiros. Sob um retrato sorridente de Ho-Chi-Minh, são obrigados a jogar a roleta russa, enquanto seus algozes divertem-se em apostar quem vai estourar os miolos primeiro. Na terceira, os heróis estão (fisiologicamente) a salvo num gentil hospital militar americano de Saigon. Na quarta, a atual cidade de Ho-Chi-Minh revela-se como um animalesco bordel, desses que só os amarelos poderiam inventar.

«Deer hunter» acaba com os sobreviventes cantando «Deus abençoe a América». A mensagem é bem clara: deixem nossos rapazes caçando veados, não os metam mais com estes comunas sem coração. E enquanto as lágrimas rolam grossas pela tela, ficamos à espera de «Apocalypse now». Ele parece significar o fim de um ciclo de timidez ou mentira. E parece marcar um novo período para Hollywood, na sua forma de retratar, não sem dor, o passo atrás de um Império.



Jane Fonda e John Voight em «Amargo Regresso»: Hollywood preferiu o «mocinho»...



...e escolheu «Franco Atirador» onde De Niro é o herói dos «bravos rapazes»

FLIPEARMANIA

A moda da diversão eletrônica em debate: desenvolve ou embota?

Por
Maria Angela Jabur

Nair Benedicto - Agência F/4



Na Av. Ipiranga, enfrentando os apaches.

São Paulo, sábado à noite. Os fliperamas — como são chamadas as lojas especializadas em diversões eletrônicas — estão lotados.

Jovens e velhos participam da destruição de aviões, de competições automobilísticas em que veículos colidem, derrapam e saem da pista, da luta entre apaches, do bombardeamento de cidades.

Por falta de dinheiro para aprender ou somente pelo prazer de ficar observando, grupos se formam à sua volta. Três amigos apostam: quem fizer menor número de pontos pagará a partida.

Frente a um apache quase estático, Aldo Giancoli Junior tem os olhos fixos no movimento das bolinhas de aço, que controla ao apertar dois botões laterais. Sua finalidade: vencer a máquina. Se ganhar, o painel eletrônico mostrará uma quantidade de pontos superior ao estipulado por ela e seu prêmio será uma nova partida.

«O flipper descarrega. As vezes, se a gente não descarrega em máquinas, descarrega em pessoas». Com 20 anos cursa o terceiro colegial, joga há oito anos e quando pequeno, faltava às aulas e gastava o dinheiro do lanche em diversões eletrônicas.

Não é porém, o único estudante a agir assim. Marco Antônio, um psicólogo que trabalha diretamente com alunos de um dos colégios que lutam para combater a flipermania, afirma que diariamente alguns funcionários saem à rua visitam os flippers e lanchonetes, estrategicamente situados nos arredores, em busca dos «gazeteiros». Ao encontrá-los, levam-nos para se entrevistarem com o psicólogo. Se o incidente volta a se repetir, os pais recebem uma notificação.

O número de evasões chegou a tal ponto, que o Juizado de Menores de São Paulo, passou a receber constantes reclamações de professores solicitando alguma providência. E, no último dia 23, o juiz Milton Silveira baixou uma portaria proibindo menores de 18 anos de frequentarem casas de diversões eletrônicas situadas em uma distância inferior a um raio de 300 metros do estabelecimento de ensino.

Imediatamente, indústrias e comerciantes do ramo viram a estabilidade do negócio ameaçada e solicitaram uma reunião com o Juiz, na qual, expondo suas razões, pediram que o raio de distância fosse diminuído e a frequência liberada aos sábados, domingos e feriados escolares.

Não é apenas o prazer do jogo que leva pessoas ao flipper. Luciano, um rapaz de 17 anos, por exemplo, toda noite, após trabalhar oito horas como entregador vai ao «Flipper Sé». Compra uma ou duas

fichas e muitas vezes nem joga. «Quando vou fazer entrega, muitos fregueses me botam fora do sério. Venho aqui, fico batendo o papo, vendo a turma jogar e acalmo».

O vício da fliperama ou flipermania, não é um fenômeno recente ou característico do Brasil. Os primeiros aparelhos surgiram em 1929, nos Estados Unidos, época da depressão econômica e grande tensão social. A partir daquela época, expandiram-se pelo mundo todo. Devido à sua intensa penetração no mercado, fabricantes norte-americanos passaram a se associar a outras entidades para a produção de modelos. A Bally, por exemplo, maior fabricante norte-americana, associou-se à Universal City Studios e está produzindo flippers baseados em Ciborg, o homem de seis milhões de dólares.

Pedro Secemski, diretor comercial da Diverama, uma das maiores empresas de flippers do Brasil considera essa aceitação como consequência da evolução da sociedade de consumo, que cada vez mais procura as máquinas. Acha ainda, um lazer necessário ao desenvolvimento motor e intelectual de crianças e jovens, pois os aparelhos simulam uma disputa entre o participante e os motivos apresentados pelas máquinas, onde ele é obrigado a se esforçar em aplicar sua destreza para ser o vencedor.

Agostinho Minicucci, livre docente de psicologia e com 18 obras publicadas sobre educação, não concorda com ele. Acha que o flipper, como todo sistema audiovisual, apenas imita a ação, sem realizá-la. Para que ele continue jogando, as máquinas, planejadas por psicólogos, não terminam o jogo, deixando insatisfeita a tendência humana de fechamento. Assim, o jogador não sentirá vontade de parar de jogar.

No caso de adolescentes, o flipper transforma-se em objeto de satisfação de uma carência afetiva e instrumento de inter-relacionamento com outras pessoas, pois nunca é uma atividade isolada. Como consequência, além de se afastar da realidade, o adolescente desenvolverá um comportamento essencialmente emocional, em detrimento do cognitivo (inteligente), que será aplicado em futuras situações problemáticas. Pode, também, tornar-se dependente da máquina e, mais tarde, facilmente a substituirá por outros tipos de jogos de azar.

Para explicar sua intensa procura, Minicucci leva em consideração a tecnologia que envolve a criança (TV, brinquedos eletrônicos) em substituição a brincadeiras operacionais (pega-pega, amarelinha) onde ela sublima suas tendências agressivas por todas as vias. O gosto pelas diversões eletrônicas, assim como pela discoteca, é uma extensão das brincadeiras infantis.

Minicucci, porém, não considera a flipermania como um fenômeno isolado e sim como parte de um contexto maior, onde está inserida qualquer atividade lúdica (diversão que nada acrescenta a quem a pratica). Segundo sua linha de raciocínio, o problema é educacional. Em nossa sociedade, trabalho e lazer são colocados em antítese, onde o primeiro significa desprazer, castigo e o outro, prêmio, diversão. A própria estrutura escolar, ao facilitar o aprendizado através de «macetes» e prêmios pela execução de tarefas difíceis, conserva o contraste, levando a criança a dar preferência a tarefas fáceis e encarar o trabalho como uma obrigação, da qual o jogo, a distração é recompensa.

Particularmente no Brasil, a própria condição de vida fornece um vantajoso campo à introdução do jogo de azar. Enquanto na Europa ele é circunscrito a casinos, no Brasil, grande parte de sua arrecadação é feita entre a população de baixa renda. O nível cultural não permite um desenvolvimento lógico maior da população e, em consequência direta, aumenta o comportamento supersticioso, sem comprovação científica, insuflado pela perspectiva de ganho fácil, diante de um salário pequeno.

«No instante em que se começa a analisar o flipper como altamente pernicioso, deve-se também analisar o jogo em si, como a Loteria Esportiva e a Federal, que também são jogos de azar. O indivíduo não se entrega ao flipper, mas entrega grande parte de seu ordenado em outros jogos, quando poderia aplicá-lo em alimentação ou coisa semelhante».

Os sócios da cultura de massa

Armand Mattelart mostra como a «indústria cultural» norte-americana está ligada aos grandes monopólios na sua tarefa de mascarar os conflitos sociais.

Armand Mattelart é autor de numerosos trabalhos sobre ideologia e meios de comunicação. Francês de nascimento, trabalhou no Chile de 1962 a 1973 e atualmente leciona no México e em Paris. O conjunto de sua obra é o resultado de um trabalho sério de pesquisa, cujos títulos já deixam antever o tema central de suas preocupações: «Para ler o Pato Donald», «Comunicação de massa e colonialismo», «As multinacionais da cultura» e, agora, «Multinacionais e sistemas de comunicação». Enquanto em «Multinacionais da cultura» ele analisa basicamente as ligações da indústria do turismo (agências, hotéis, cheques de viagem) com as indústrias eletrônica e aeroespacial (grupo Sheraton-ITT, por exemplo), nesse trabalho mais recente ele expande essa análise para outros meios de comunicação, objetivando «precisar os contornos da ofensiva ideológica das classes dominantes nessa etapa da acumulação internacional do capital». Essa ofensiva, nem sempre visível, chegou a ser denunciada por Salvador Allende na ONU: «É um ataque obliquo, subterrâneo, sinuoso, mas nem por isso menos prejudicial ao Chile. Estamos diante de forças que operam na sombra». A presença da General Electric no mercado internacional, por exemplo, é tão antiga que chegou a merecer de Lênin o seguinte comentário: «É difícil encontrar no mundo uma única empresa elétrica que não esteja sob sua dependência». E consta, segundo Mattelart, que em curto tempo a GE colonizou mais de 30 empresas de seu ramo em diferentes países, mantendo ao mesmo tempo relações estreitas com grupos bancários e meios de comunicação dos Estados Unidos. No campo pedagógico, é especializada na produção de material audiovisual. Paralelamente às modificações ocorridas nos padrões de propriedade dessas empresas, foram surgindo interesses na produção cinematográfica, televisiva, editorial, etc., que permitiram, de um lado, a interferência no campo pedagógico e, de outro, maior controle do lazer. O lema «aprender rindo», uma evidente tentativa de mascarar o conflito de classes, foi excepcionalmente importante na TV. Apresentou-se «como uma alternativa tanto para o sistema de ensino tradicional como para a concepção igualmente tradicional da TV comercial,

dominada por um conceito de lazer brutalmente dissociado da experiência cotidiana, produtiva». E nele se baseou a experiência Vila Sésamo, programa infantil conhecido mundialmente, sobretudo pelo exemplo de agressão cultural que expressou. Sua produção, comercialização e divulgação, incluindo a tradução, contou com a «colaboração» de empresas como Mobil Oil, RCA, Quaker, General Foods, Time-Life, Xerox, etc. Afirma o autor que, «concebida originalmente como paliativo para o atraso escolar e a marginalidade social das crianças pobres dos guetos das grandes cidades norte-americanas, Sesame Street tinha que se limitar a apresentar um quadro ideal de coexistência pacífica, inspirado ao mesmo tempo na utopia de reconciliação do poder dominante e em sua política de repressão às minorias étnicas». A ideia do programa, enfim, era a de que não há problema que não possa ser resolvido pela cooperação. Essa preocupação em amenizar os conflitos de classe dentro dos próprios Estados Unidos fica clara numa citação que o livro faz de um relatório da Fundação Ford: «A Fundação acredita que o problema mais sensível dos Estados Unidos é fornecer aos grupos minoritários e aos setores pobres o gozo pleno e integral dos direitos de cidadão, gozo que há muito tempo é objeto simultaneamente de promessas e recusas. O trabalho da Fundação orienta-se essencialmente nesse sentido». O livro mostra que nenhum setor da chamada «indústria cultural» escapou

ao processo de concentração industrial e de internacionalização da produção, levando o leitor a concluir que essa indústria se confunde em objetivos com a aeroespacial, eletrônica ou de materiais bélicos, tornando impossível hoje se pensar em condições concretas de produção. Essas condições, representadas pelo raio Laser, as fibras óticas e os computadores, podem substituir, por exemplo, o velho Superman por outro personagem mais atual. Da mesma forma que podem fazê-lo ressuscitar em belos vãos panorâmicos pelas telas de cinema do mundo todo.

(Ana Lúcia Garcia)

Armand Mattelart: «Multinacionais e sistemas de comunicação», tradução de Laymert Garcia dos Santos, Ed. Ciências Humanas, 288 páginas, Cr\$ 210,00.

A luta dos tupamaros contra o regime

Um dos filmes mais comentados dos últimos anos até hoje proibido no Brasil, «Estado de sítio», pode agora, pelo menos, ser «imaginado» pelo público brasileiro. Seu roteiro, já editado em muitas línguas, foi agora traduzido e publicado pela L&PM. A história se passa em Montevidéu, cercada por forças policiais à procura de um funcionário norte-americano (Dan Mitrione?) que havia sido sequestrado por guerrilheiros. Mostra principalmente o envolvimento e a submissão dessas forças policiais aos interesses norte-americanos na América Latina. Costa-Gravas, o diretor do filme, dirigira antes «Z» (1968) e «A confissão» (1970). Tradução de José Antônio Pinheiro Machado, 136 páginas, Cr\$ 130,00.

MARX E AS LETRAS

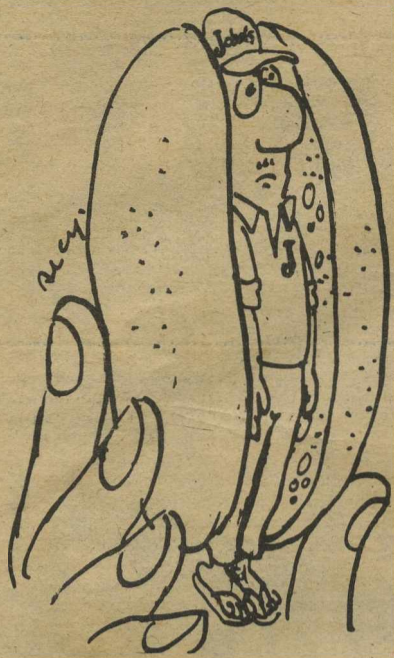
A criação artística e literária numa sociedade de classes, seus compromissos e limitações, é o tema do livro «Marxismo e literatura», publicado pela primeira vez na Inglaterra em 1971 e agora lançado no Brasil pela Editora Zahar. O autor, Raymond Williams, é professor de arte e literatura dramáticas da universidade inglesa de Oxford. Tradução de Waltensir Dutra, 216 páginas, Cr\$ 150,00.

INDIOS

Publicado pela primeira vez em 1967, «Índios e castanheiros», dos professores de antropologia Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia, é agora reeditado pela Paz e Terra. Trata-se de um estudo sobre os costumes das tribos Suruí e Gavião, habitantes do Médio Tocantins, e seu contato com a empresa extrativa da borracha nos prefácios (três), os autores e mais Roberto Cardoso de Oliveira atualizam alguns dados que constaram da primeira edição do livro. 208 páginas, Cr\$ 120,00.

LÊNIN

Nas livrarias, mais duas compilações de textos de Lênin. A primeira recebeu o nome de «Lênin no poder» e reúne seus textos escritos desde a época da tomada do poder pelos soviets, em 1917, até a sua morte, em 1923. Editora L&PM, 296 páginas, Cr\$ 165,00. A outra compilação foi feita pela Editora Polis, de São Paulo, que reuniu os textos de Lênin sobre sindicatos, greves e movimento operário em geral, escritos de 1899 a 1922. «Sobre os sindicatos» é o título desse livro, com 240 páginas e ao preço de Cr\$ 110,00.



que ir até a sua casa em Austin. Ele ia preparar a comida dos filhos menores, pois sua esposa havia caído do ônibus e quebrara a perna.

O trabalhador deixara seu filho no «trailer», e ao tentar acender o fogo, a ingênua criança (dez-anos!) sofreu queimaduras no rosto, que por sorte não causaram maiores danos, a não ser muita dor e várias manchas na face. Mas a empresa não tem culpa nenhuma, pois o vendedor só é obrigado a trabalhar na escala 24 por 24 horas! As vezes direto, quando o parceiro falta.

Caso não aceite as condições de trabalho e queira sair, o empregado é obrigado a aceitar um acordo amigável, feito da seguinte maneira: o empregado recebe o 13º salário na base do salário mínimo em carteira, quando ganha na realidade somente 10% de comissão sobre as vendas, sem o salário, que é fictício. Além disso, recebe férias proporcionais referentes ao período em que trabalhou e o Fundo de Garantia, que é calculado no ato do «acordo», pois a empresa não o deposita como manda a lei.

Feito o «acordo», o empregado assina a rescisão do contrato e recebe o que lhe coube por vontade do patrão. Mas não pense que recebe em dinheiro, mas sim em «vales de crédito» da empresa, que são reconhecidos exclusivamente por ela. E às vezes nem por ela. Esses vales são pagos parceladamente, dependendo o número de parcelas do valor do vale (quanto mais receber, mais parcelas).

Ao escravo, digo, ao empregado que não aceitar o acordo é dado o direito de recorrer à Justiça do Trabalho. Mas as leis, interpretadas por mentes tão maquiavélicas, tornam-se lentas e penosas para o empregado, pois procuradas e achadas as falhas da lei, são usadas das formas mais proveitosas possíveis para o patrão. E não pára aí. Imediatamente há o desligamento do empregado, sendo ordenado contra ele um boicote. É enviada comunicação a outras empresas do ramo, para que não admitam em seus quadros os constantes nas «listas negras», por se tratar de rebeldes contra o sistema.

Esta é a verdadeira situação dos vendedores de cachorro-queante na orla marítima.

Eu e um grupo de companheiros desempenhamos o papel de rebeldes contra o sistema. De minha parte posso afirmar que lutarei até o fim. Esta é a arma da qual lanço mão, e outras virão se me forem dadas oportunidades como esta (denunciar a exploração que sofri e que muitos continuam sofrendo), que foram concedidas através dos advogados Arthur Mudonnet e João Ferreira, que compraram esta briga; compraram não, essa luta é de todos que se digam humanos, independentemente de raça, credo, classe social, nível cultural etc.

Eduardo Novaes Souza
Rio de Janeiro - RJ

Maoísmo e leninismo, rumos diferentes

Durante certo tempo acreditei que as «contribuições» de Mao Tsé-Tung fossem avanços na teoria revolucionária da classe operária e deixei de ver algumas questões graves que desmentiam isso inteiramente.



Como essa falta de vigilância e mesmo dificuldade de analisar com espírito crítico, e científico, foram bastante generalizadas, vou procurar levantar alguns pontos no sentido de colaborar com esse estudo.

Na análise das contradições, Mao destaca uma contradição principal: «se um processo abrange várias contradições, há uma delas que necessariamente é a principal, e que representa o papel dirigente, determinante, quando as outras ocupam somente uma posição secundária, subordinada». Diz ainda: «não há absolutamente qualquer dúvida de que para cada uma das etapas do desenvolvimento do processo, só existe uma contradição que representa o papel dirigente... «no momento em que esta é encontrada, todos os problemas facilmente se resolvem». (Sobre as contradições)

Embora se deva reconhecer que entre as contradições em um processo umas são mais e outras menos importantes, essa separação simplista entre uma contradição chamada principal e outras secundárias não me parece verdadeira.

Algumas contradições fundamentais caracterizam a etapa em que vivemos: a contradição entre o capitalismo e o socialismo, entre a burguesia e o proletariado, entre os povos e o imperialismo, e as contradições entre os imperialistas entre si. Embora elas assumam, de acordo com o desenvolvimento real, posições e importância diferentes, formam um conjunto e não podem ser resolvidas isoladamente.

Ao contrário disto, Mao considera que em nossos dias a contradição principal é entre o imperialismo e os povos, que mais tarde ele transformou na contradição entre os povos e países de todo o mundo contra o hegemonismo soviético, e condiciona tudo à resolução desta contradição: defende então a união entre o proletariado e os povos com seus opressores, com a burguesia e latifundiários e inclusive com o imperialismo norte-americano, contra a ameaça da União Soviética.

Ao abandonar a análise científica, com sua «Teoria dos três Mundos», deixa de lado a luta de classes e a luta pelo socialismo, substitui o imperialismo pela política hegemônica, tergiversa sobre a etapa atual, do imperialismo e da revolução proletária, transformando-a na etapa do hegemonismo e da luta pela independência nacional, na qual a burguesia ocupa o lugar central.

Além disso, a idéia de que apenas uma contradição permite em cada etapa resolver todos os problemas, é uma visão mecânica, linear, como se as coisas fossem como o jogo de dominós, onde a derrubada do primeiro leva à queda do segundo, depois do terceiro, e assim por diante, quando na verdade as coisas estão ligadas, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente.

Em relação à contradição e ao antagonismo, Mao parte de que «certas contradições originalmente antagônicas evoluem para não antagônicas» e ao analisar em 1957 a situação da China, diz que: «a «contradição entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional é uma contradição no seio do povo... já que a burguesia nacional do nosso país tem um duplo caráter». (Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo). E como consequência, traça uma política de ganhar gradualmente os capitalistas nacionais para o socialismo.

Na construção do socialismo, ele apoiou a existência «durante certo tempo» da pequena e média indústria e comércio privados, a participação «durante certo tempo» dos antigos proprietários nos lucros de suas empresas desapropriadas, e um processo de «reeducação» da burguesia nacional para conquistá-la para o socialismo, além de apoiar o funcionamento dos partidos burgueses e até mesmo a sua participação no poder — por exemplo, a viúva do líder burguês Sun Yat Sen, até hoje participa do Comitê Permanente da Assembléia Popular, o mais alto órgão de poder na China.

As classes e seus interesses são determinados pelo papel e pelo lugar que elas ocupam no sistema de produção social. A burguesia detém a propriedade dos bens de produção e extrai a mais-valia da exploração da força de trabalho dos operários; estes, por sua vez, só dispõem de sua força

Segundo o leitor, o pensamento de Mao Tsé-Tung (à esquerda) está muito distante das teorias elaboradas por Lênin. O líder chinês teria imprimido ao PCC uma linha que serviu para afastar a classe operária da direção do processo revolucionário da China.

de trabalho para oferecer no mercado em troca dos meios indispensáveis à sua existência. É evidente que os interesses entre essas duas classes são irreconciliáveis, e que não existe nenhuma fórmula para tornar essa contradição não antagônica e muito menos algum processo para educar a classe capitalista para o socialismo.

É verdade que em certo período a burguesia nacional na China participou da luta antiimperialista em aliança com as forças populares, e que isto ocorre em outras experiências. Mas é preciso entender as coisas, não ficando nas aparências. No desenvolvimento das contradições, em cada um dos aspectos contraditórios, também existe luta de contrários. Assim, no seio da burguesia existem lutas entre setores e facções, que podem inclusive levar a choques violentos. Essas contradições entre facções ou setores da burguesia é que podem em determinados etapas da luta levar a certas alianças políticas com as forças populares — mas isso não altera o

antagonismo entre o proletariado e a burguesia.

A compreensão mecânica da luta dos contrários, levou a que Mao abandonasse a «luta ideológica» para assegurar a unidade proletária do Partido, transformando-a na luta entre dois «quartéis gerais» e entre «duas linhas». A linha proletária era defendida pelo quartel general formado por Mao, embora a realidade mostre coisas estranhas: união de Mao e Lin para derrubar o quartel general burguês de Liu Shao Shi e Deng Xiao-Ping; logo depois união de Mao com Deng Xiao-Ping para derrubar Lin Piao (primeira reabilitação de Deng); em seguida Mao e o «grupo dos quatro» novamente contra Deng Xiao-Ping e mais recentemente, a união de Hua Kuo Feng (indicado por Mao) com Deng Xiao-Ping (segunda reabilitação) para derrotar o «grupo dos quatro».

Esse aglomerado de facções não se assemelha em nada a uma organização que desempenha o papel de destacamento de vanguarda da classe operária.

Ao mesmo tempo em que atuou como um líder da luta democrática e anti-imperialista, Mao conseguiu imprimir ao Partido Comunista Chinês uma linha que, tudo indica, serviu para afastar a classe operária da direção do processo revolucionário, e está inteiramente comprometido com o que vem acontecendo na China. Parece-me que a fórmula conciliatória do tipo «foi um grande marxista que cometeu erros» não satisfaz. Não adianta fazer média nessas questões. A análise concreta vem mostrando que o pensamento de Mao Tsé-Tung e o marxismo leninista são dois caminhos muito diferentes.

Rogério Lustosa RJ

POR QUE ASSINAR MOVIMENTO?

A nível de informação, pra gente, principalmente do interior, onde os grandes jornais alcançam uma vendagem maior, pela facilidade, pelo preço, por serem jornais diários, é muito importante que a gente de entidade Sindical, assine, divulgue e faça os companheiros a comprar o jornal MOVIMENTO.

O jornal MOVIMENTO é que tem dado cobertura a toda voz popular que se levanta, todos os segmentos de nossa sociedade que realmente gritam pelo retorno ao estado de direito, à democracia, às liberdades.

O jornal MOVIMENTO foi o único jornal que publicou a resposta dos trabalhadores de João Monlevade à Belgo-Mineira.

JOÃO PAULO PIRES DE VASCONCELOS
(líder metalúrgico de João Monlevade (MG))

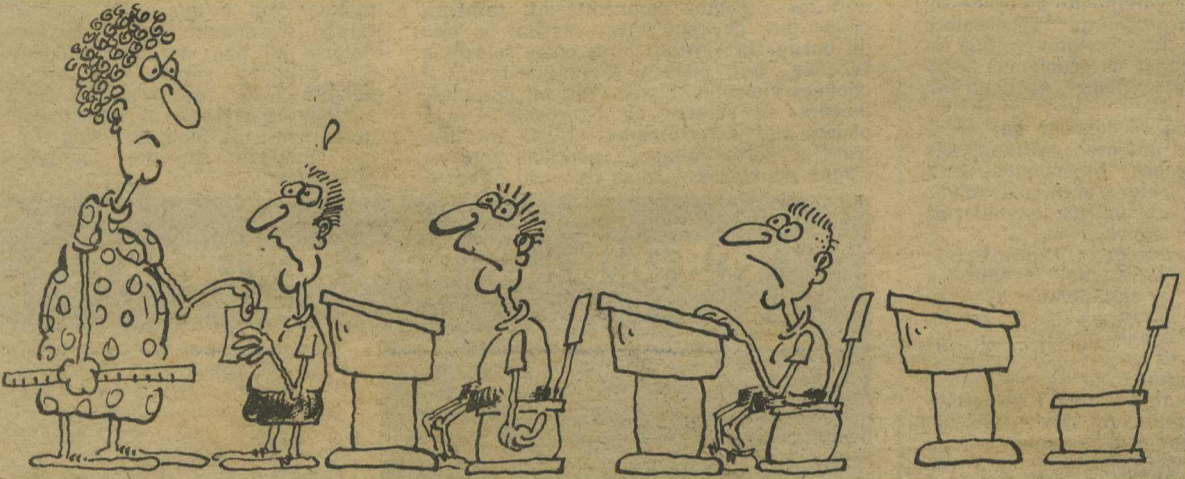


Então nós vemos que o jornal MOVIMENTO, como aqueles que falam em nome do povo, é que vão dar um respaldo a um movimento maior, a uma conscientização maior.

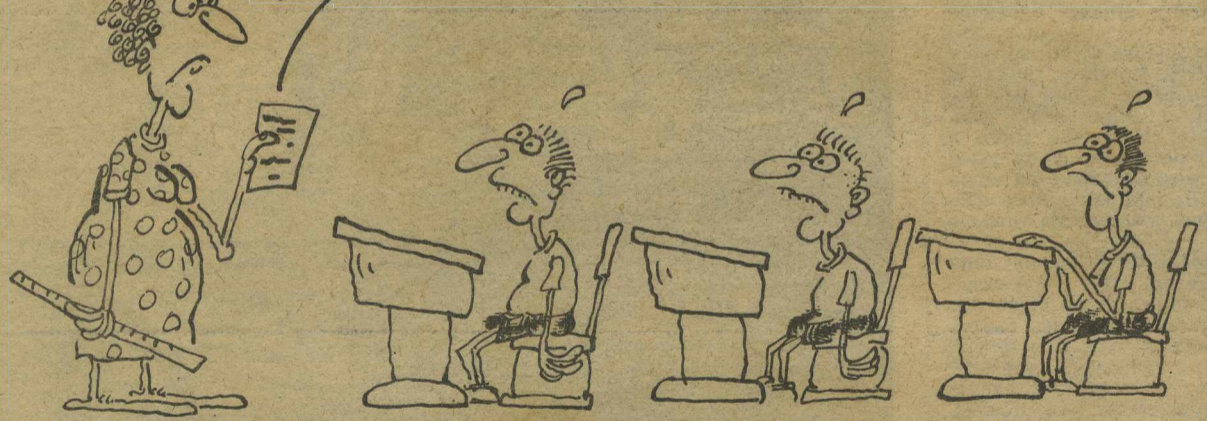
<input type="checkbox"/> ASSINATURA ANUAL Cr\$ 950,00 (Exterior - U\$ 70) Desejo receber gratuitamente 10 exemplares atrasados.	<input type="checkbox"/> ASSINATURA SEMESTRAL Cr\$ 500,00 (Exterior - U\$ 35) Desejo receber gratuitamente 5 exemplares atrasados.
Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição SA - Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo - SP. CEP: 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta Postal CCP 1202254 D-M Villas-Paris. FRANÇA.	
Nome	Idade
Profissão	Endereço
Cidade	Estado
	CEP

EU VI ESSA PASSAGÃO
DE BILHETE AÍ ATRÁS!
TRAGA JÁ
PRA CÁ!

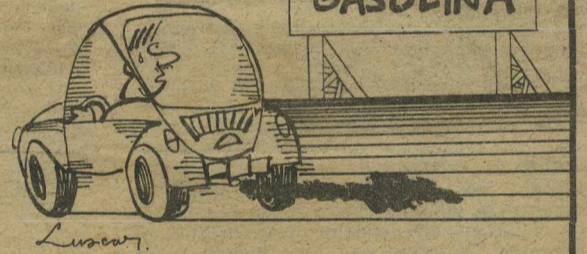
Jota.



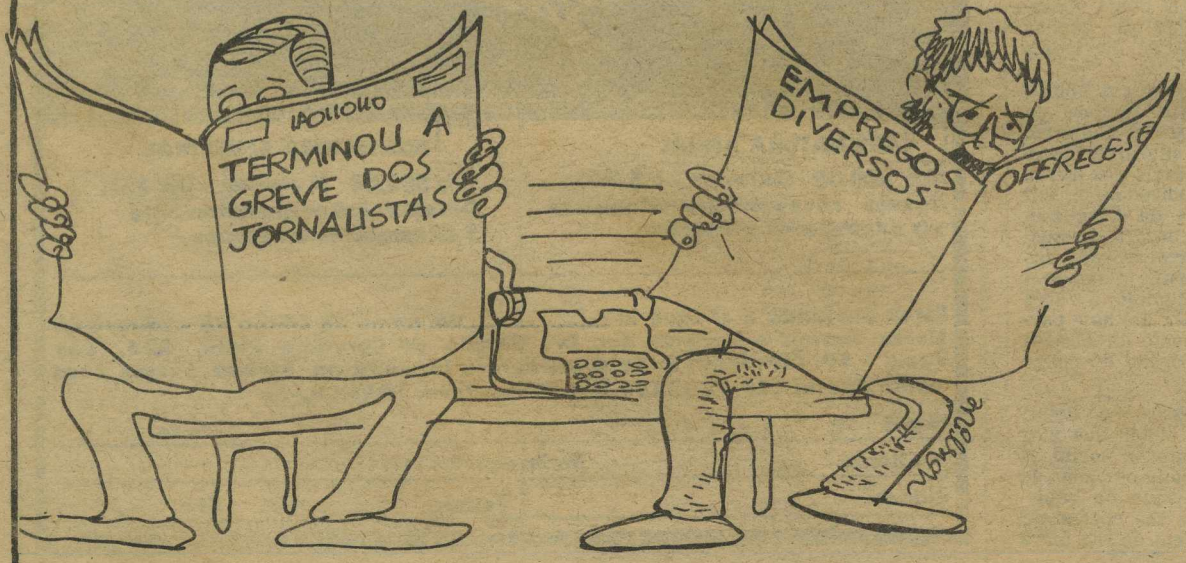
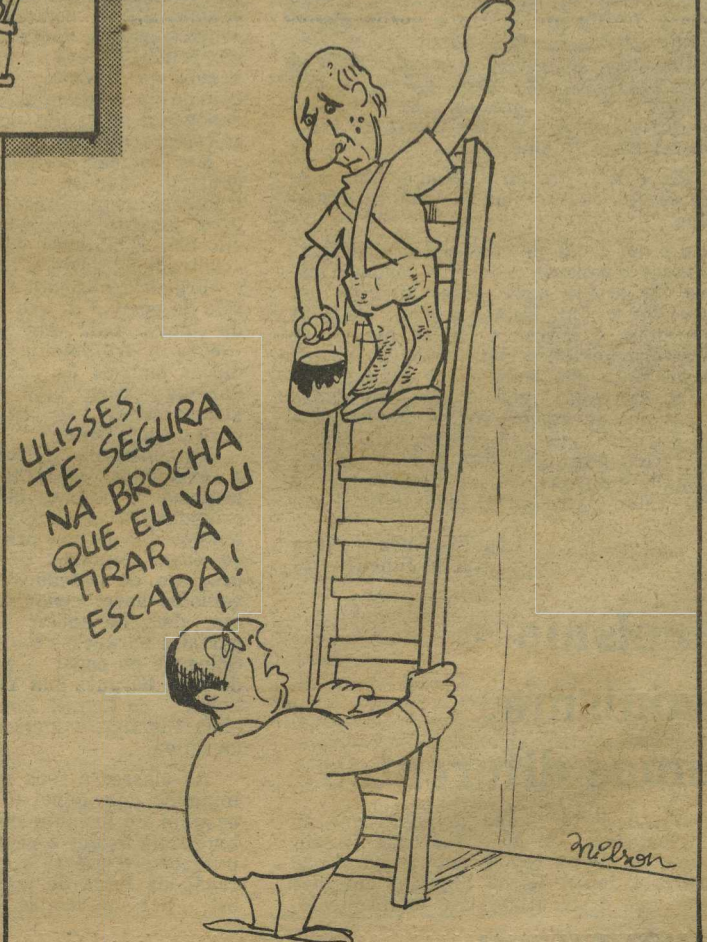
a une vai
voltar
(passe adiante)



PRÓXIMO KM
RESTAURANTE
BAR, MOTEL
POSTO E
AUMENTO DE
GASOLINA



MDB



nelson